

de Equipment

RAFAEL PAES HENRIQUES

LINGUAGEM, VERDADE E CONHECIMENTO

Uma análise epistemológica
do jornalismo a partir de
duas perspectivas semióticas

 EDUFES

LARR

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus de Goiabeiras
CEP 29075-910 - Vitória - Espírito Santo - Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 - E-mail: edufes@ufes.br
<http://www.edufes.ufes.br>

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel
Superintendente de Cultura e Comunicação | Ruth de Cássia dos Reis
Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial | Agda Felipe Silva Gonçalves, Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, José Armínio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Maria Helena Costa Amorim, Ruth de Cássia dos Reis, Sandra Soares Della Fonte

Secretário do Conselho Editorial | Douglas Salomão

Revisão de Texto | Rafael Cavalcanti do Carmo
Projeto Gráfico e Diagramação | Oficina de Letras
Capa | Gabriel Lança Morozeski
Foto do Autor | Re Henri
Revisão Final | O autor

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L755 Linguagem, verdade e conhecimento / Rafael Paes Henriques
- Vitória : EDUFES, 2014.
138 p. ; 21 cm

ISBN: 978-85-7772-214-3

1. Jornalismo. 2. Semiótica. I. Henriques, Rafael Paes, 1980-.

CDU: 070

RAFAEL PAES HENRIQUES

LINGUAGEM, VERDADE E CONHECIMENTO

Uma análise epistemológica
do jornalismo a partir de
duas perspectivas semióticas



EDUFES

Vitória, 2014

A minha avó Margarida

AGRADECIMENTOS:

Ao professor Moisés, pelo exemplo; Aos meus pais, pela oportunidade; Aos amigos que fiz durante a realização desta pesquisa e que estão muito bem guardados: Marco, Catarina, Nico, Vanessa, Odete, Sérgio, Dani, Rodrigo, Maíra, Fernanda, Edna e Natália; Aos meus familiares nas figuras das primas Hermínia e Lurdes, pela afetuosa acolhida.

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
PREÂMBULO	17
INTRODUÇÃO	19
Robert Park e a inauguração do terreno	22
O Jornalismo como conhecimento cristalizado no singular	31
Alfred Schutz e a Fenomenologia Social	45
CAPÍTULO 1: A ‘GRAMÁTICA’ PRÓPRIA DO JORNALISMO	57
1.1 Liberdade	62
1.2 Independência e autonomia	63
1.3 Credibilidade	66
1.4 Verdade	67
1.5 Rigor e exatidão	69
1.6 Honestidade	72
1.7 Objetividade e equidade	74
1.8 Comunicabilidade e interesse	83
CAPÍTULO 2: LINGUAGEM, VERDADE E CONHECIMENTO: DOIS HORIZONTES	89
2.1 Joly e a ideia de dizibilidade do mundo	92
2.2 Jacques e o mundo como objeto significável	102
CAPÍTULO 3: O CONHECIMENTO DO JORNALISMO	115
3.1 Do jornalismo como atividade livre, independente e autônoma	115
3.2 Do relato crível e suas condições	119
3.3 Uma questão de método	123
3.4 Da possibilidade da verdade	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

Prefácio

O triunfo do jornalismo como conhecimento e como profissão

Moisés de Lemos Martins¹

Dizia Walter Benjamin que o trabalho tem três níveis: um nível musical, que é o da composição; um nível arquitetônico, que é o da construção; e por fim, um nível têxtil, que é o da tecelagem. Estas considerações parecem-me exatas para caracterizar este livro de Rafael Paes Henriques, *Linguagem, verdade e conhecimento* – uma análise epistemológica do Jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas, que retoma a dissertação de mestrado, defendida em 2009, na Universidade do Minho, em Portugal. Trata-se, com efeito, de um estudo aliciante para qualquer leitor, pela limpidez do estilo, que é sem exuberâncias fútuas, pela clareza da ideia, que se desdobra em conceitos rigorosos e seguros, enfim, pela estrutura, que apresenta formas harmoniosas e elegantes. É, pois, um trabalho modelar, tanto pela afinação como pela acuidade que denota.

De Robert Park a Alfred Schütz e de André Joly a Francis Jacques, Rafael Paes Henriques coloca-se uma dupla questão: por um lado, interroga a natureza do conhecimento que o jornalismo produz; por outro lado, indaga a especificidade do jornalismo como profissão. Dado que o jornalismo está imerso no mundo da vida, e que este lhe é tão familiar que o naturaliza, a questão que Rafael Paes Henriques coloca é a seguinte: o jornalismo diz o mundo, ou pelo contrário, constitui-o e estrutura-o, simbólica e socialmente?

O ponto de vista argumentado é o de que o jornalismo é um conhecimento prático, tendo esse conhecimento a maior importância social. A prática jornalística da informação está inscrita, com efeito, no processo de configuração da ação coletiva de um espaço democrático, através da exploração das causas e das consequências dos acontecimentos nos diferentes campos problemáticos da vida da comunidade, e da projeção das ações que a sua ocorrência incita a empreender. Com efeito, no trabalho que desenvolve de inquérito ou de questionamento dos campos problemáticos da experiência da comunidade, o jornalismo tem um

¹ Professor da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). moiseslmartins@gmail.com

papel maiêutico de produção das provas da verdade, do rigor e da justiça, realizando um sonho emancipatório e reconciliador, que concretiza a sua natureza cívica e democrática.

Quanto à profissão do jornalismo, Rafael Paes Henriques caracteriza-a como uma missão. Porque o jornalismo é uma promessa de democracia, produzindo-se como uma mediação que faz comunidade. E sendo sonho de comunidade, o jornalismo, embora vinculado à informação, está sobretudo vinculado à significação, à produção do sentido para a comunidade.

Todos os sistemas de comunicação são sistemas de significação. E o jornalismo, enquanto sistema de comunicação, verbal, imagético, sonoro, visual e audiovisual, é um sistema de significação - produz sentido a partir de uma 'gramática'. Essa gramática compreende, tradicionalmente, os princípios da "liberdade, independência, autonomia, credibilidade, verdade, rigor e exatidão, honestidade, objetividade e equidade, comunicabilidade e interesse" (Rafael Paes Henriques). Em termos ideais, o jornalismo, sendo uma mediação entre os cidadãos e o poder, garante, pois, as condições históricas da existência da comunidade. Mas não é apenas por assegurar as condições ideais dessa mediação histórica, ou seja, por garantir as condições transcendentais da possibilidade dessa mediação, que o jornalismo se vincula à comunidade. O jornalismo vincula-se à comunidade garantindo, também, as condições de existência e de funcionamento concretos dessa mediação. Com efeito, as práticas jornalísticas realizam a mediação em comunidades específicas, sendo influenciadas pela sociedade que as envolve. As práticas jornalísticas são objeto de múltiplas negociações no interior de um sistema que possui regras e linguagens particulares, um sistema que é alvo das influências de múltiplos campos sociais e que é o ponto de partida para diferentes leituras por parte dos cidadãos sobre quem essas práticas recaem. Ou seja, as práticas jornalísticas entram numa rede de semiose social, que estruturam, sendo, por outro lado, estruturadas por essa mesma rede.

Mas a época que vivemos é sobretudo a de uma catástrofe semiótica do jornalismo: com signos vazios e auto-referencialidade, enfim, com profunda crise do sentido, reflexo de uma cultura de "simulação e simulacro" (Baudrillard). Tanto pelas suas encenações, ficções e euforias, como pelos seus silêncios, esquivas e evasivas, o jornalismo tem concorrido muito para um fechamento da democracia. É sem dúvida de uma grande equivocidade o papel

que o jornalismo desempenha hoje nas sociedades democráticas, com os países reais e os seus problemas a não terem correspondência com a encenação jornalística que deles é feita. E os reguladores dos media, para que alguns autores chamam a atenção, por um lado o dinheiro (ou seja, o Mercado), por outro lado a política (isto é, o Estado), não me parecem estar à altura de explicar a atual estetização da política e do espaço público, convertidos ambos, através das práticas jornalísticas, num espaço agitado, excitado, sobreaquecido, que parece esgotar-se em sensação e emoção.

A nossa época viu, com efeito, desvanecerem-se todas as palavras que nos falavam de um fundamento seguro, os transcendentais, que compunham uma racionalidade forte, com um território conhecido e uma identidade estável. Deslocando-se do logos (uma racionalidade forte) para o pathos (uma racionalidade meramente emocional), a nossa época diz-se em fluxo, estando de acordo com a natureza dos verbos fluir e ressoar, que exprime a duração, os ritmos, as ressonâncias, as sonoridades, as cadências de um ser infinitivo, a fazer-se, e por isso, indefinido, e não de um ser definido, e por isso, coisa feita, definitiva.

Acontece, então, que esta obra de Rafael Paes Henriques é de uma atualidade surpreendente, dada a circunstância de ser publicada num momento em que o jornalismo vive nas sociedades democráticas ocidentais um momento particularmente turvo. A prática jornalística não para de se deslocar para a esfera do poder, descolando tanto da realidade social e política, que deve escrutinar, como dos cidadãos, aos quais deve servir. Em termos gerais, as práticas jornalísticas apropriaram-se do espaço público, confiscando-o aos cidadãos. Fazendo uma aliança letal com a classe política e com a classe económico-financeira, as práticas jornalísticas concorrem sobretudo para blindar o espaço público à prática da cidadania. Os valores que constituem a natureza mesma da prática jornalística (liberdade, independência, autonomia, e também o compromisso com o leitor, o ouvinte e o telespectador) parecem não a nortear mais. Hoje, o jornalismo exerce-se, sobretudo, como uma cidadania de pacotilha, pois legitima o poder estabelecido, absolve-o das políticas, que servem sobretudo o grande capital financeiro e especulativo, e protege-o da ameaça dos cidadãos em fúria.

A tradição democrática sempre atribuiu ao jornalismo um papel político inalienável, mas atribui-lhe igualmente uma pesada responsabilidade no progressivo empobrecimento, e mes-

mo desnaturação, do espaço público. Por um lado, o jornalismo transforma a democracia representativa em democracia aclamativa. E, por outro lado, o próprio aparelho da informação denota um evidente fechamento, que se sobrepõe à exigência da sua abertura. Não apenas pululam no jornalismo os círculos viciosos, as conivências fatais e uma desenfreada procura de consensos, como também cresce no jornalismo a vetetização dos opinionistas e dos profissionais da informação, que rarefazem a opinião.

As atuais circunstâncias democráticas dão uma atualidade flagrante a esta “análise epistemológica do Jornalismo”. Mas outras razões existem, ainda, que a reforçam. O jornalismo é uma prática de linguagem (tem uma ‘gramática própria’, diz Rafael Paes Henriques). Mas não é apenas um ato locucionário – não se limita a dizer o mundo, a apresentá-lo e a descrevê-lo. Também é um ato ilocucionário – esclarecendo sobre os assuntos que merecem debate público, intervém no campo da cidadania e constitui-se como uma promessa de democracia. O jornalismo é uma voz do presente, inspirada pelo futuro – é uma voz que ilumina o presente, soprada pelo que há-de vir, pela promessa de cidadania, que é uma garantia de democracia. Ou seja, o jornalismo não se limita a descrever a realidade, a dizê-la em verdade, mas também a significa.

No entanto, embora apenas pela palavra possamos prometer (e na promessa alguma coisa exista de imortal, como sonhava Jorge Luís Borges), o jornalismo tem que se exercer, hoje, na civilização dos números, na civilização tecnológica que é a nossa (com links e hiperlinks, multimedialidade, hipertextualidade e interatividade), na passagem do analógico para o digital. E como toda a realidade (bens, corpos e almas), o jornalismo é hoje mobilizado tecnologicamente para o mercado (metonimicamente expresso no share e no rating das audiências, ou seja, na audiometria), exprimindo uma hemorragia permanente do sentido de comunidade, e mais geralmente, uma hemorragia permanente de sentido, em que se esvai o humano. Porque a tecnologia é um ‘meio sem fins’, como adverte Agamben. E mais do que isso, a tecnologia é um meio autotélico, é um messianismo sem telos, o que retira ao jornalismo toda a capacidade projetiva. Com efeito, em sofrimento de finalidade, o jornalismo deixa de poder figurar o mundo outro de uma democracia a vir.

Nestas circunstâncias, que forma de conhecimento exprimem, então, as práticas jornalísticas? Sem dúvida que a lógica de

produção das notícias nos impede de encarar o discurso jornalístico como um espelho do mundo, ou como uma representação objetiva da realidade factual. No entanto, apesar de o discurso jornalístico ter uma natureza preponderantemente intersubjetiva e interpretativa, como aliás todo o discurso, aquilo que melhor caracteriza, hoje, o discurso jornalístico é o fato de as notícias já não refletirem qualquer compromisso com a atualidade do acontecimento, nem com a sua singularidade. Dada a cinética do mundo que se nos impôs, “Notícia é devoração! Aí vai ela pela goela, que há-de engolir tudo e todos! Aí vai ela, lá foi ela! Nem trabalho de moela retém notícia... Notícia sem coração!” (Alexandre O’Neill). Transformando a realidade em *fait-divers*, que é a “estéril superfície do novo” (Walter Benjamin), o jornalismo define a atualidade de acordo com a ilusão historicista que faz da história uma perpétua atualização, para a qual temos cada vez menos tempo.

E todavia, fundado em André Joly e Francis Jacques, autores com pontos de vista muito distintos, tanto nos seus pressupostos, como nas finalidades que perseguem, Rafael Paes Henriques defende a nobreza do jornalismo, quer como conhecimento, quer como profissão. Apesar do trauma comunitário provocado pelo desaparecimento da confiança na comunidade histórica, assim como da melancolia que acompanha a banalização da vida, essa vertiginosa sensação de tragédia do humano, e da própria impossibilidade de anulá-los, o jornalismo é convocado, por Rafael Paes Henriques, a recolocar-se no horizonte de uma comunidade a vir, pois é apenas nesse horizonte que se joga a salvaguarda das possibilidades da (a)ventura humana.

E se alguma promessa o jornalismo pode hoje realizar será exatamente essa, a de se colocar de raiz no horizonte de uma comunidade partilhada. Estando nós hoje privados de normas universais que nos destinem, e com o Mercado e o Estado num torvelinho vão para as substituírem, vivemos um tempo em que o jornalismo não pode deixar de dizer a crise desta época, o seu mal-estar e a sua melancolia, embora também não possa deixar de figurar, por outro lado, o horizonte de uma comunidade partilhada, que sonhe com a redenção do humano, no combate por uma democracia a vir.

A obra que Rafael Paes Henriques dá agora à estampa constitui, sem dúvida, uma relevante contribuição para este debate sobre a natureza e as possibilidades atuais do jornalismo.

Preâmbulo

Toda semana – sempre aos domingos – o diretor de redação do jornal regional escreve, na seção de opinião, um artigo dirigido aos seus leitores. Não se trata do editorial da publicação. O texto não é a manifestação institucional da empresa. É um artigo assinado, mas que não leva o nome de um jornalista qualquer. Traz a visão daquele que ocupa o mais alto cargo na hierarquia da redação. Esse produto é uma espécie de ensaio, em que o diretor discute, entre outros assuntos, questões relativas à própria atividade, ou seja, é um texto que, muitas vezes, assume caráter meta-discursivo. É este o caso a seguir:

[...] Não, jornalista não é juiz. No entanto, não podemos fugir da tarefa de fornecer informações às pessoas, para que elas formem suas opiniões. “Mas o noticiário praticamente condena o casal” é a crítica mais comum. Errado. O que compromete o casal são os laudos técnicos e a série de evidências levantadas pela polícia, divulgados com muitos detalhes por vários meios de comunicação. [...]

[...] Podem ter ocorrido exageros na cobertura do Caso Isabella¹. A transmissão ao vivo da reconstituição do crime, por exemplo, é questionável. Mas poucos fatos revelados pela imprensa até o momento foram desmentidos. As provas são insuficientes? Mas esse é um problema da esfera jurídica [...] (LEITE, Antônio Carlos. “Da redação”. A Gazeta, 04/05/2008).

Os pequenos trechos selecionados e transcritos acima fazem parte de apenas um artigo, escrito e publicado numa única edição de um dos jornais² mais importantes do Espírito Santo. Apesar da brevidade e pontualidade, e mesmo tendo sido escrito por um só jornalista, o texto funciona como uma espécie de *flash* fotográfico que, a despeito da reduzida duração, ilumina os objetos com

1 Isabella era uma criança, de apenas cinco anos, que morreu depois de ter sido jogada de uma das janelas do apartamento em que morava, no sexto andar de um edifício de classe média, na zona norte de São Paulo, no dia 29 de março de 2008. Os principais suspeitos do crime eram o pai e a madrastra da menina. Eles foram a júri popular, em 2010, e acabaram condenados a mais de 26 anos de prisão.

2 O jornal *A Gazeta* é o mais antigo da região ainda em circulação, tendo sido fundado em 1928. Hoje, de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC de 2012), tem uma tiragem média de 26 mil 770 exemplares.

intensidade suficiente para revelar a imagem pretendida. Com a metáfora, quer-se destacar que, embora pequeno, o artigo permite a identificação de questões muito importantes, uma vez que aponta claramente para elementos que são parte constitutiva da atividade e que, de alguma forma, estruturam a cultura jornalística. O artigo serve como uma concisa e representativa amostra da maneira como os jornalistas enxergam seu próprio fazer; do grau de criticidade que os envolvidos na confecção de notícias têm em relação a este processo de produção e também em relação às consequências de seus produtos; de como se dá a relação do campo jornalístico com outros campos de produção do conhecimento; e também de como os jornalistas lidam com o escrutínio público.

Introdução

É por meio da linguagem, de modos de codificação próprios e específicos, que o jornalismo opera uma espécie de tradução do que acontece. Nesse processo, fatos viram notícias. Em alguma medida, o real vai parar nas páginas dos jornais, pode ser encontrado na Internet, ouvido no rádio ou visto na televisão. É claro que nem todos os acontecimentos são objeto de reportagens. A partir de valores e critérios de noticiabilidade, o jornalismo seleciona, classifica e hierarquiza a realidade, determinando aquilo que tem importância. Consequentemente, os juízos do campo jornalístico definem também os assuntos que, por outro lado, não merecem atenção. Dessa forma, esses últimos não ascendem à categoria do existente e permanecem sem ser desvelados pela atividade. Com essa última afirmação, não se quer reduzir a realidade àquilo que aparece nos *media*, mas, sim, destacar a função de visibilidade social cumprida pelos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas.

Independentemente das limitações impostas ao jornalismo por razões de tempo e de espaço, a sua prática ocupa hoje um lugar privilegiado na inteligibilidade da atualidade. É verdade que ele não é a nossa única fonte de informação e de conhecimento, nem uma forma exclusiva de contato com o mundo. Também não se quer afirmar, aqui, que os meios de comunicação são intermediários de todas as nossas relações sociais. Mas é preciso reconhecer que, para além de nosso ambiente pessoal e imediato e da nossa observação direta, os *media* são o principal elemento de interposição entre nós e as experiências do mundo. As notícias são, na maioria das vezes, nossa única ligação com uma série de acontecimentos aos quais não estivemos presentes, mas que nos são relatados por meio dos jornais, rádio, televisão e também da Internet.

Nessa atividade de mediação, o jornalismo desempenha uma tarefa de grande importância. Isso porque, sem algum grau de percepção comum da realidade, seja qual for a sua origem, não podemos ter uma vida social organizada. É preciso uma instância que nos estruture, que dê sentido, feição e forma à experiência contemporânea. E hoje, são os *media* que cumprem esse papel; eles atribuem alguma unidade para a dispersão e fragmentação da existência; constroem esse “mundo comum”.

Nessa perspectiva, o jornalismo é considerado – tanto por aqueles que o realizam, como por aqueles que consomem seus

produtos – como uma narrativa que tem, como parte constitutiva, essa função de conferir alguma unidade à sociedade. O jornalismo é reconhecido como uma atividade que tem esse projeto em sua base; é identificado como uma ação que tem, justamente, essa finalidade. Por isso, ocupa um espaço privilegiado no qual se realiza esta espécie de “comunhão”.

Para cumprir com esse objetivo, já o dissemos, o jornalismo define aquilo que será objeto de atenção e de discussão das pessoas, toda vez que escolhe – a partir de critérios próprios – aquilo que será, ou não, objeto de reportagens. Na prática, os cânones da atividade são muito mais do que simples conceitos ou ideias; não se trata apenas de uma série de transparentes e inocentes normas de redação e conduta, mas funcionam, de fato, como verdadeiros operadores sociais. Tudo isso produz sentido, organiza a atividade e define não só a forma, como também o conteúdo de seus produtos.

Se é assim, não há dúvidas de que o ponto fundamental aqui, e que merece uma problematização mais pormenorizada, é como, e com que consequências, a imprensa realiza a operação de “tradução” do que acontece. Sabe-se que o jornalismo cumpre a tarefa de servir de fonte comum de percepção da realidade à sua maneira e que realiza essa função segundo critérios e valores particulares, a partir de modos de codificação específicos, ou seja, que são da própria atividade.

A tarefa do jornalismo é informar. Isso, ninguém discute. O que é bem menos consensual, e que precisa ser objeto de uma reflexão mais detalhada, é como essa operação de informar se efetiva. Sabemos que o trabalho é realizado desde valores e a partir de uma linguagem própria e comum, que é partilhada por todos aqueles que pertencem ao campo. Por isso, para se compreender o modo como hoje nos relacionamos e entendemos a realidade, para se perceber melhor a maneira como essa espécie de “mundo comum” é constituído, faz-se necessário investigar os meios de comunicação e seus procedimentos. É preciso voltar o olhar para a forma como o jornalismo produz conhecimento; identificar as referências a partir das quais a tarefa é realizada. É forçoso reconhecer a necessidade de se investigar também qual é o resultado e de se analisar criticamente que tipo de conhecimento é esse produzido.

É justamente este o tema deste trabalho, a saber, a epistemologia do jornalismo. Não é de hoje que o senso comum questiona a capacidade de a atividade produzir conhecimentos válidos. E esse debate permanece bastante atual, uma vez que as acusações

de manipulação da informação continuam na ordem do dia. Para dar conta da complexa tarefa de investigar o jornalismo enquanto forma particular de produção de conhecimento, esta pesquisa vai centrar-se na questão da linguagem. Isso porque é por meio dela que o jornalismo realiza a mediação entre o público e as experiências do mundo; é na, e pela linguagem, que a atividade jornalística realiza a “tradução” do que acontece atribuindo sentido aos fenômenos relatados.

[...] significar é também um problema epistemológico, um problema sobre a possibilidade de um saber e sobre a possibilidade de sua construção. É, além disso, um problema hermenêutico, que coloca as questões da verdade, validade e legitimidade das representações feitas. É ainda uma construção social, dado os nossos próprios esquemas mentais serem sociais (MARTINS, 2002, p. 29-30).

A pergunta de partida da nossa investigação é a seguinte: enquanto linguagem que obedece a uma “gramática” própria, como o jornalismo pode ser compreendido como forma de conhecimento? Essa questão central se divide em outras duas: Como o jornalismo pode ser lido pela perspectiva que vê a linguagem como representação? Como é interpretado a partir do horizonte que concebe a linguagem como produção de significados, localizando-a mais ao campo da expressão?

É bem verdade que não existem apenas duas possibilidades, dois caminhos para responder a essas perguntas. De fato, há muitas trilhas traçadas nesta floresta. Entretanto, por opção metodológica, vamos analisar a linguagem jornalística, como forma de conhecimento e de construção, acesso ou de adequação à verdade, a partir de dois investigadores francófonos que trabalharam muito bem esta problemática, e cuja contribuição ajudou a esclarecer muitos pontos: André Joly e Francis Jacques.

Antes de entrarmos mais especificamente na perspectiva de análise proposta por este trabalho, é preciso fazer uma revisão de como o tema já foi trabalhado por outros horizontes de investigação. Definitivamente, esta não é a primeira pesquisa a se ocupar dessas questões. Com o exercício, esta investigação quer buscar algumas referências; vamos identificar e analisar certos estudos, concentrando o olhar naqueles que produziram as contribuições mais importantes para o campo.

É claro que, nesse recuo, não conseguiremos dar conta de tudo aquilo que foi produzido sobre o objeto aqui colocado; nem essa é a proposta. Nesse percurso, este trabalho quer, de alguma maneira, mapear o terreno em que as questões, que são aqui levantadas, nasceram e onde, posteriormente, foram ganhando mais corpo.

Robert Park e a inauguração do terreno

Em 1940, o jornalista e sociólogo norte-americano Robert Ezra Park dá uma importante contribuição na tentativa de situar o jornalismo enquanto uma forma de conhecimento singular. Em um artigo pioneiro³, o autor sustenta que as notícias ocupam um lugar específico, entre todos os tipos e gêneros de conhecimento existentes. Não se trata de uma atividade cujos resultados são produto do mesmo rigor e exatidão do método científico. Por outro lado, as notícias também não são uma forma de conhecimento baseada e calcada somente no senso comum. Dessa forma, na análise de Park, o jornalismo, enquanto forma particular de saber, situa-se a meio caminho de dois gêneros epistemológicos: a “familiaridade com” e o “conhecimento sobre”.

No trabalho, Park toma emprestada essa tipificação do conhecimento, que foi desenvolvida pelo psicólogo norte-americano William James – um dos maiores representantes do pragmatismo americano – de quem foi assistente. Nessa classificação, a “familiaridade com” e o “conhecimento sobre” se distinguem tanto em termos gerais como também práticos. Vejamos como ela se estrutura.

A “familiaridade com” é um tipo de conhecimento que se origina na nossa experiência pessoal e individual, por isso, é, em certa medida, inevitável. Sua base é o tato, o hábito e o costume. Esse saber se forma e se estrutura no dia-a-dia de cada um, no contato com o mundo que nos rodeia. De fato, para o autor, em toda mente capaz de articular linguagem, existe algum conhecimento sobre tudo. A “familiaridade com” seria, então, essa espécie de conhecimento que advém de uma adaptação lenta e gradual do indivíduo ao seu *habitat*, ou seja, é um saber de ajustamento. Por isso, ela tem relação direta com o senso comum. Não é um

3 PARK, Robert E. “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento”. In: ESTEVES, João Pissarra. (org.). *Comunicação e Sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002 [1940].

conhecimento analítico nem formal, não dispõe nem se utiliza de nenhum método. Para o sociólogo, essa forma de saber é simples e bastante intuitiva, porém, ainda assim, é válida, já que é muito útil em nosso cotidiano. Aliás, para o autor, provavelmente seja a partir dela que fazemos a maior parte dos juízos e que tomamos a maioria das decisões mais corriqueiras do dia-a-dia.

Em um trabalho em que apresenta o artigo de Park e propõe uma arquitetura de *A notícia como forma de conhecimento*, a professora Isabelle de Melo avalia que a “familiaridade com” acaba por resultar numa inevitável integração de sujeito e objeto. “Há uma indistinção em que o conhecimento sobre o real passa a ser de tal forma naturalizado que perdemos sua dimensão como construção simbólica e social” (MELO, 2007, p. 5).

Uma última caracterização torna-se também fundamental, principalmente para se identificar em seguida, com mais clareza e exatidão, onde o autor localiza as notícias enquanto forma específica de conhecimento. Destacamos que na tipificação proposta por James – pelo menos de acordo com a maneira como Park interpretou a classificação – a “familiaridade com” não é um tipo de conhecimento passível de ser articulado e, por isso, não é facilmente transmissível. Ela se aproxima mais da intuição e do instinto, logo não é comunicável. “Trata-se de características que os indivíduos adquirem de forma informal e inconsciente; mas, uma vez adquiridas, tendem a tornar-se privadas e pessoais” (PARK, 2002, p. 36).

O “conhecimento sobre”, por sua vez, é um tipo de saber que procura a exatidão e a precisão. Esse conhecimento – assim como qualquer outra forma de saber – também tem o objetivo de se aproximar dos fenômenos, mas, aqui, essa tarefa é realizada de uma maneira distinta. É um saber que não é mera experiência acumulada, mas sim o resultado de investigação sistemática e metódica da natureza. Nele, há um claro esforço para separar sujeito e objeto.

Este é um conhecimento formal, racional e sistemático. Baseia-se na observação e em factos, mas factos que foram verificados, catalogados, regimentados e, por último, ordenados de acordo com esta ou aquela perspectiva, segundo o objectivo e o ponto de vista do investigador (PARK, 2002, p. 37).

Outra característica basilar e que merece bastante atenção é que essa estrutura epistemológica sempre trabalha com o objetivo de tornar o real inteligível, por meio da linguagem. Na

verdade, é essa a sua finalidade última: produzir conhecimento que possa ser, por um lado, acumulado e, por outro, passado à frente; seus conceitos e sentenças devem poder ser transmitidos para que, assim, sejam também verificados, por outras pessoas, na própria experiência.

O que constitui, no entanto, característica única do conhecimento científico, em contraste com outras formas de conhecimento, é que é comunicável, ao contrário do que acontece com o senso comum ou conhecimento baseado na experiência clínica e prática (PARK, 2002, p. 38).

É exatamente por essa peculiaridade que os resultados obtidos por meio desse tipo de conhecimento somente atingem legitimidade e reconhecimento quando são ratificados pelos pares que também se utilizam da mesma estrutura epistemológica. Isso quer dizer que todo produto do conhecimento das ciências, por exemplo, depende da coletivização e do reconhecimento de uma comunidade. É justamente para isso que servem os congressos: para que as investigações que estão sendo desenvolvidas tornem-se não só conhecidas, mas também para que sejam reconhecidas e legitimadas por outros investigadores.

Por meio de uma metodologia, uma maneira própria de produção, esse tipo de conhecimento permite a substituição dos acontecimentos por palavras e, nesse processo, cria-se uma ordem lógica e conceitual, onde antes só havia a ordem efetiva das coisas. Onde outrora reinava apenas a dinâmica da própria realidade, passa a existir também uma organização, uma explicação desse modo de funcionamento. E essa ordem lógica, fruto desse trabalho, pode – e deve – ser confirmada, ou não, por todas as pessoas, na experiência. Portanto é perfeitamente passível de verificação.

Outra característica da ciência que reforça a importância da comunicabilidade do “conhecimento sobre” é a necessidade de sempre se buscar outras referências no mesmo tema de trabalho. Ou seja, quando um cientista resolve escrever ou pesquisar um determinado objeto, ele deve sempre partir – na lógica da cultura científica e acadêmica – daquilo que já foi escrito sobre a questão; dos resultados que já foram encontrados. E nesse processo o saber vai se acumulando, o homem vai conhecendo melhor os fenômenos. Dessa forma – pelo menos nesse horizonte epistemológico –, fica-se mais perto da verdade.

Feita essa distinção, a análise de Park procura, então, localizar o jornalismo nesse terreno. Para o autor, as notícias são uma espécie de conhecimento que não opera exatamente, nem nos moldes da “familiaridade com”, nem segundo o modo de funcionamento do “conhecimento sobre”, mas que carrega marcas e características dessas duas formas de saber. Definitivamente, os produtos jornalísticos não são frutos de uma forma de conhecimento solidamente sistematizada, como são as ciências físicas e da natureza. Estas lidam diretamente com as próprias coisas. Como sempre lidam com fatos, na perspectiva de Park, as notícias se aproximariam mais da História, visto que sempre trabalham no sentido de localizar os fenômenos no tempo e no espaço. Mas a comparação entre as duas revela uma série de particularidades. É que, apesar de ambas possuírem como matéria-prima os acontecimentos, a maneira de selecioná-los e tratá-los é completamente distinta, conforme ressalta o comentário de Melo ao artigo de Park.

Enquanto a História busca localizar o acontecimento dentro de uma ordem maior, a notícia mira-se apenas no acontecimento em sua pontualidade. Enquanto que a História busca interpretar e localizar, a notícia quer apenas apresentar e descrever (MELO, 2007, p. 6-7).

Assim, a distinção entre História e jornalismo proposta pelo autor reside na seguinte diferença: as notícias preocupam-se somente com a fatualidade dos acontecimentos; com a singularidade de cada evento. Já a História tem por tarefa, a partir dos fatos – somente dos fatos classificados como históricos, diga-se de passagem –, estabelecer suas causas e consequências, descobrir quais são os antecedentes, ou seja, tentar sempre ligar, de alguma maneira, um acontecimento ao outro.

É exatamente por essa última característica que o sociólogo limita o foco e a atenção das notícias naquilo que denominou de “presente ilusório”.

O que se pretende aqui significar por “presente ilusório” é sugerido pelo facto de as notícias, como os editores da imprensa comercial bem sabem, serem um bem extremamente perecível. As notícias mantêm esse estatuto apenas até chegarem às pessoas para quem tem “interesse noticioso”. Uma vez publicadas e o seu significado reconhecido, as notícias passam à história (PARK, 2002, p. 40).

Nesse sentido, na avaliação do autor, as notícias são uma forma de conhecimento sobre o presente que somente tem validade neste mesmo presente. Na estrutura da atividade jornalística, a transitoriedade e a efemeridade são aspectos essenciais. Dessa maneira, o jornalismo, enquanto forma específica de saber, se aproximaria do gênero epistemológico “familiaridade com”. Isso porque, nesse horizonte, as notícias são um conhecimento da experiência, do aqui e do agora; é como se a atividade não comportasse nenhum cariz metafísico, como se fosse vazia de sentido, por isso, baseada somente num contato isento com o mundo. De acordo com estes parâmetros, o jornalismo, em grande medida, realizaria uma espécie de mediação transparente da experiência, funcionando como espelho desinteressado da realidade.

Melo faz uma interpretação das ideias de Park que vai justamente ao encontro da nossa:

A primeira função da notícia que a confere estatuto institucional seria, para o autor, o processo de mediatização do real. Assim, a notícia ao ser apresentada ao público assemelha-se à experiência direta do sujeito com o real, já que mediatização jornalística busca meramente relatar fatos, sem necessariamente interpretá-los ou ordená-los (MELO, 2007, p. 10).

Mas, no próprio artigo de Park, é possível encontrar as contradições que apontam para a fraqueza desses argumentos. No mesmo texto estão as chaves que abrem um horizonte de análise da produção das notícias que enxerga as suas opacidades:

As notícias aparecem sob forma de pequenas comunicações, independentes entre si, que podem ser fácil e rapidamente compreendidas. De facto, as notícias desempenham as mesmas funções para o público que a percepção para o indivíduo; o que quer dizer que mais do que informar, orientam o público, transmitindo em cada notícia e *no conjunto* das notícias o que se passa. Isto acontece sem qualquer esforço por parte do jornalista em interpretar os acontecimentos que relata, a não ser na medida em que *os torna mais compreensíveis e interessantes* (PARK, 2002, p. 41) [grifos nossos].

Ora, mas se como diz o autor, as notícias transmitem “o que se passa” não só de maneira avulsa, mas também em seu conjunto; e

se na sua atividade, o jornalista realiza o esforço de tornar os fatos mais compreensíveis e interessantes, não nos parece que o jornalismo se isente completamente da operação de estabelecer algumas ligações entre os acontecimentos, e muito menos que os jornalistas possam ir aos fatos totalmente desprovidos de interesses.

A partir do parágrafo acima, pode-se dizer que é mesmo próprio da atividade fazer associações entre os acontecimentos disponíveis em um noticiário, realizando uma primeira leitura de caráter interpretativo. Notícias de uma greve estão sempre ao lado de outras com as consequências da paralisação. Está assim estabelecida uma relação de causa e efeito. Estas aproximações simbólicas e outros fechamentos semânticos fazem parte das operações diárias do jornalismo, estão sempre na rotina de todos aqueles que se ocupam desta atividade. Também é possível afirmar que, se há intencionalidade de ser compreensível e interessante, por parte de quem escreve, não se vai aos acontecimentos completamente desprovido de perspectivas apriorísticas. Não se realiza a operação completamente vazia de sentido.

Tanto isso é verdade, que, mesmo no curto artigo sobre o jornalismo como forma de conhecimento, Park enumera uma série de critérios para se definir aquilo que é ou não notícia. “Não é a importância intrínseca de um acontecimento que lhe confere valor-notícia. É antes o facto de um acontecimento ser tão invulgar que a publicação provoque surpresa, divertimento ou excitação dos leitores, de forma a ser recordado e repetido” (PARK, 2002, p. 42). Em outra passagem:

As notícias, pelo menos no sentido estrito do termo, não são histórias nem anedotas. São antes qualquer coisa que tem, para quem ouve e lê, um interesse pragmático e não meramente apreciativo. As notícias são tipicamente, se não sempre, limitadas a acontecimentos que trazem mudanças súbitas e decisivas (PARK, 2002, p. 44).

É mesmo difícil acreditar na *importância intrínseca* de alguma coisa, qualquer que seja o fato ou objeto. A afirmação acima serve, a bem dizer, para reforçar a ideia de que a seleção e organização das notícias seguem uma lógica própria. Ou seja, elas (as notícias) não são transparentes, só não vê quem não quer. Desta forma, mesmo em Park, podemos verificar que as notícias não são um relato desinteressado e descomprometido da experiência, o que revela imediatamente a contradição.

E mais um aspecto relevante distingue bem as notícias como forma de conhecimento do saber do tipo “familiaridade com”. É que toda e qualquer notícia responde sempre a uma mesma preocupação; este produto singular serve indefinidamente ao mesmo senhor: a comunicabilidade. Este imperativo da atividade vai de encontro a este gênero epistemológico que apresenta radicais limitações para ser articulado e transmitido. Só que se, por um lado, o jornalismo se afasta de uma extremidade, por outro, aproxima-se da outra ponta. A obrigação de ser comunicável identifica o saber da atividade com o “conhecimento sobre”. As notícias só servem se para comunicar; só têm valor, em se transmitindo.

Dissemos que há intenção, que existem interesses e que até mesmo pode-se identificar um conjunto de valores e até algumas regras práticas que determinam o que é, ou não, notícia. E mais: podemos afirmar que existe uma técnica específica para transpor a realidade para as páginas de um jornal ou da Internet, ou para as ondas de rádio e TV. Esta tradução obedece a uma gramática e a um modo de codificação próprios. Não é porque a atividade não tem o objetivo de apreender a totalidade dos fenômenos dos quais se ocupa que deixa de ter um método e de gerar algum efeito de sentido a tudo aquilo que relata. Não se pode negar que, mesmo se limitando, muitas vezes, à singularidade dos fatos, o jornalismo seleciona, organiza e dá sentido à realidade.

Na verdade, é a perspectiva de Park que limita artificialmente a atividade jornalística a uma simples operação de mediatização das experiências do mundo. Sua dificuldade para identificar terminantemente o jornalismo como atividade que partilha completamente das premissas de apenas uma das duas formas de conhecimento tipificadas por James – “conhecimento sobre” e “familiaridade com” – é artificial e parece estar baseada em um erro.

Sabemos que a atividade se utiliza dos valores-notícia como critério de seleção da realidade. Porém eles não são estanques, nem são imutáveis. Os critérios de noticiabilidade variam com o desenrolar dos acontecimentos, mudam com o passar do tempo e também de acordo com o perfil do veículo e as características do público-alvo. “O facto é que o que faz a notícia é o interesse da notícia, e isso, como qualquer editor local sabe, é muito variável – com o que o editor tem que contar desde o momento em que se senta de manhã à sua secretária [estação de trabalho] até o fecho do jornal” (PARK, 2002, p. 43). Mas ainda assim, não há como negar a existência de certos parâmetros que são seguidos por todos

e que definem, de alguma maneira, o que é notícia e a forma como ela deve ser apresentada. Não se pode negar a existência de certos valores que são compartilhados pelos diversos atores do campo.

Não se pode esquecer que até mesmo a sisuda ciência também é um campo em disputa. As rígidas regras do método científico – que sempre trabalham na perspectiva do “conhecimento sobre” – não são tão rígidas assim, pois há muitos pontos divergentes. Nas Ciências da Comunicação, por exemplo, há uma antiga discussão sobre o peso e a necessidade de se privilegiar análises quantitativas em detrimento das qualitativas. Onde há hegemonia, sempre existe contra-hegemonia. E esse saudável debate é mesmo bem característico das ciências. Ou pelo menos deveria sê-lo.

Reforçamos mais uma vez que o jornalismo não dispõe de um método de trabalho rigidamente estabelecido, nem leis generalistas para regular plenamente a atividade. Pelo contrário, os valores do jornalismo estão sempre em uma constante disputa, em um conflito e tensão que envolve todos, em alguma medida. Mas ainda assim, queremos afirmar que a atividade possui uma série de princípios norteadores, uma gramática particular e também certas regras de codificação próprias.

Apesar da falta de tempo para análises mais rigorosas – e por que não dizer, em muitas situações, mais cautelosas –, as notícias são fruto de um trabalho que realiza, sim, a substituição das próprias coisas por palavras, na tentativa de tornar o real facilmente inteligível. E esse processo segue um método específico que vai ser analisado no capítulo 1 deste livro.

O que Park parece não conseguir ver é que, assim como as ciências, o jornalismo dispõe de um método e, assim como a História, a atividade exerce um trabalho de produção simbólica. Não nos parece ser possível apresentar e descrever acontecimentos sem algum grau de interpretação e de localização destes fatos no universo de todos os acontecimentos. É exatamente por esse motivo que Adelmo Genro Filho identifica o horizonte de Park com uma visão positivista e natural da atividade.

Ao não compreender essa questão, Robert E. Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico [já que não deve estabelecer relações], cuja função é somente integrar os indivíduos no “status quo”, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente (GENRO FILHO, 1989, p. 59).

A avaliação de Genro Filho também estabelece a questão da linguagem como peça fundamental na compreensão do método de trabalho do jornalismo.

Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Conseqüentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre jornalismo e percepção individual, mas sim de uma “simulação” desta correspondência (GENRO FILHO, 1989, p. 58).

O artigo de Park tem o mérito de, pela primeira vez, tentar situar o jornalismo como uma forma particular de produção de conhecimento. Por outro lado, a maior limitação do modelo de análise proposto pelo sociólogo é ter desconsiderado que a simulação descrita na citação acima, não passa de uma ficção, de um mito da atividade. O problema é deixar de tratar a simulação enquanto tal. Ao contrário, a análise do sociólogo identifica como essência do jornalismo justamente uma função de mediação que seria realizada, de forma transparente, de maneira orgânica e quase natural, pela atividade. Desconsidera-se, assim, o trabalho que é realizado em toda operação de “tradução” do que acontece; não se leva em conta que a gramática jornalística foi e é historicamente determinada.

Chega até, como foi indicado, a situar o jornalismo como “forma de conhecimento”. Mas atribui a essa expressão um sentido vulgar e pragmático, vinculado apenas à reprodução da sociedade. Ao rebaixar desse modo o conhecimento assim produzido, desaparece o próprio objeto delineado como “função”, dissolvendo-se sua especificidade no elementarismo de certas técnicas e regras do “bom jornalismo” (GENRO FILHO, 1989, p. 37-38).

Por outro lado, além de inaugurar o terreno, o artigo de Park tem como virtude o deslocamento do foco de atenção, que opera ao preterir a discussão da validade e verdade do conhecimento, e concentrar a análise na tentativa de descobrir “[...] quais são as condições de emergência de diferentes tipos de conhecimento e [na identificação de] que funções tem em cada um deles” (PARK, 2002, p. 45). É por essa mesma via de análise que esta investigação quer caminhar.

O Jornalismo como conhecimento cristalizado no singular

A segunda perspectiva que vamos analisar baseia-se numa sólida investigação que deixou uma contribuição importante e significativa para o debate sobre aquilo que se constitui enquanto especificidade da atividade jornalística. Com uma abordagem teórica própria, a reflexão do jornalista e professor brasileiro Adelmo Genro Filho – nomeadamente em *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*⁴ – não se limita a descrever apenas questões operativas e técnicas da atividade. Além disso, de modo nenhum trata-se de um trabalho de investigação simplista que resume a problemática à denúncia de intenções ideológicas e de classe presentes no jornalismo.

Aliás, essa é a principal crítica do autor: ele avalia que as perspectivas adotadas por trabalhos anteriores, ou se limitam a uma descrição meramente técnica e funcional, ou restringem a atividade a camisa de força imposta pelo modo de produção capitalista, numa visão apocalíptica e redutora que ignora as particularidades do jornalismo.

De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular de dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos “aparelhos ideológicos de Estado”, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como “crítica responsável” baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma “função social” voltada para “o aperfeiçoamento das instituições democráticas” (GENRO FILHO, 1989, p. 37).

A análise de Genro Filho tem, pelo contrário, a virtude de entender o jornalismo para além de uma visão fatalista da atividade enquanto instrumento de dominação capitalista, conforme uma leitura preconceituosa do título do livro poderia sugerir. No horizonte do autor, o jornalismo é, na verdade, uma forma social

4 GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Ortiz, 2ª impressão, 1989.

de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção. Genro Filho reconhece que o jornalismo é sim o filho mais legítimo do casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, quer dizer, é o produto mais típico desse consórcio histórico. Mas, por outro lado, o autor tem a certeza de que a atividade precisa ser reconhecida em sua relativa autonomia com relação a esta herança e também na sua indiscutível grandeza.

O trabalho do autor é denso e exaustivo. Antes de entrar propriamente no modelo de análise proposto, Genro Filho discute com riqueza de detalhes aspectos de três grandes correntes: o “funcionalismo norte-americano”; a “Escola de Frankfurt”; e uma espécie de concepção sobre o jornalismo que se autoproclama marxista, mas que ele chama de “reducionismo ideológico”. Vejamos rapidamente quais as principais questões apontadas e discutidas pelo autor.

Para Genro Filho, a primeira corrente de análise do jornalismo é extremamente limitada e, por que não dizer, ingênua e conservadora. Isso porque o funcionalismo norte-americano fundamenta a atividade em uma necessidade pragmática das sociedades contemporâneas. Todos precisamos de informação, e o jornalismo existe para cumprir esta função social: servir de elemento mediador entre as pessoas e os acontecimentos. É claro que, na prática, é exatamente isso que o jornalismo realiza, porém, a crítica do autor reside, principalmente, na transparência que a visão funcionalista atribui a este processo.

Enquanto processo, ou seja, como dinâmica, essa operação é fruto de diversos aspectos históricos e sociais, de um contexto próprio. Logo, para o autor, não há nada de natural na forma como se faz jornalismo hoje; não há nada de óbvio nas escolhas que são feitas pelos jornalistas diariamente, nem no perfil que a atividade adquiriu com o passar do tempo. Pelo contrário, a maneira “correta” de se realizar a tarefa de mediação da realidade foi instituída ao longo dos anos. O que é, ou não, “bom jornalismo” foi e está sempre sendo construído aos poucos. E é para esta construção que devemos voltar o nosso olhar.

Trata-se do fenômeno humano que, dotado de consciência, elevou-se acima do mundo físico, da objetividade em geral, não só porque é capaz de pensar esse mundo, mas igualmente de pro-

duzi-lo como realidade apropriada, como realidade humana e humanizada (GENRO FILHO, 1989, p. 79).

Dessa forma, não se pode afirmar que a “tradução” do que acontece, realizada pelo jornalismo, constitui-se como uma espécie de espelho desinteressado da realidade. A atividade, definitivamente, não opera nas mesmas bases que a percepção individual. Como ilustração da opacidade do processo, Genro Filho se debruça sobre os critérios de noticiabilidade. Eles são construídos e partilhados pelo campo, apesar de algumas diferenças existentes entre os veículos. Segundo um desses valores – a previsibilidade –, aquilo que foge da linearidade, ou seja, os eventos que rompem a ordem, que não poderiam ser previstos ou esperados, tem mais valor notícia do que fatos corriqueiros e já esperados. Dessa maneira, nunca lemos ou ouvimos uma notícia dando conta de que o comércio vai abrir as portas numa segunda-feira normal, dia útil.

Mas mesmo um acontecimento com alta probabilidade, como, por exemplo, novos protestos de monges budistas contra a dominação chinesa no Tibete, ou mesmo os sucessivos confrontos entre a polícia militar e os traficantes de drogas nos morros cariocas, continuam sendo alvo de cobertura jornalística. Ou seja, passam a ter valor, por outros motivos, e não por causa do ineditismo ou da não-previsibilidade. É claro que existem outros valores-notícia que também servem para auxiliar no julgamento daquilo que deve ou não ser objeto de cobertura jornalística. Mas não se pode negar que a ligação de certos fatos ao desenvolvimento social e também a muitos aspectos que são subjetivos – como a solidariedade ou o posicionamento político frente aos antecedentes nos quais o evento está inserido – são determinantes nessa escolha.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade (GENRO FILHO, 1989, p. 49).

Por outro lado, como exemplo de análise antagonônica, o autor avalia e também reconhece algumas limitações e fraquezas nos estudos do jornalismo enquanto forma de conhecimento, que bebem exclusivamente na fonte da Escola de Frankfurt. Ora, mas se Genro Filho admite a filiação do jornalismo ao advento do capitalismo e aos meios industriais de difundir informações; se o autor reconhece o viés ideológico presente em condição *sine qua non* em qualquer fato, não haveria nada mais próximo das concepções dessa tradição filosófica. Onde, então, se encontrariam as divergências entre a Escola de Frankfurt e a proposta do autor?

O ponto de maior distanciamento reside na possibilidade ou impossibilidade de uma saída viável ao jornalismo enquanto atividade, com as atuais configurações. Não há dúvidas de que a Escola de Frankfurt traz uma leitura original dos meios de comunicação na sua relação com a economia de mercado. Nessa perspectiva, Genro Filho concorda que a apropriação e determinação da arte e da cultura pelos valores mercantis é extremamente corrosiva e degradante. Inclusive o surgimento e a quase onipresença de novas mediações técnicas nas atividades culturais e artísticas são considerados muito negativos, ou seja, para os frankfurtianos, a tecnologia piorou muito a produção cultural e é vista como um mal incorrigível. Ela pasteurizou e mediocrizou a arte e a cultura. É como se não houvesse possibilidade de “salvar” a cultura, enquanto forem utilizadas determinadas ferramentas.

Nesse ponto, Genro Filho faz um esclarecimento: frequentemente uma leitura apressada da Escola de Frankfurt sugere que, nessa tradição acadêmica, as mudanças tecnológicas são julgadas como algo muito ruim, por natureza. É como se a crítica se baseasse numa execução abstrata da tecnologia, por ela mesma. Em vez de uma aversão absoluta à tecnologia, para o autor, a Escola de Frankfurt quer, na verdade, afirmar que o desenvolvimento tecnológico é, necessariamente, o resultado do modo de produção capitalista. Além disso, a técnica também atua como agente multiplicador dos valores desse sistema. Quer isso dizer que, nessa perspectiva, as novas configurações das forças produtivas respondem forçosamente a uma prática específica e degradante – não há saída possível. Na verdade, “a técnica não é entendida como algo desumano, mas como um fenômeno ‘neutro’, que recebe integralmente o seu significado (negativo) das relações sociais” (GENRO FILHO, 1989, p. 99).

Genro Filho discorda. Para ele, a tecnologia realmente não pode ser considerada como algo bom ou ruim, em termos abso-

lutos, porém também não pode ser entendida como neutra, se este conceito pretender indicar passividade e relativismo total. Quer isso dizer que o autor tem um entendimento muito mais otimista e menos fatalista da questão: o desenvolvimento tecnológico pode não ser algo negativo, na medida em que, muitas vezes, opera mudanças nas relações sociais. Ele pode, por exemplo, criar novas potencialidades artísticas e políticas e possibilitar novos espaços e novas formas de luta. Para Genro Filho, a Escola de Frankfurt ignora que, com novas bases técnicas, houve uma generalização real da cultura, uma ampliação gigantesca do acesso à arte e às informações, e também surgiram novas alternativas estéticas que puderam e foram muito bem exploradas.

Dessa maneira, o autor avalia que a Escola de Frankfurt não enxerga as “potencialidades democráticas” e a “realidade contraditória” geradas pelos meios de comunicação de massa do capitalismo moderno. Enfim, há muitos aspectos positivos que são resultado direto das novas tecnologias e que, muitas vezes, não dependem do uso e da apropriação social que se faz delas. É como se novas possibilidades fossem parte constituinte dessas novas mediações técnicas. Com efeito, Genro Filho acredita que não é a base industrial, mas as relações sociais de produção atuais que atribuem cariz manipulativo e degradante ao jornalismo. Assim, se, por um lado, hoje a atividade jornalística está a serviço dos valores do capital, por outro, existe espaço para que se cumpra com outro papel; também é possível que o jornalismo opere a favor de uma apropriação da realidade mais humana e libertária.

Essa forma de conhecimento se, por um lado, possibilita a manipulação externa dos aparatos do processo de comunicação, por outro, encarna uma possibilidade extremamente revolucionária: 1) a possibilidade da crítica radical sobre essa manipulação que se exteriorizou; 2) e o caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade de conhecimento; por mais que ela pressuponha e direcione um determinado ponto de vista político, ideológico, moral e filosófico, o singular convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentidos e valores (GENRO FILHO, 1989, p. 134).

Por último, Genro Filho também se dedica a avaliar a concepção que vê o jornalismo unicamente como ideologia. Justamente por discordar fundamentalmente das premissas, o autor

nomeia este horizonte de análise de “reduccionismo ideológico”. Nele, o único jornalismo possível é aquele que realiza propaganda com objetivos políticos e ideológicos; e, nas atuais configurações, o dito jornalismo informativo se encerra na propagação dos valores do capital. Já que é assim, para alguns autores dessa perspectiva, como Habermas, por exemplo, só existiria uma saída: a atividade deveria retornar para o modelo da segunda metade do século XIX, quando era declaradamente opinativa, de caráter claramente partidário e de combate político. Vladimir Hudec⁵ – citado por Genro Filho – propõe coisa pior: se o jornalismo é apenas um instrumento de afirmação e hegemonia, se sua especificidade está centrada no papel ideológico que cumpre em função de uma ou de outra classe, a manipulação pode ser legítima, desde que a serviço dos ideais revolucionários.

Ao negar que a atividade se resuma a mera reprodução ideológica, Genro Filho não corrobora os velhos mitos do jornalismo informativo. Ao defender a possibilidade de um jornalismo que não se reduza ao caráter ideológico, o autor não se filia às concepções que não enxergam as opacidades do processo. O que se quer dizer é que esse é apenas um dos aspectos da atividade, que não se encerra exclusivamente aí. Para Genro Filho, não ser exclusivamente manifestação ideológica não significa automaticamente acreditar que os fatos, por si mesmos, produzam um significado objetivo totalmente independente do sujeito que os percebe e os elabora como mensagem codificada.

As informações, obviamente, não são puramente objetivas, sequer imparciais ou neutras. Mas é a necessidade universal e efetiva de informações de natureza jornalística que condiciona a possibilidade e a funcionalidade desse mito, quando, a partir da segunda metade do século XIX, as relações sociais se globalizam e os indivíduos de todos os recantos se tornam indivíduos inseridos numa única Humanidade (GENRO FILHO, 1989, p. 145-146).

O ponto aqui defendido por Genro Filho é que, na sua avaliação, existe a possibilidade, e também a necessidade, de um jornalismo que não seja meramente propagandístico nem completamente opinativo, mas que ampare uma forma específica de

5 HUDEC, Vladimir. *O que é jornalismo*. Lisboa: Caminho, 1980.

conhecimento da realidade social. A batalha por um produto crítico, que conteste o senso comum, mas que, ao mesmo tempo, não tenha o objetivo de propagandear pressupostos e premissas ideológicas é, para o autor, definitivamente possível e viável. E mais: é extremamente necessária.

Para escapar das limitações e constrangimentos que são próprios da atividade, o autor afirma que é preciso estar sempre atento. Essa discussão pode e deve ser travada, mesmo dentro dos jornais e veículos que respondem unicamente aos interesses de mercado. Genro Filho afirma que isso pode ser realizado a partir do escasso, mas significativo, espaço individual de cada jornalista e também utilizando-se do espaço que a redação, em seu conjunto, tem frente aos proprietários e diretores dos veículos.

Até o presente, as tentativas de abordagem sobre o fenômeno jornalístico, com seus variados enfoques – funcionalista, ideológico, econômico, semiológico, etc. – não ultrapassaram certos limites teóricos. Uma vez que o jornalismo inaugura historicamente uma nova possibilidade epistemológica, uma teoria capaz de abrangê-lo deve propor claramente o problema em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social (GENRO FILHO, 1989, p. 156).

O jornalismo, como conhecemos hoje, envolve uma maneira própria de apreensão e reprodução da realidade, uma determinação da funcionalidade técnica e uma linguagem. Com efeito, o autor afirma que devemos analisar a atividade – para além de instrumento ideológico ou de tradução transparente do real – como uma forma específica de conhecimento. Genro Filho avalia que é ponto superado que o jornalismo não se encerra e não responde às mesmas bases da comunicação elementar e cotidiana, já que, definitivamente, não se trata de um processo espontâneo e natural associado diretamente à consciência individual. Mas, por outro lado, o autor acredita que, de algum modo, a dimensão objetiva dos fatos pode nos dizer algo. E o que é mais importante: algo de novo.

Para dar conta da tarefa de entender como esta complexa operação se realiza, o autor vai buscar fundamentos em categorias com larga tradição na filosofia, nomeadamente em Hegel: o singular, o particular e o universal. Essas categorias sempre se referem a dimensões da própria realidade; são conceitos que re-

presentam formas objetivas de existência de todas as coisas no mundo; elas são maneiras de apreendermos e de estabelecermos sentido ao conjunto dos fenômenos com os quais nos relacionamos e que formam o concreto.

O singular é aquilo que não se repete, é único, ou seja, não é idêntico a nada. Por outro lado, entre as diversas singularidades existem traços de identidade, pontos de semelhança, alguma característica comum a grupos limitados: aí reside o particular. Por último, existe uma categoria capaz de classificar aspectos idênticos nos fenômenos que acontecem nos diversos grupos limitados. Eis o universal. Com efeito, toda a realidade pode ser “lida” em pelo menos três dimensões: o singular, o particular e o universal. Dizer que alguém é brasileiro, latino-americano e ser humano são três maneiras de “dizer a verdade”. Esse alguém faz parte do universal humanidade; do particular latino-americano; e do singular brasileiro.

Chamamos a atenção para o fato de que a relação entre as três categorias está sempre “amarrada”, como aponta o professor e jornalista Eduardo Meditsch⁶, em uma revisão da obra de Genro Filho. “Ou seja, o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal. Ele não é um particular em si. A relação é sempre relativa, trata-se de uma relação dialética” (MEDITSCH, 1992, p. 28). Além disso, é preciso atentar para o fato de que, em cada uma das dimensões, estão presentes as demais. No universal, estão contidas as partes: o singular e o particular. Não existe singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade. E não existe universalidade pura, sem que, dentro da universalidade, estejam dissolvidos os demais conceitos.

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 1989, p. 162).

6 MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

A partir dessa perspectiva, toda forma de conhecimento está cristalizada nas três categorias. Dependendo do tipo de saber, o foco está mais centrado em uma ou em outra extremidade.

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediatividade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto.

A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social (GENRO FILHO, 1989, p. 160).

Genro Filho utiliza as categorias hegelianas para localizar o jornalismo enquanto forma de conhecimento cristalizada no singular. Enquanto a ciência caminha do singular para o universal, ou seja, daquilo que é pura experiência direta, para dimensões generalizantes e conceituais, o jornalismo caminha em sentido contrário. A ciência quer estabelecer leis gerais e lógicas abstratas acerca do funcionamento de todas as coisas, já o jornalismo jura que não realiza, de forma alguma, essa tarefa. Pelo contrário, sua missão seria servir de espelho da realidade, realizar a mediação daquilo que acontece, seguindo os modos do próprio acontecimento, dando vazão unicamente à sua singularidade.

Mais uma vez ressaltamos que, ao definir o jornalismo como atividade cristalizada no singular, Genro Filho não quer se filiar a uma visão que o concebe como relato objetivo e transparente da realidade. A rigor, o autor acredita que nem mesmo aquilo que se percebe diretamente pelos sentidos é uma realidade sem mediações, pois já está embebido das universalidades do senso comum. Aliás, o próprio conceito de fato já implica a percepção social da objetividade, ou seja, a significação dessa objetividade é dada pelos sujeitos. Assim, na realidade, também os fatos jornalísticos não existem previamente como tais, mas são construídos pela atividade a partir de determinadas filiações. Já dissemos aqui que não há um fato e várias leituras ou opiniões, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento.

Se é assim, a escolha do jornalismo em cristalizar o seu modo de produção de conhecimento na singularidade significa mais uma estratégia discursiva e conceitual do que uma real transposição neutra das experiências individuais. Seguindo esta lógica, em uma reportagem jornalística sobre um julgamento, por exemplo, em vez de dizer que o réu estava muito nervoso – o que estaria identificando o acusado ao particular “nervoso” – todos os manuais de redação e estilo jornalísticos recomendam que se escreva que o réu suava bastante e não parava quieto, ou quaisquer outras impressões desse tipo. A ideia é evitar as generalizações com o objetivo de focar a atenção apenas no singular. Como se fosse possível descolar um acontecimento das suas múltiplas redes de significações.

A linguagem jornalística quer apreender a singularidade, mas só pode fazê-lo no contexto de uma particularidade determinada, ou seja, no contexto de generalizações e conexões limitadas capazes de atribuir sentido ao singular sem, no entanto, dissolvê-lo enquanto fenômeno único e irrepetível (GENRO FILHO, 1989, p. 182).

Com efeito, o mito da objetividade, ou imparcialidade jornalística, não pode ser tratado como se fosse algo diferente de mito. É, na verdade, um efeito de objetividade conseguido por meio de um relato que funda o seu conhecimento na singularidade, na tentativa de encobrir suas filiações e associações. É uma estrutura de produção de sentidos que carrega em si, como parte constituinte, um esforço para ocultar suas conexões e ligações, ou seja, seus pressupostos mais gerais e também seu esforço interpretativo. Essa possibilidade particular de produção de conhecimento, centrada em uma dimensão da realidade e que tem por estratégia tanto esconder quanto desvelar, existe, na prática, por meio do que Genro Filho chama de singular significativo, ou seja, é:

[...] o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito (GENRO FILHO, 1989, p. 122).

Ou ainda, segundo Meditsch:

É evidente que essa forma de conhecimento recebe uma inflexão ideológica segundo a visão dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o produzem. O Jornalismo também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo (MEDITSCH, 1992, p. 31).

Mas então, por que dissemos acima que Genro Filho entende que a dimensão objetiva dos fatos pode nos dizer algo de novo? É que a objetividade oferece uma quantidade quase que ilimitada de aspectos, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas e organizadas. Por mais subjetiva que seja a operação de tradução de tudo aquilo que acontece, a esfera da objetividade sempre deixa suas marcas.

De qualquer modo, a reprodução jornalística não pode decompor analiticamente um evento a ponto de destruir sua forma de manifestação. É no corpo mesmo do fenômeno que a notícia insinua o conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular. Na face do singular, através da mediação do particular, o universal se mostra num claro-escuro, como indícios, sugestões e pálidas imagens, que constituem a herança deixada pelos pressupostos filosóficos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno (GENRO FILHO, 1989, p. 197).

Se partirmos dos pressupostos de que no universal estão contidas as partes, o singular e o particular; e de que não existe singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade, temos que uma dimensão da realidade só existe na relação com as outras, ou seja, as categorias estão sempre amarradas. Quer isso dizer que em cada uma delas, as demais estão presentes, de maneira subjacente ou de forma superada, mas ainda assim, permanentemente, em relação. Com efeito, não é preciso, necessariamente, cristalizar o conhecimento no universal para fugir das determinações ideológicas presentes na atividade. Por isso a afirmação de Genro Filho: a dimensão objetiva dos fatos pode nos trazer algo de novo. É que, a partir do singular, também é possível produzir um saber que não esteja a serviço da ideologia dominante, mas que, pelo contrário, conteste

esses mesmos valores e viabilize uma outra visão dos fenômenos. Além de deixar suas pegadas, suas marcas, deve-se levar em consideração que a esfera da objetividade também pode ser o ponto de partida para várias linhas de chegada, inclusive as alternativas.

Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser proporcionado pela significação do singular (*pelo singular-significante*), que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento. A partir dessa relação minimamente harmônica entre o singular e o particular, a notícia *poderá* – dependendo de sua abordagem ideológica – tornar-se uma apreensão crítica da realidade (GENRO FILHO, 1989, p. 192).

O que o autor quer é nos chamar a atenção para a possibilidade de um jornalismo, nos moldes existentes hoje – surgido junto com o capitalismo e com os modos industriais de produção –, que não necessariamente traga subjacente uma visão particular e universal pertencentes às classes dominantes, mas que, ao contrário, seja produto da contestação das “obviedades”, “evidências” e “naturalidades” do senso comum. Genro Filho acredita que o jornalismo é uma forma de conhecimento que pode sim revelar e atribuir sentido à realidade, de uma maneira menos automática e mais contestadora.

Na avaliação de Meditsch: “Adelmo defende um Jornalismo crítico que tenha a mesma competência, a mesma eficácia técnica do Jornalismo conservador. O mesmo Jornalismo aparentemente objetivo, só que com outro ponto-de-vista, um ponto-de-vista crítico” (MEDITSCH, 1992, p. 32).

A teoria do jornalismo proposta por Genro Filho tem o vigor e o mérito de buscar a essência da atividade. O autor realiza um intenso debate sobre questões que fazem parte da tradição dos estudos sobre o jornalismo e avança bastante no que diz respeito à identificação e determinação das especificidades desta forma particular de conhecimento. A análise por meio das categorias hegelianas é um caminho que esclarece uma série de problemáticas. Por um lado, não restringe a atividade a uma ciência menor, conforme parece sugerir Robert Park, autor que foi apresentado e discutido anteriormente. Não é porque afirma que a atividade calca seu saber em uma dimensão da realidade oposta à cristalizada pela ciência que se pode

afirmar que, em Genro Filho, o jornalismo fica a meio caminho de ciência e senso comum.

Na obra já referida, o professor Eduardo Meditsch concorda: o jornalismo é uma importante via de acesso à realidade. Não é ciência, mas nem por isso deixa de dar a sua contribuição na apropriação e produção do real.

O Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a Ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar (MEDITSCH, 1992, p. 4).

Na verdade, nos parece que a atividade, além de apresentar uma essência própria e de focar em uma categoria específica da realidade, também possui um método particular que corresponde a, e é o reflexo, desse interesse característico. É a este nível que as obras de Genro Filho e de Meditsch deixam uma lacuna. Falta uma investigação que também desse conta de olhar e identificar as manifestações, os efeitos desses princípios.

Está certo que Genro Filho apresenta e avalia a padronização da construção das notícias, na forma de uma pirâmide, como um dos resultados da cristalização do jornalismo no singular.

A tese da “pirâmide invertida” quer ilustrar que a notícia caminha do “mais importante” para o “menos importante”. Há algo de verdadeiro nisso. Do ponto de vista meramente descritivo, o *lead*, enquanto apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação, encarna realmente o momento jornalístico mais importante. *Não obstante, sob o ângulo epistemológico – que é o fundamental – a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base* (GENRO FILHO, 1989, p. 191).

Para Genro Filho, esse é o segredo da pirâmide. Para ilustrar realmente a operação epistemológica realizada pelo jornalismo, a base deveria ficar para baixo. Isso porque o jornalismo trabalha do singular para o particular e até para o universal (nas projeções

da pirâmide). Ou seja, a atividade opera a partir do cume – do acontecimento enquanto fato único – para a sua contextualização, para a sua ligação com outros eventos.

Mas sabemos que as operações presentes na prática cotidiana dos jornalistas não se resumem a seguir as normas para a confecção de um bom lead. Há outras normas de redação e até mesmo de conduta que são, em verdade, efeitos dos princípios, das estruturas epistemológicas em que a atividade está calcada. O processo é complexo e cheio de outras instâncias. Há um conjunto de normas e valores que são reflexo dos princípios que regem o jornalismo e sua forma de produzir conhecimento. São sintomas da sua relação com a verdade, de sua maneira específica de apreensão e reprodução dos fenômenos.

Na nossa avaliação, para se verem livres das determinações ideológicas presentes na atividade, os jornalistas devem se dar conta de que podem, a partir das singularidades dos fenômenos, dar vazão a outras relações com a particularidade e com o universal. E a identificação dessa “saída” é uma das maiores contribuições do trabalho de Genro Filho.

Mas acreditamos que aqueles que produzem as notícias devem também conhecer com mais clareza quais são as outras estratégias e procedimentos – além do *lead* – que são subjacentes à sua prática e que podem estar a serviço de um jornalismo menos crítico e mais automatizado. É preciso uma investigação que dê conta de analisar, mais pormenorizadamente, a gramática da atividade, seus modos próprios de codificação. Esta pesquisa tem o objetivo de, em certa medida, dar conta dessa enorme tarefa.

Alfred Schutz e a Fenomenologia Social

Para finalizar esta revisão bibliográfica, vamos apresentar e analisar alguns dos mais importantes princípios e conceitos de uma perspectiva teórica que deixou como herança uma sólida contribuição, que serviu – e ainda hoje serve – de base para diversos trabalhos no campo das investigações sobre o jornalismo como forma de conhecimento.

Mais especificamente, nesse horizonte, o jornalismo é estudado como um lugar privilegiado de construção, distribuição e

ampliação do conhecimento socialmente disponível, como uma espécie de caixa de ressonância dos saberes produzidos. Quer isso afirmar que os *media*, e o jornalismo mais especificamente, têm um papel fundamental na construção social da realidade.

Trata-se da *Fenomenologia Social*, um viés de análise que nasceu, basicamente, do encontro e apropriação de duas tradições: a fenomenologia de Husserl e a sociologia weberiana. É a partir delas que se fundam novos conceitos e novos alicerces para a investigação da realidade social. O austríaco Alfred Schutz é considerado o pai dessa nova perspectiva. O autor partilhava de muitos pressupostos que também eram ponto de partida do sociólogo alemão Max Weber, como, por exemplo, o de que a Sociologia deveria eleger como objeto de estudo a ação social, ou seja, toda e qualquer ação dotada de significado subjetivo. Porém, o que caracterizou marcadamente o pensamento de Schutz foi uma preocupação muito grande com relação à fundamentação dos conceitos utilizados pelas Ciências Sociais e também à metodologia empregada nas investigações. Por esse motivo, o autor foi à Filosofia, nomeadamente à Fenomenologia, para buscar as bases para desfazer certas ambiguidades conceituais e para construir seu modelo de análise.

O programa fenomenológico, se assim se pode dizer, visa a fundamentação do conhecimento do mundo. Não significa isto ser o mundo algo duvidoso e que seja urgente, ou demonstrar a sua indubitabilidade ou, pelo contrário, eliminá-lo como vã aparência. Na verdade, é perfeitamente indubitável que o mundo existe, mas é necessário justificar e esclarecer essa indubitabilidade (CORREIA, 2005a, p. 33).

Isso quer dizer que a Fenomenologia pode ser entendida como uma tentativa radical de problematizar e pôr em crise até mesmo as pressuposições mais básicas da atividade científica e também filosófica. Nessa perspectiva, o investigador deve questionar até mesmo a própria ideia de conhecimento; o fenomenólogo deve voltar o olhar para a existência do mundo fenomenal, ou seja, olhar para as próprias coisas na tentativa de desvelar, ao fim e ao cabo, as formas como elas nos aparecem.

Somente dessa maneira pode-se enxergar a naturalização e o automatismo do mundo imediato como um processo produzido; como sendo, na verdade, uma objetivação da realidade,

fruto das próprias relações sociais. Esse é o principal pressuposto desta escola de análise: o mundo é objetivado socialmente. Nessa discussão, dois conceitos opostos são fundamentais para se compreender essa relação com a realidade: a atitude natural e a redução fenomenológica.

Ambos dizem respeito a modos pelos quais percebemos, interpretamos e agimos no mundo em que nos encontramos. Só que o primeiro diz respeito a uma postura epistemológica acrítica, na qual se suspende a dúvida com relação ao que se apresenta em nossa experiência. A atitude natural se orienta a partir de preocupações de ordem pragmática, portanto aqui não faz muito sentido questionar se as coisas são, em essência, exatamente como nos parecem no contato com o mundo. Na atitude natural, o sujeito do conhecimento crê na seguinte evidência: as coisas são como me aparecem, ou melhor, nem ao menos se duvida da naturalidade dessa conformidade e, até mesmo, da espontaneidade dessa adequação. “Na obra de Schutz, o conceito de mundo cotidiano é quase tautológico: o mundo cotidiano é constituído pelo próprio facto de ser dado como pressuposto” (TUCHMAN, 2002, p. 94).

Por outro lado, a redução fenomenológica é um movimento cognitivo da consciência que permite, de certa maneira, despir os fenômenos de todas as suas pressuposições e, desta maneira, consegue intuir a sua essência. Mas uma advertência torna-se de extrema importância: essa essência não tem nada de objetiva; muito menos trata-se de algo estanque ou imutável que residiria nas coisas a espera de ser desvelado. Nesse modo de relação com as experiências do mundo, a atitude do sujeito epistemológico muda radicalmente.

“Na redução fenomenológica, o investigador suspende, assim, a sua crença, por exemplo, na existência objectiva dos objectos da percepção com vista a examinar como é que eles são experimentados como objectivamente existentes” (CORREIA, 2005a, p. 35). É esta segunda possibilidade – esta postura epistemológica própria – que deve guiar as investigações que partilham dos mesmos princípios que a Fenomenologia Social.

Só que, para esse horizonte de análise, em vez de adotarem uma atitude de dúvida em relação à realidade das coisas, os actores sociais, quase na totalidade das vezes, aceitam os fenômenos do cotidiano, como dados adquiridos. No dia-a-dia, opera-se, na maior parte do tempo, a partir da atitude natural. Isto quer di-

zer que o sentido é, normalmente, objetivado; é como se ele ali estivesse, desde sempre, ou seja, os significados nunca são colocados como questão pelos sujeitos. Esse horizonte de análise quer chamar a atenção para o fato de que, no cotidiano, uma forma de organização da realidade, quase sempre, é posta em prática de maneira que os objetos se estabilizam como objetos idênticos a si mesmos. A atitude natural e o conhecimento do senso comum implicam que “[...] o processo constitutivo é ignorado, enquanto que a objectividade constituída é perfeitamente tida por adquirida” (SCHUTZ, apud CORREIA, 2005a, p. 93).

Por isso mesmo, para a Fenomenologia Social, o mundo objetivo não serve mais de ponto de chegada do investigador, mas, sim, de partida, para que a pesquisa consiga revelar quais são as estruturas das quais dependem todos os atos de percepção e de produção de conhecimento. O que permitiria essa virada – essa espécie de corte epistemológico – é a dúvida acerca de um mundo fatural preexistente à experiência; já dissemos que nessa perspectiva não existe uma essência que reside nos objetos à espera de ser descoberta pelo investigador.

Não há mundo evidente, nem crença em dados adquiridos. A Fenomenologia Social opera um deslocamento do foco da investigação, de maneira que o trabalho de pesquisa deve, então, voltar sua atenção para as estratégias e as estruturas que organizam e dão sentido à construção social da realidade, pelas subjetividades. Por meio dessa operação, ao invés de um olhar voltado para os próprios objetos, para o mundo externo; a reflexão se volta para o próprio ato da percepção.

Isso é assim porque, para esse horizonte de análise, a consciência tem sempre papel ativo na constituição dos objetos da experiência.

[...] Husserl insistiu na existência de estruturas subjectivas que não eram passivamente postas em jogo pela experiência sensorial, mas, antes, intervinham decisivamente nos actos de percepção e na elaboração do conhecimento (CORREIA, 2005a, p. 33).

Mas, sem dúvida alguma, essa tarefa não é nem um pouco simples. O ponto fundamental para alcançar êxito nessa empreitada é interrogar a relação do sujeito epistemológico com o seu objeto. Essa passa a ser a principal preocupação. Além da distinção entre atitude natural e redução epistemológica, outros conceitos definidos pela Fenomenologia Social ajudam a dar conta

desta tarefa. Nesse sentido, para entender melhor como funciona a operação de naturalização do mundo da experiência, vamos nos debruçar um pouco sobre o princípio da *tipificação*.

A ideia de tipificação diz respeito a uma estrutura organizativa e interpretativa do mundo, que funciona como uma espécie de arcabouço disponível a todos. Os objetos do mundo social estariam constituídos dentro de um marco de familiaridade e de reconhecimento proporcionado por um repertório de conhecimento cuja origem é sobretudo social. É o que habitualmente Schutz designou de acervo de conhecimentos disponíveis.

Todo o nosso conhecimento do mundo, tanto no senso comum como no pensamento científico envolve construções, isto é, a definição de abstrações, generalizações, formalizações, idealizações específicas do nível respectivo da organização do pensamento (SCHUTZ *apud* CORREIA, 2005a, p. 91-92).

Com efeito, a nossa apreensão do mundo social é sempre baseada em tipos. Usamos dessa estrutura, até mesmo – ou principalmente – sem saber. Ela é anterior à percepção, não há como fugir, não é possível se antecipar. Torna-se importante destacar que tanto o senso comum como a própria ciência – por meio de tipos ideais, definidos no debate científico – se utilizam de esquemas interpretativos que Schutz chama de “schemes on hand”. Esses esquemas funcionam como uma espécie de grande arquivo, continuamente disponível no qual se vão buscar referências para a interação com a realidade, para sua interpretação e apropriação. Eles derivam parcialmente da experiência e, em parte, daquilo que os outros nos ensinam e são como configurações de sentido do tipo “o que já se sabe”. O acúmulo desses saberes forma um repertório que está sempre à mão e que é constituído de uma série de quadros típicos que estruturam uma familiaridade típica geral.

É uma sedimentação da experiência e das aprendizagens passadas que, num determinado ponto do tempo, comprime um complexo fortemente coerente de sentido na base do qual o indivíduo pode interpretar as experiências presentes e antecipar planos de ação futuros. O repertório de construções sociais é-nos oferecido sempre de uma forma tipificada (CORREIA, 2005a, p. 93).

Enfim, as tipificações podem ser entendidas como maneiras de enquadrar o mundo, conferindo-lhe ordem e estabilidade, atribuindo-lhe sentido.

Outra noção importante para este instrumental de análise é a de relevância, que é bem próxima ao conceito de tipificação. Um torna-se fundamental para o bom entendimento do outro, já que esses operadores sociais sempre funcionam em conjunto. É que a maneira como se processa a tipificação do mundo não é, de forma alguma, aleatória, mas tem relação direta com um sistema de relevâncias. Há uma notável variação da tipificação de acordo com o que determinado grupo ou indivíduo define como pertinente, ou importante. Os atores sociais pensam o seu mundo em função dos seus próprios objetivos e não como meros observadores desinteressados. Essa espécie de valor que se atribui a determinados aspectos da realidade social, em detrimento de outros, é essencial para a construção de uma perspectiva teórica que dê conta de ler o mundo social como um processo que é construído pelas subjetividades, pela interação entre os atores sociais.

Para a Fenomenologia Social, as pessoas e os grupos se ocupam daquilo que garantem ou que acreditam valer a pena; daquilo que, para eles, vai, de fato, fazer diferença na esfera de experiência de cada um. A ideia de relevância dá conta justamente dessa atenção seletiva por meio da qual os sujeitos determinam os problemas com os quais gastarão seu tempo e energia e também por meio da qual os indivíduos definem aquilo que merece, ou não, motivar suas ações na experiência. Os sujeitos não se ocupam daquilo que não tem importância para o seu próprio mundo social. Quer isso dizer que a forma como se constitui a tipificação depende, em boa parte, de um determinado sistema de relevância que, por sua vez, varia de acordo com os grupos sociais e indivíduos. O sistema de relevâncias e tipificações desempenha algumas funções citadas por Correia:

- a) determina os factos e acontecimentos que têm de ser tratados como substancialmente idênticos com o objectivo de resolver de maneira típica problemas típicos que emergem ou podem emergir em situações tipificadas como idênticas; b) transforma as acções sociais únicas de seres humanos únicos em funções típicas de papéis sociais típicos; c) funciona como um esquema de interpretação e orientação para cada membro do grupo interno ajudando a constituir um universo de discurs-

so comum; d) otimiza as probabilidades de sucesso da interação humana, isto é, o estabelecimento de uma congruência entre o esquema tipificado usado pelo actor como esquema de orientação e o esquema tipificado usado pelo seu semelhante como esquema de interpretação; e) origina um campo comum no qual as tipificações privadas e as estruturas de relevância dos membros do grupo individualmente considerados se geram, seja por particularização ou por antagonismo (SCHUTZ, *apud* CORREIA, 2005a, p. 101-102).

Uma rápida leitura dessa lista já é suficiente para se ter uma ideia da importância que a tipificação e a relevância assumem quando se investiga o fenômeno da comunicação. Esses operadores constroem um universo comum, instauram um contexto vulgar a ser conhecido e reconhecido pelos indivíduos. Ou seja, eles são responsáveis por construir um “mundo habitual” a ser partilhado. Graças à tipificação e à relevância, um certo nível de unidade para a dispersão e fragmentação da existência é atribuído socialmente; um grau de percepção comum da realidade é produzido. Assim, a partir desses e de outros princípios, a Fenomenologia Social constrói bases para uma nova Teoria da Comunicação.

Isso porque toda a comunicação supõe sempre um processo de abstrações e standardizações que trazem, em seu bojo, uma certa maneira de tipificar.

Os participantes na comunicação compartilham, pelo menos em parte, um sistema de relevâncias, um conjunto de tipificações e um acervo de conhecimentos que permitem a capacidade de interpretar e expressar os significados subjectivos implícitos nas acções comunicativas (CORREIA, 2005a, p. 115).

A própria linguagem é o produto de um conjunto de tipificações socialmente aceitas, de acordo com um sistema de relevância. Isso quer dizer que até mesmo a linguagem é fruto de uma espécie de amplo depósito de tipos e de características pré-constituídas e também o resultado da disposição daqueles que se comunicam. Ela carrega essas marcas; expressa determinados modos de significar. Nomear é atribuir sentido e valor; é estabelecer conexões, determinar identidades, proximidades e distâncias. É preciso levar em conta que indivíduos em interação dividem um significado linguístico e não uma experiência. Não são as pró-

prias coisas que são colocadas em comum, mas, sim, um significado que passa a ser compartilhado.

Sendo assim, na contemporaneidade, a onipresença mediática multiplica inúmeras vezes a importância dos veículos de comunicação, não só na construção da realidade social, mas também e, principalmente, na distribuição, ampliação e partilha desses conhecimentos. De alguma forma, são os *media* que servem de ligação entre as pessoas e a experiência do mundo. É inegável que:

[...] face ao sempre estreito conjunto de experiências que qualquer pessoa poderá ter, os *media* dispõem de um grande leque de experiências que são definidas de acordo com uma lógica institucional, organizativa e profissional que lhes é própria (CORREIA, 2005a, p. 124).

Por isso, as investigações que se debruçam sobre os processos de constituição significativa do mundo social não podem deixar de lado a atividade dos *media*. A partilha dos significados provém, hoje em dia, em grande parte, dos processos de mediatização, e as pessoas agem, cada vez mais, em relação à realidade, com base no significado que esses atores sociais atribuem. São os meios de comunicação social que servem de referência na definição daquilo que é relevante; são eles que estabelecem e que divulgam determinadas formas de tipificação em detrimento de outras.

Nesse sentido, uma questão se torna fundamental: é que, de uma maneira geral, a comunicação social escolhe as formas de tipificação já cristalizadas no senso comum. Nesses contextos, existe uma forma de objetivação da realidade que sempre é privilegiada. Os motivos pela preferência ao consenso e por abordagens pouco questionadoras da realidade social são fáceis de serem identificados: os veículos têm a ciência de que, quanto mais basearem suas escolhas em alternativas típicas, mais a comunicação se realizará de maneira fácil e eficiente. Pois é aí que mora o perigo.

As tipificações produzidas e reproduzidas pelos *media* tendem a refletir uma concepção relativamente natural do mundo que, por sua vez, é calcada nos valores dos grupos sociais dominantes. Nesse processo, o jornalismo é uma atividade que ocupa um lugar de destaque.

“Por detrás do olhar do jornalista existe de certa forma uma grelha tipificadora que constitui o seu auxiliar precioso no esfor-

ço de conferir uma certa ordem e sentido da realidade” (CORREIA, 2005a, p. 134). Isso quer dizer que, a despeito do mito da objetividade jornalística, a apreensão da realidade posta em prática diariamente pelos produtores das mensagens mediáticas não é, e nem pode ser desinteressada. Até mesmo a definição daquilo que é importante obedece a uma maneira específica de se relacionar e de classificar os acontecimentos.

O jornalismo elege como objecto principal a capacidade de se relacionar com a percepção mais óbvia e evidente do que é olhado como importante. Dar a notícia, pelo menos na imprensa generalista, consiste em escolher temas da realidade actual que sejam atraentes para a comunidade, escolhendo uma forma que possa ser compreendida pelo maior número possível de receptores, em sintonia com os valores pré-existentes (CORREIA, 2005a, p. 48).

Justamente devido a essa necessidade de ser popular – no sentido de ser acessível e interessante ao maior número de pessoas possível – quem se ocupa dessa atividade procura identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais apelativos para os consumidores de informação.

Com efeito, os jornalistas acabam recorrendo a dispositivos retóricos, e a estereótipos que se expressam em determinadas convenções narrativas e organizacionais. São modos de discurso e práticas que se tornam visíveis, por exemplo, nos manuais de redação, nas estratégias enunciativas e nos valores-notícia. De acordo com as competências linguísticas e culturais dos membros da audiência, um dos maiores desafios dos jornalistas é descobrir um modo de tornar as mensagens mais acessíveis, é achar o menor denominador comum.

Assim, o jornalismo é uma forma de interpretação e apropriação da realidade; a atividade constitui-se como um ator social importante na construção e distribuição dos significados da experiência, mas essa tarefa responde a uma maneira particular de produção. “Segundo esta lógica, a linguagem dos *media* é conformada pela medida-padrão da estabilidade social, consagrada nos livros de estilo que recomendam, muitas vezes, a sintonia com a atitude natural, comum aos cidadãos médios” (CORREIA, 2005a, p. 133).

Esse modo de fazer é construído socialmente, pelas subjetividades. Com isso se quer dizer que as rotinas, regras e a gramática

própria da atividade não são uma imposição maquiavélica que nasce fora das pessoas. Não é uma ordem imposta de cima para baixo. Esta ordem nasce, sim, a partir de convenções, mas também é fruto das interações sociais.

Ela surge, por um lado, condicionada por normas, convenções estilísticas e rotinas organizacionais quotidianamente apreendidas que implicam uma adesão a um corpo de prescrições estabelecido e quotidianamente reatualizado pela prática profissional. Surge, por outro, determinada pela comunidade social onde estão imersos os produtores de mensagens e os pressupostos que permitem proceder à selecção de acordo com a ideia de norma e de desvio tornando-se constitutivos dos chamados valores-notícia e da própria ideia de actualidade (CORREIA, 2005a, p. 133).

Se é assim, pode-se concluir que o jornalismo possui uma série de constrangimentos que são inerentes à própria atividade. O reflexo desses imperativos é o estabelecimento de um procedimento próprio, de um modo de fazer específico, altamente cristalizado. Na prática, bom jornalista é aquele que consegue dar conta destas duas esferas: seguir as normas e, ao mesmo tempo, estar em sintonia com os valores partilhados e atualizados pela comunidade profissional dos produtores de notícias.

Ao identificar essas características que marcam a atividade jornalística, a Fenomenologia Social é um horizonte de análise que torna possível uma investigação que dê conta não só de avaliar as normas, convenções e rotinas jornalísticas, como também serve de base para pesquisas que se ocupam do estudo dos mitos, valores e crenças dos atores sociais que agem no interior do campo do jornalismo.

Tal implica que se aceite a prática jornalística como baseada numa série de assunções e crenças partilhadas, na aceitação de que os jornalistas partilham de estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas, na partilha de um pensamento de grupo que sugere a existência de valores comuns entre indivíduos e organizações [...] (CORREIA, 2005a, p. 132).

Uma vez que existem obrigações no que diz respeito à adequação às audiências, e que também há limitações com relação à possibilidade de um relato transparente – enquanto linguagem, a

atividade faz parte de um processo de abstrações e padronizações que trazem, em seu bojo, uma certa maneira de tipificar –, pode-se concluir que o jornalismo, enquanto forma de conhecimento, comporta um modo particular de organização e percepção dos assuntos considerados importantes, baseado no senso comum.

Apesar das preocupações por parte dos jornalistas, editores e proprietários em fazerem um produto isento de complexidades, que confirme as tipificações socialmente aceites no mundo da vida quotidiana, o jornalismo encontra-se numa posição ambígua que reflecte as profundas contradições no seio do campo: imperativos concorrenciais cada vez mais agressivos, desejo de responder às audiências, fragmentação do mercado, imperativos deontológicos, cultura profissional, rotinas e disputas simbólicas entre fontes dotadas de acesso desigual entram numa tensão em si (CORREIA, 2005a, p. 49).

Assim sendo, a Fenomenologia Social é uma perspectiva riquíssima para o campo das investigações sobre o jornalismo como forma de conhecimento. Vimos que, a partir de seus pressupostos, a atividade pode ser entendida como um lugar privilegiado de construção, distribuição e ampliação do conhecimento socialmente disponível, como uma espécie de caixa de ressonância dos significados, geralmente dominantes, do mundo social.

Mas apesar de reconhecer que este saber está calcado no senso comum, assim como o horizonte de Genro Filho, que foi analisado anteriormente, essa ferramenta de análise não implica uma denúncia automática do jornalismo, como se não houvesse saída para a atividade, a não ser reproduzir o mundo da atitude natural.

A proximidade em relação a este mundo da vida, se for consciente, pode [...] resultar [em uma] crítica ou afastamento daquela forma de objectividade minutada [...] [além de ser] compatível com mecanismos críticos e com uma aproximação com potencialidades democráticas [...].

Com efeito, o processo de elaboração de construções noticiosas não tem uma forma única de se relacionar com o mundo da vida. Se este tem diversas províncias de significado, os diversos tipos de produtores de mensagens mediáticas, nomeadamente os jornalistas, podem ter graus diferentes de compromissos, de envolvimento e de distanciação (CORREIA, 2005a, p. 139).

Sendo assim, caberia aos investigadores que se debruçam sobre a atividade jornalística, avaliar os processos e as técnicas de elaboração das notícias, para, dessa forma, contribuir para uma visão mais crítica e afastada do fazer jornalístico e menos objetivada do fenômeno. Essa é uma das tarefas que esta investigação pretende cumprir.

Capítulo 1: A ‘gramática’ própria do Jornalismo

Este capítulo tem como objetivo identificar os elementos constitutivos centrais da linguagem jornalística, sua “gramática” basilar, seus códigos fundamentais. Para o cumprimento dessa tarefa, um primeiro desafio que se coloca diz respeito à bibliografia disponível. É que a grande maioria das investigações já realizadas no campo do jornalismo se concentram em avaliar os possíveis efeitos da atividade, numa clara herança dos trabalhos em Teoria da Comunicação. Ou então analisam a história de surgimento, configuração e consolidação da atividade. Por isso, são poucas as obras que identificam, classificam e sistematizam os fatores que aqui nos interessam.

Um segundo obstáculo está diretamente relacionado ao primeiro. Provavelmente não existam muitos trabalhos que se encarregam da empreitada, justamente por causa da dificuldade de se definir um único modo de proceder daqueles que se ocupam da atividade. Já dissemos aqui que não existe um jornalismo, mas sim, jornalismos, no plural. Há muitas manifestações da mesma prática, com diferenças no que diz respeito, por exemplo, ao meio de comunicação – jornal impresso, revista, rádio, TV, Internet; à empresa em que se produz os conteúdos – pública ou privada; ao público ao qual o produto se destina – com maior ou menor grau de escolaridade; e também diferenças quanto ao caráter da publicação – especializada, generalista, ou mesmo de classe, como os jornais sindicais.

Existem outras variantes, que respondem a outras demandas, mas que, na prática, também são perfeitamente admissíveis. Há particularidades que diferenciam certos produtos jornalísticos de outros. Inclusive, como consequência, é possível acrescentar uma série de qualificadores à palavra jornalismo: jornalismo informativo, opinativo, cultural, esportivo, político, econômico, televisivo, partidário, radiofônico, operário, sindical, comunitário, alternativo, panfletário, liberal, comercial, chapa branca, cor-de-rosa e mais uma série de outras terminações que nomeiam as diferentes expressões da mesma atividade. Se em cada uma dessas manifestações existem pequenas variações, o que salta aos olhos não é a identidade, mas a diferença; o que nos chama a atenção não é a estabilidade, e sim a dinâmica.

Sendo assim, a dificuldade em se estabelecer uma “gramática” do jornalismo se deve, em grande parte, à generalidade das

regras existentes. Em vez de atuarem como fórmulas rígidas, os elementos centrais da linguagem jornalística são, até certa medida, bastante flexíveis e, por isso, deixam um razoável espaço para que se possa dar conta da variedade de situações encontradas, pelos jornalistas, na realidade. Quer isso dizer que essas regras não têm por finalidade restringir por completo a criatividade e as possibilidades daquele que escreve, condenando-o a preencher uma espécie de formulário. Pelo contrário: há margem, como vimos, para diversos jornalisismos.

Dessa forma, qualquer investigação que se proponha a enunciar as normas, regras e procedimentos da produção jornalística corre o risco de reduzir a atividade a apenas uma de suas manifestações, ou até mesmo de fazer a defesa de apenas uma das possibilidades de se realizar esse ofício que se convencionou chamar de jornalismo. Optando-se por este caminho, pode-se chegar a um equívoco ainda mais grave: a defesa de uma única maneira de experimentar, interpretar e de se apropriar do real; de um único caminho a ser realizado pela atividade, na relação com o mundo. Definitivamente não é isso que aqui queremos cumprir.

O que se pretende afirmar é que, mesmo com algumas variações, a atividade possui uma série de princípios norteadores e certas regras de codificação próprias que estabelecem uma espécie de “gramática particular”. E que, apesar de algumas diferenças, todas essas manifestações partilham de uma mesma forma de olhar a realidade, de se relacionar com ela e de a ela se reportar. Todas elas comungam dos mesmos valores e se utilizam das mesmas estratégias discursivas. Este capítulo parte da premissa de que, antes de haver a separação entre jornalismo alternativo e jornalismo comercial, por exemplo, se dá um fenômeno de unidade: há o jornalismo. Existem, entre todas as vertentes, tantos pontos em comum que é possível chamá-las pelo mesmo nome.

O que acontece é que todas essas formas nas quais o jornalismo se apresenta são o resultado de uma única raiz; são fruto de uma mesma história. E já que dividem as mesmas bases, os mesmos pressupostos, são, ao fim e ao cabo, a mesma atividade. É na busca das identidades, daquilo que subsiste, dos elementos que são comuns e que definem este fazer – e não das diferenças – que esta investigação quer caminhar. Até porque, mesmo em uma rápida e despreziosa observação dos temas e assuntos que aparecem nas páginas dos jornais, no rádio, TV e Internet – produzidos em diversas partes do planeta – pode-se verificar facilmente bastante regularidade.

Uma conclusão geral dos muitos estudos de conteúdo é as notícias apresentarem um padrão muito estável e previsível, quando apreciadas segundo categorias convencionais de matérias. [...] Existem variações de um país para outro e de um tipo de meio para outro, e o padrão é naturalmente sensível a acontecimentos mais importantes, como uma guerra e crises mundiais. No entanto, a estabilidade do conteúdo das notícias é muitas vezes notável (MCQUAIL, 2003, p. 345).

E essa estabilidade não diz respeito somente aos assuntos que são objeto de atenção do jornalismo, mas também pode ser verificada na forma como esses temas são tratados. Mais do que estabelecer um padrão para os conteúdos, os valores partilhados pelo campo e os procedimentos característicos da atividade acabam por definir também a maneira mais “correta” de se reportar os acontecimentos. “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25).

Conforme afirmamos anteriormente, as notícias são o produto de uma ação – entre muitas outras – que realiza a substituição das próprias coisas por palavras, na tentativa de tornar o real facilmente inteligível. E esse processo segue sempre um método específico, uma técnica de produção particular. Há certos códigos, determinadas normas de redação e até mesmo de conduta que constituem esses “óculos” dos quais fala Bourdieu e que são, em verdade, efeitos dos princípios, das estruturas epistemológicas em que a atividade está calcada.

De fato, a técnica da notícia vincula-se às relações contingentes das sociedades humanas; na comunicação social, o objeto é a sociedade, e a comunicação um aspecto da sua existência. Relações contingentes levam à escolha de determinadas opções discursivas, com o abandono de outras; de qualquer modo, a estrutura da notícia representa algo de relativa *constância*, se comparada com o universo móvel em que se funda a avaliação dos conteúdos noticiados (LAGE, 2001a, p. 55) [grifo nosso].

Assim, pode-se verificar que, tanto a seleção, quanto o tratamento dos assuntos abordados pela atividade jornalística seguem procedimentos próprios. Um modo de fazer específico,

altamente cristalizado, está configurado. Grosso modo, a partir de um conjunto de valores e normas, que são o reflexo dos pilares que sustentam o jornalismo, e que servem de base para sua forma de produzir conhecimento, os atores deste campo definem não somente os conteúdos, como também a maneira como eles serão tratados e apresentados.

A partir desta divisão mais elementar da atividade, temos, então, que a primeira tarefa dos jornalistas é definir o que é notícia, ou seja, é decidir qual será o conteúdo do noticiário. Diante de uma infinidade de fenômenos da realidade, é preciso emitir juízos, hierarquizar, determinar o que tem importância, para, dessa forma, selecionar alguns, e descartar vários outros que não são objeto da cobertura jornalística.

“A técnica de produção industrial de notícias estabeleceu com este fim critérios de avaliação formal, considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico” (LAGE, 2001a, p. 92).

Esses critérios são o resultado de uma maneira específica de classificação, apreensão e apresentação dos fenômenos. São parâmetros muito caros à atividade, já que cumprem papel fundamental nas tarefas de seleção e hierarquização do real. Em verdade, eles operam como uma espécie de maneira particular de olhar o mundo, são uma forma razoavelmente clara – e partilhada pelos atores do campo – para avaliar e atribuir interesse e importância jornalística aos fenômenos.

“No campo das avaliações empíricas, alguns itens são consideráveis: a *proximidade*, a *atualidade*, a *identificação* [social], a *intensidade*, o *ineditismo*, a *oportunidade*” (LAGE, 2001a, p. 93).

O uso de critérios como esses otimiza e, praticamente, automatiza a complexa função de atribuir valor aos fatos para se definir se eles têm, ou não, interesse jornalístico. Eles tornam possível a repetição automática de certos procedimentos. O Manual da Redação do jornal diário Folha de S. Paulo define assim seus “critérios elementares para definir a importância de uma notícia”:

- 1) Ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada).
- 2) Improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada).
- 3) Interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é).
- 4) Apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é).
- 5) Empatia (quanto mais pes-

soas puderem se identificar com o personagem e a situação, mais importante ela é). 6) Proximidade (quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é) (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 43).

O professor e investigador Mário Erbolato estende um pouco mais a lista dos atributos que os fatos devem conter para virarem notícia. Apesar de detalhar melhor alguns aspectos, os critérios identificados por ele partilham das mesmas bases que os citados anteriormente e, na verdade, muitos se constituem como desdobramentos dos parâmetros centrais, já listados acima:

Critérios de noticiabilidade: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura e conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão, confidências [...] Considere-se ainda o seguinte, com referência às notícias: elas têm importância quando algo ocorre pela primeira e última vez e despertam pouco interesse durante a rotina (ERBOLATO, 1991, p. 60).

Mas, como vimos, os atores deste campo definem não somente os conteúdos, como também a forma como eles serão tratados e apresentados. Ao se analisar o padrão, mais especificamente no que diz respeito à forma da notícia, de uma maneira bem geral, o professor e investigador Nilson Lage define o aspecto que ela deve apresentar:

Com tal objetivo poderemos definir notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Assim reduzimos a área de discussão ao que venha a ser *importante*, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de *verdade* ou *interesse humano* (LAGE, 2001a, p. 54).

É claro que essa separação de forma e conteúdo existe somente de maneira abstrata. Na prática, não existe um momento em que somente se define o assunto, para em seguida se determinar a maneira como ele será tratado, e essa separação só tem

razão de ser para cumprir uma função didática. No cotidiano da atividade, os atores selecionam os fenômenos, já de acordo com as normas de redação e organização das notícias. E até mesmo os próprios critérios de noticiabilidade – que definem os conteúdos – bebem da mesma fonte, dos mesmos valores e princípios que regem a atividade como um todo.

Pois então, a investigação deve justamente procurar identificar quais são esses valores e princípios que servem de base e referencial em todas as etapas e procedimentos do fazer jornalístico. É justamente o que se pretende fazer nas próximas páginas. A partir de levantamento bibliográfico, vamos determinar aquilo que é canônico para a atividade. A partir desses valores, vamos identificar quais são as consequências de cada um deles para a formação de um código, de uma linguagem particular desta forma de conhecimento. Primeiro, apresentamos o princípio, em seguida as consequências no que diz respeito ao procedimento, à conduta e ao modo de agir que é esperado dos jornalistas e, por último, os efeitos desse valor na definição de uma linguagem, de uma norma de redação e de apresentação verbal dos fenômenos.

Resta apenas deixar claro que, conforme já exposto no início deste capítulo, o objetivo aqui é identificar os elementos constitutivos centrais da linguagem jornalística, sua gramática basilar. Sendo assim, não vamos levantar a história de como surgiram, ou de como o jornalismo se apropriou dos valores e princípios que estão em sua base. Basta apenas reconhecê-los, para distinguir com mais clareza aquilo em que essa linguagem específica está calcada.

1.1 Liberdade

Um dos princípios mais fundamentais para a atividade jornalística é o da liberdade. De acordo com esse valor, os jornalistas precisam ser livres para exercer a atividade, caso contrário, todo trabalho fica comprometido, ou até mesmo inviabilizado. Por essa razão, o próprio exercício do jornalismo está associado à defesa da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento. Em outras palavras, esse é um valor que não somente funda, como também dá sentido e até finalidade à atividade.

[...] ser jornalista implica a partilha de um ethos que tem sido afirmado há mais de 150 anos. Mas ser jornalista também impli-

ca a crença numa constelação de valores, a começar pela liberdade. [...] Inúmeras afirmações apontam para esta relação simbiótica, em que a liberdade está no centro do desenvolvimento do jornalismo (TRAQUINA, 2005, p. 130-131).

Com efeito, os atores deste campo adotam como procedimento coletivo a não-aceitação de qualquer tipo de ação que vise ao cerceamento ou a alguma limitação do exercício do jornalismo, como, por exemplo, a proibição do acesso a documentos, lugares ou informações de interesse públicos.

Como vimos, a atividade se utiliza de critérios próprios para definir os assuntos e acontecimentos que serão abordados. Mas, como essa prática está baseada na defesa desse princípio e é o resultado desse valor, pelo menos em tese, não existe uma norma que limite ou censure os assuntos e abordagens. De partida, todo e qualquer assunto é passível de cobertura, e os jornalistas devem ser livres para escolher o que será, ou não, objeto de sua atenção e para definir como o trabalho será realizado.

1.2 Independência e autonomia

“Devido à importância da liberdade, outro valor essencial desta comunidade interpretativa é a independência e a autonomia dos profissionais em relação aos outros agentes sociais” (TRAQUINA, 2005, p. 131).

Isso quer dizer que, apesar da proximidade que mantém com os poderes públicos e também, na maioria das vezes, com o mercado publicitário e os interesses comerciais, o jornalismo tem como valor vital a independência. A atividade zela pela sua autonomia e a tem como um princípio básico, um valor fundamental.

É que, como preza pela liberdade, esse fazer não pode ficar atrelado ou ser dependente de atores externos, como por exemplo, partidos políticos, governos, parlamentos ou empresas. A única esfera com que o jornalista tem compromisso é com o leitor, como podemos ver nas definições dos verbetes “pressão”, “leitor” e “editorial”, expressas no Manual do jornal Folha de São Paulo⁷.

7 Diário paulistano de referência, fundado em 1921, que tornou-se, na década de 80, o jornal mais vendido no Brasil. Em 2012, o jornal permanece no topo da lista dos mais vendidos: de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC de 2012), a circulação média foi de 297 mil 650 exemplares.

pressão – A Folha não deve ceder a nenhum tipo de pressão. Seu compromisso deve ser apenas com o leitor: é ele quem garante a independência do jornal. [...] **leitor** – É quem sustenta, em última análise, o jornal. [...] (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 45).

É justamente porque o único compromisso do veículo jornalístico é com o público consumidor de informações que a opinião da empresa de comunicação deve estar restrita ao editorial e não pode direcionar o noticiário. Na confecção da informação, o jornalismo precisa responder somente aos seus próprios critérios.

editorial – Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que nele aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. A *Folha* procura publicar artigos assinados que discordem das posições dos seus editoriais. Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Nesse caso, deve dizê-lo com clareza (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 40).

Esse valor básico do jornalismo também deve se manifestar na forma de apartidarismo e de uma atuação crítica com relação a todos os grupos e tendências ideológicas:

apartidarismo – Princípio editorial da Folha. O jornal não se atrela a grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura adotar posição clara em toda questão controversa. Mesmo quando defende tese, idéia ou atitude, a *Folha* não deixa de noticiar e publicar posições divergentes das suas (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 36).

O Manual da *Folha* associa a independência e a autonomia do campo jornalístico a uma condição para se fazer jornalismo verdadeiramente crítico.

A *Folha* pretende exercer um jornalismo crítico em relação a todos os partidos políticos, governos, grupos, tendências ideológicas e acontecimentos (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 44).

Como consequência, existe uma série de normas de procedimento que devem ser cumpridas. Tudo para que esse princípio seja seguido com rigor. Vejamos o que determina a mesma *Folha de São Paulo*: em primeiro lugar é necessário desconfiar das informações fornecidas por outros atores sociais.

Para evitar a difusão inconsequente de ganchos construídos ou notícias ‘plantadas’, o jornalista deve ser crítico em relação a assessorias de imprensa, press releases, boatos, pronunciamentos oficiais, declarações descontextualizadas, pesquisas de opinião, estatísticas, informações difundidas por grupos, partidos ou organizações e notícias veiculadas por outros meios de comunicação (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 25).

Um outro comportamento exigido é o respeito às fronteiras existentes entre o campo do jornalismo e os outros campos com os quais ele se relaciona para exercer a sua atividade. Jornalista não é policial, nem juiz, e deve cumprir somente a sua função.

Também não cabe ao jornalista praticar funções de policiamento e fiscalização da maneira como são exercidas por órgãos públicos. A investigação dos fatos diz respeito ao compromisso do jornalismo com a verdade e a crítica, e não com a promoção de atos de julgamentos, que competem à Justiça (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 28).

O jornal chega a recomendar que os jornalistas evitem fazer parte ativamente de organizações político-ideológicas para não comprometer a autonomia e a independência do campo.

engajamento – *A Folha* considera que o engajamento em organizações político-ideológicas pode prejudicar o desempenho profissional do jornalista, em especial daquele que cobre a área da política. Não se espera, com isso, que o jornalista não tenha ideologia, opiniões e preferências; mas ele deve ter sempre em mente que o envolvimento partidário pode torná-lo vulnerável a paixões, parcialidade, falta de espírito crítico e mesmo ingenuidade (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 40).

Como efeito desses procedimentos, temos consequências concretas – há reflexos no que diz respeito à forma de apresentação dos textos – como, por exemplo, a seguinte norma de redação, identificada por Erbolato: “Proíbe-se a publicidade nas colunas informativas, excetuada, porém, a divulgação de notícias sobre acontecimentos relacionados com empresas comerciais ou industriais” (ERBOLATO, 1991, p. 129).

Desse modo, apesar da consanguinidade com atividades meramente comerciais, como a publicidade, o jornalismo não pode

promover a mistura de gêneros e apresentar conteúdos pagos como se fossem informativos, sob pena de comprometer a sua independência e autonomia. Isso significa, mais uma vez, que a definição do que é ou não notícia deve obedecer, exclusivamente, a critérios oriundos do campo do jornalismo.

1.3 Credibilidade

Outro valor essencial ao jornalismo é a credibilidade. Na relação que a atividade mantém com os leitores, é preciso haver confiança. O verbete “mandato do leitor” do Manual da *Folha* expõe de maneira muito clara um efeito desse princípio.

mandato do leitor – Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo, publicá-lo. Se o jornal não corresponde a suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 45).

Quem compra um jornal, assiste a um telejornal, ouve um radiojornal ou acompanha as notícias na Internet o faz somente porque acredita na validade das proposições; porque crê na qualidade daquilo que consome. O prestígio de um veículo e o respeito de que o jornalismo goza como “emissor autorizado” estão completamente calcados neste valor: a credibilidade.

Nelson Traquina afirma que o valor da credibilidade depende em condição *sine qua non* do princípio anterior: “[...] a sua independência e autonomia é indispensável para garantir outro valor essencial dos jornalistas: a credibilidade” (TRAQUINA, 2005, p. 132). Em *Teoria da Comunicação de Massas*, Denis McQuail afirma a mesma ideia em uma referência a A. Smith. “Na sua perspectiva, sem uma atribuição de credibilidade pela audiência, as notícias não se distinguiriam do entretenimento ou da propaganda” (MCQUAIL, 2003, p. 352). Ou seja, o jornalismo é um gênero mediático próprio, distinto e credível à medida que é exercido de maneira independente e autônoma. Mas como veremos a seguir, a credibilidade também depende de outros princípios. Para ser credível, a atividade precisa ser livre,

independente, autônoma, mas também verdadeira, rigorosa e exata, honesta, objetiva e imparcial.

Por enquanto, vamos esclarecer como o princípio da credibilidade se objetiva em alguns procedimentos e regras de redação. Por exemplo: “Não publique declarações difamatórias” (ERBOLATO, 1991, p. 129). Ou em sugestões de estratégias discursivas, tais como: “Números têm alta confiabilidade” (LAGE, 2001b, p. 41). Sendo assim, matematizar a realidade por meio do uso de números e da estatística torna o relato mais confiável. Ninguém discute ou duvida dos números. É exatamente por isso que esse é um procedimento que também está baseado em um outro princípio jornalístico do qual a credibilidade depende fundamentalmente e que analisaremos já a seguir: a verdade.

1.4 Verdade

A notícia é um relato verdadeiro. Ninguém compra o jornal para ler mentiras ou para tomar conhecimento de fatos que não aconteceram e foram criados ou inventados. A verdade é um princípio capital para a atividade e, por isso mesmo, é identificado por diversos investigadores deste campo. “Outro valor central no jornalismo é a associação com a verdade” (TRAQUINA, 2005, p. 133). Erbolato até admite que a ficção também pode estar presente em produtos jornalísticos, como suplementos de jornais impressos, mas explica que não se pode confundi-la com informação. “A imprensa deve publicar, na categoria informações, o que seja verdadeiro, pois a ficção é objeto dos romances, muito embora haja colunas jornalísticas, ou suplementos a ela dedicados” (ERBOLATO, 1991, p. 56).

O professor e investigador Nilson Lage ressalta uma consequência marcante dessa relação das notícias com a verdade. É que além da imposição de pretensamente serem, de maneira essencial, um relato verdadeiro, estrategicamente também é importante que elas sejam apresentadas como tal. Ou seja, não basta que as notícias *sejam*, de fato, verdadeiras; é preciso adotar um procedimento que as faça *parecerem* realmente verdadeiras. O discurso das notícias se dá a ver, e se manifesta como verdade. “É também [a notícia] axiomática, isto é, afirma-se como verdadeira: não argumenta, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro” (LAGE, 2006, p. 26).

Em duas passagens de um outro trabalho, Lage insiste neste mesmo ponto: a estrutura da notícia obedece ao imperativo de se apresentar como sendo verdadeira:

A notícia exclui a argumentação, salvo quando a reproduz de outro texto (de um depoimento, por exemplo). [...] A notícia não questiona, afirma; não contrapõe formulações contraditórias, embora possa apresentá-las; não investiga causas ou consequências, embora possa ser o resultado de uma investigação (LAGE, 2001a, p. 79).

Dessa maneira, a notícia aparece como sendo o resultado de simples constatações; é como se o texto fosse sendo conduzido unicamente por fatos inquestionáveis ou por obviedades, cuja verdade não cabe nenhum questionamento.

E aí está uma observação importante: tanto no que se refere à proposição declarativa, que informa sobre a operação do sistema, quanto nas proposições existenciais implicadas, a notícia é axiomática. Dispensa argumentações e, usualmente, as provas; quando as apresenta, é ainda em forma de outros enunciados axiomáticos. Não raciocina; mostra, impõe como dado – e assim furta-se à análise crítica (LAGE, 2001a, p. 60).

Isso significa que o texto jornalístico responde a uma necessidade bem clara. Ele deve elaborar os enunciados na forma de afirmações verdadeiras. É exatamente por isso que a linguagem do jornalismo exclui a argumentação, em troca de elementos palpáveis e mensuráveis da realidade. A “boa” técnica de produção de notícias determina que sejam utilizados dados, números, estatísticas e exemplos concretos, de maneira que o texto se apresente como uma afirmação verdadeira e verificável.

[...] “a linguagem das notícias parece ter uma forma que permite um teste bastante simples sobre a sua verdade ou falsidade”. Aparenta ser inteiramente uma constatação (proposicional e capaz de ser mostrada como verdadeira ou falsa) e não *performativa* (MCQUAIL, 2003, p. 352).

Com efeito, o discurso jornalístico faz uso de verbos adequados a essa necessidade:

Notícias são fragmentos de aparências. Excluem, portanto, os verbos que se referem ao invisível e ao não-verificável, como *pensar, acreditar, confiar*. O que alguém pensa, ou aquilo em que o povo confia, não é notícia, salvo quando manifestado (tornado aparente) num discurso, numa eleição (LAGE, 2001a, p. 69).

Pelo menos em tese, as notícias devem excluir também qualquer informação sem confirmação. “Os *rumores* não são notícias e jamais devem, portanto, ser considerados como tais” (ERBOLATO, 1991, p. 129).

Como afirmamos anteriormente, quando o princípio da verdade é desrespeitado, um outro valor muito caro ao jornalismo fica prejudicado: a credibilidade. “As afirmações inverídicas, mesmo que inofensivas na aparência, fazem com que os leitores percam a confiança no jornal” (ERBOLATO, 1991, p. 129).

1.5 Rigor e exatidão

Associado ao valor da verdade, e para que seus produtos sejam reconhecidos como corretos (para ter credibilidade), o jornalismo é baseado também em um outro princípio canônico: o rigor e a exatidão no trabalho de transformação dos fatos em notícias. “Num estudo comparativo dos códigos deontológicos em 51 países, o acadêmico Porfirio Ansejo (1979) descobriu que os valores como o rigor e a verdade aparecem em quase todos os códigos” (TRAQUINA, 2005, p. 135).

É que para ser considerada verdadeira, a notícia deve ser produzida respeitando os métodos de produção, ou seja, o relato deve ser produzido “exatamente” na mesma medida em que os fenômenos se desenvolveram. A linguagem jornalística não tem o direito de realizar algum desvio, redução ou aumento ao que realmente aconteceu ou foi dito.

Quem escreve a notícia tem postura ética distinta: sua preocupação é saber se a informação tem importância ou desperta interesse bastante para ser publicada e como ressaltar essa importância ou interesse *mantendo a conformidade com os fatos* (LAGE, 2006, p. 26) [grifos nossos].

Uma vez que é um valor importante para o jornalismo, a necessidade de ser rigoroso e exato acaba sendo expressa nos ma-

nuais de redação, que funcionam como códigos de conduta e de padronização da atividade. O manual da Folha chama a atenção justamente para o fato de que a agilidade imposta aos jornalistas não serve de justificativa para a imprecisão. Ou seja, a exatidão é um valor absoluto e, portanto, é independente do contexto.

Entre os acontecimentos concretos e a sua exposição diária nas páginas do jornal há um longo caminho. Embora ele seja percorrido velozmente, o trabalho dos jornalistas deve ser meticuloso e refletido, a fim de oferecer ao leitor a mais correta expressão dos fatos. Na *Folha*, esse percurso abrange a observação e a investigação detalhada dos acontecimentos, a redação clara e precisa, a atitude de independência, a edição pluralista e criativa, mas sobretudo a organização crítica e hierárquica das notícias. Assim, as páginas do jornal tornam-se relevantes em um mundo no qual a internet e a TV competem para trazer o fato bruto ao conhecimento das pessoas no menor tempo possível (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 19).

Erbolato identifica que a exatidão está diretamente associada à qualidade do produto jornalístico. Informações precisas são informações de boa qualidade: “Só se considera completa uma notícia quando ela proporciona ao leitor a idéia *exata* e *minuciosa* sobre um acontecimento, ou mesmo previsão do que vai ocorrer” (ERBOLATO, 1991, p. 57) [grifos nossos]. E a busca da precisão da informação deve ser um objetivo levado ao extremo: “Tudo quanto se publicar nas colunas informativas deve ser tão *exato* e de bom gosto quanto humanamente possível” (ERBOLATO, 1991, p. 126-127) [grifos nossos].

Ainda no que diz respeito ao rigor e ao método, o manual da Folha afirma que nada pode substituir as “boas práticas” da atividade. Para ser exato, é preciso seguir o método próprio ao jornalismo.

[...] má vontade com relação a obrigações elementares da profissão, como atender o telefone e checar as mensagens eletrônicas, incapacidade de dispor de tempo para se atualizar por meio de livros, filmes, cursos e palestras, perda de contato com a vida concreta de sua cidade e de seu país – tudo isso tende a contribuir para a deterioração da capacidade investigativa e crítica do jornalista (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 19).

Sendo assim, ser rigoroso e exato significa ser crítico com relação à realidade que se quer relatar, mas também passa pelo

cumprimento de procedimentos básicos, como forma de manter-se em sintonia com a vida real, vivida nas ruas das cidades. Desde essa premissa, a exatidão também depende do planejamento do trabalho jornalístico e da reflexão sobre a realidade a ser relatada.

A fim de oferecer ao leitor não só uma visão atual, crítica e útil, mas também clara, complexa e original dos fatos, a *Folha* valoriza o planejamento do trabalho jornalístico e a discussão em equipe dos acontecimentos.

Essas são atitudes fundamentais que antecedem a elaboração da pauta, que é a seleção refletida dos fatos que serão investigados pelos jornalistas, efetivamente publicados como notícia no jornal e transmitidos organizadamente ao leitor (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 19).

Como consequência para a linguagem jornalística, temos que até mesmo a escolha dos termos que serão utilizados, passa por esse princípio. O critério para definir as palavras deve obedecer à exatidão em detrimento de preocupações estilísticas.

A diversidade no uso de vocábulos deve ser regida pela precisão, e não pela retórica. A variedade linguística deve seguir o encadementamento lógico e interessante dos fatos, sem submetê-los a modelos pseudoliterários (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 30).

Como o valor da verdade depende da exatidão e rigor, o texto jornalístico deve fazer as referências à realidade da maneira mais precisa possível.

Não basta ser verdadeiro; é preciso parecer *verdadeiro*. Daí a aversão a referências imprecisas. Não se escreve ‘alguns manifestantes’ mas, sempre que possível, ‘10, 12 ou 15 manifestantes’. Não se diz que uma vila está ‘perto’ de uma cidade; antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem. A placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa, um *feito de realidade* (LAGE, 2006, p. 27).

Em um texto mais antigo, Lage já identificava a mesma estrutura nas notícias. A exatidão contribui bastante para reforçar o princípio da verdade.

A busca de enunciados mais referenciais, concretos, justifica muito do trabalho na apuração de notícias: a hora exata do atropelamento, a placa do carro, o nome inteiro das pessoas, o número do túmulo vão ter, no texto, efeito de realidade, isto é, contribuir para a verossimilhança da história (LAGE, 2001b, p. 42).

Isso significa que adotar um procedimento que vise ao rigor e à exatidão também significa apresentar o produto jornalístico utilizando-se de uma estratégia discursiva que contribua para criar um efeito de realidade. A ideia é tentar trazer os próprios fenômenos e acontecimentos para o texto, atenuando a mediação operada pelo jornalismo e contribuindo para a verossimilhança do relato.

1.6 Honestidade

Outro valor da atividade que se apresenta associado ao princípio da verdade é a honestidade. Para ser verdadeiro, o relato deve ser produzido de maneira honesta. Isso significa que, no exercício da função, o jornalista tem a obrigação de seguir alguns procedimentos. Ele não pode desprezar esse decoro. Como primeira regra de conduta, não se deve esconder ou privilegiar informações em troca de favores pessoais ou interesses particulares: “É injustificável suprimir notícias para proteger os próprios interesses” (ERBOLATO, 1991, p. 129). Como indica Erbolato, ser honesto é sempre cumprir com a missão de jornalista. “Pense que você não exerce apenas uma função, mas uma missão. Sua função é informar-se. Sua missão, informar” (ERBOLATO, 1991, p. 126-127).

Um outro procedimento que se justifica pelo princípio da honestidade é não escrever sobre empresas ou negócios com os quais se tenha algum tipo de relação, seja ele qual for.

O jornalista da *Folha* deve pautar sua conduta pela preocupação de seguir os mais altos princípios éticos da profissão, que incluem nunca usar sua condição de jornalista para obter vantagens pessoais e não escrever sobre assuntos em que tenha interesses pessoais diretos (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 41).

Os jornalistas também devem cuidar para não se envolverem demais com as fontes de informação, o que poderia comprometer a independência do campo e a honestidade do relato.

Além do cuidado com a exposição da privacidade alheia, o jornalista deve ter outras preocupações éticas. Por exemplo: agir sempre em cumprimento estrito das leis; não atuar nunca em interesse próprio, escrevendo sobre a empresa ou negócio com que tenha relação, mesmo indireta; não alimentar uma excessiva intimidade com suas fontes; e não intimidar ou ameaçar personagens de sua reportagem (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 28).

Outra consequência do valor da honestidade é que o jornalismo também deve se pautar pela transparência com os consumidores de informação.

A *Folha* procura manter uma relação transparente com seus leitores. Isso se expressa na instituição do ombudsman, no reconhecimento de seus erros e omissões e na disposição para corrigi-los (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 45).

Isso significa que ser honesto é procurar o máximo de clareza com o público não somente quando se acerta, mas também quando se comete erros.

A *Folha* procura manter uma atitude de permanente transparência diante dos seus leitores. Essa discussão se expressa em diversos procedimentos do jornal: 1) Manter uma seção diária, em espaço nobre, para o registro de seus próprios erros e omissões. 2) Editar as cartas de leitores que contenham críticas ao jornal com o mesmo destaque das que trazem elogios. 3) Colocar seus documentos internos (manual, projeto editorial) à disposição dos leitores (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 49).

O valor da honestidade também é a causa para algumas regras de redação. Determinados eufemismos, por exemplo, devem ser evitados. “Deve-se ter cuidado com o modismo recente de trocar denominações para ‘melhorar a imagem’ dos entes nomeados. Chamar uma pessoa de ‘idosa’ pode ser gentil, mas dizer que ela está ‘na melhor idade’ pode ser tomado como escárnio” (LAGE, 2005, p. 30).

Por isso mesmo, ao se utilizar de sinônimos para evitar a repetição de palavras, deve-se optar pela denominação mais precisa e concreta possível. Assim cumpre-se com os princípios da honestidade, exatidão e verdade.

Nos eufemismos – paralisação de trabalho por greve, *professores leigos* por *professores despreparados*, *empréstimo a fundo perdido por doação* – e nas interdições – *modesto* para evitar *pobre*; *grande fazendeiro*, não *latifundiário*; *lavrador*, não *camponês* –, a denominação mais concreta é sempre preferível, quando se pode adotá-la (LAGE, 2001b, p. 45).

Por último, conforme já ficou implícito no último exemplo, acrescentamos que o princípio da honestidade se liga de maneira intrínseca ao próximo valor a ser analisado: a objetividade.

É preciso evitar, ainda, que ela [a notícia] seja influenciada pelo repórter, que poderia distorcê-la, com a sua apreciação pessoal e apaixonada. É difícil escrever com imparcialidade, porque o jornalista, ao narrar um acontecimento, pode encará-lo do ponto de vista favorável aos seus interesses e sujeito às suas emoções momentâneas (ERBOLATO, 1991, p. 90-91).

Ou dito de uma maneira ainda mais sucinta: “Honestidade e imparcialidade são atributos exigidos do repórter” (ERBOLATO, 1991, p. 56).

Com essas indicações se quer afirmar que somente se pode ser objetivo e equânime quando, antes de mais nada, se é honesto.

1.7 Objetividade e equidade

Como já tivemos a oportunidade de verificar, os princípios que servem de base para a atividade jornalística e que definem seus procedimentos e normas de codificação são bastante conexos e interligados. Muitas vezes, um princípio depende ou é a consequência de outro. Por exemplo: para ser livre, a atividade deve ser independente e autônoma. Para que o produto jornalístico seja credível, seu discurso deve ser verdadeiro. E para que seja verdadeiro, o relato precisa ser exato, rigoroso e honesto. Então, na prática, os valores atuam, *sempre*, e a *cada vez*, em conjunto. Certos códigos de conduta ou mesmo determinadas regras de redação encontram mais de um princípio como justificativa; estão baseadas em mais de um valor referencial do campo.

Todos os princípios listados anteriormente estão de alguma maneira presentes no princípio da objetividade e são confirmados e reforçados por ele. Por meio deste valor capital para a ativi-

dade, o jornalismo se apresenta como relato livre, independente e autônomo, credível, verdadeiro, rigoroso, exato e honesto. “Esta constelação de valores, à qual podemos acrescentar outros valores como o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância, muitas vezes consagrada com o conceito de objetividade [...]” (TRAQUINA, 2005, p. 134).

Vários autores identificam esse princípio como uma das estruturas mais fundamentais para o jornalismo.

Outra característica da notícia é a objetividade. Deve ser publicada de forma sintética e, sem rodeios e de maneira a dar a noção correta do assunto focalizado. Quem colhe os dados, observando o local ou entrevistando pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria, deve agir com isenção de ânimo (ERBOLATO, 1991, p. 56).

Muitas vezes, a objetividade é manifestada na forma de neutralidade e faticidade. “Os elementos formais comuns podem ser resumidos como tendo a ver com a *recorrência*, a *neutralidade* e a *facticidade*” (MCQUAIL, 2003, p. 349).

Apesar de ser um dos valores mais essenciais para o jornalismo, a objetividade é também um dos princípios mais controversos da atividade. Nelson Traquina explica que este valor está ligado, na verdade, não a uma espécie de culto aos fatos, mas a uma questão metodológica.

Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. Nas palavras de Gaye Tuchman, a objetividade deve ser encarada como um “ritual estratégico” (TRAQUINA, 2005, p. 139).

Citando Tuchman, Traquina identifica quatro procedimentos que se baseiam nesse princípio, ou seja, há quatro normas de conduta que são o resultado de uma tentativa de adotar esse procedimento dito objetivo. A primeira delas é a regra de sempre apresentar os dois lados de cada questão; de dar espaço e voz ao contraditório e às diversas versões dos acontecimentos. Essa norma tem bastante destaque no Manual da *Folha* e, para

as regras desse jornal, pode levar até ao cancelamento da publicação de determinado material.

Quando o repórter dispõe de uma informação que possa ser considerada prejudicial a uma pessoa ou entidade, é obrigatório que ele ouça ou publique com destaque proporcional a versão da parte atingida – esse procedimento, na *Folha*, é chamado de “ouvir o outro lado”. [...]

O outro lado também pode levar o jornalista a refazer a sua apuração, ou mesmo abandonar a notícia, se trazer uma afirmação procedente que desminta a perspectiva inicial da reportagem (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 26-27).

O manual indica ainda que as diversas perspectivas de um determinado fato ou fenômeno devem ser pesquisadas e apresentadas pelo jornalista não somente em todas as notícias como também em cada aspecto de cada uma delas.

O jornal deve relatar *todas* as hipóteses sobre um fato, em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias, biografias e mapas, em vez de supor que o leitor recorde ou pesquise por conta própria. Deve explicar *cada aspecto* da notícia, em vez de julgar que o leitor já esteja familiarizado com eles. Deve organizar os temas de modo que o leitor não tenha dificuldade de encontrá-los ou tê-los (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 45) [grifos nossos].

Uma vez que o julgamento dos fatos não cabe ao jornalista, as regras de redação e conduta da *Folha* justificam a necessidade de apresentação de todos os enfoques possíveis de uma notícia.

As práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado baseiam-se nos conceitos de que todo fato comporta mais de uma versão e de que *o julgamento deste fato não compete ao jornalista*, mas ao leitor. A este, a ausência, mesmo justificada, de um dos enfoques de uma reportagem sugere desleixo do jornalista e negligência do jornal (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 27) [grifos nossos].

Uma noção recorrente ligada ao princípio do contraditório é essa destacada no parágrafo acima: o julgamento dos fatos compete ao leitor e não ao jornalista. Quem deve tirar as conclusões sobre os assuntos abordados pelo jornalismo são os próprios lei-

tores. Os jornalistas devem se limitar a apresentá-los. O manual do jornal *O Estado de São Paulo*⁸ também indica o mesmo procedimento. “Faça textos *imparciais e objetivos*. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles, as próprias conclusões” (MARTINS, 1997, p. 17). Mário Erbolato é outro autor que aponta para a necessidade do pluralismo de perspectivas: “Divulgue todas as opiniões e aspectos em torno de uma controvérsia (ERBOLATO, 1991, p. 129). Ele também alerta para o comprometimento da informação no caso de o jornalista escolher um lado, tentar concluir ou resolver as questões polêmicas apresentadas: “Como autor de uma reportagem, você não deve emitir conclusões, bem como fazer acusações gratuitas ou dar suas opiniões pessoais” (ERBOLATO, 1991, p. 129).

Como efeitos práticos dessa limitação, pode-se verificar até certas restrições vocabulares. “Eliminam-se do texto expressões que possam ser entendidas como manifestação de preconceito que sejamos capazes de identificar [...]” (LAGE, 2005, p. 130). O mais indicado é a substituição desses termos por informações concretas e facilmente verificáveis na realidade.

Por isso, os adjetivos testemunhais e as aferições subjetivas devem ser eliminados. [...] A norma é substituir tais expressões por dados que permitam ao leitor ou ao ouvinte fazer sua própria avaliação (LAGE, 2001b, p. 40).

O professor Nilson Lage afirma que a restrição não é apenas terminológica ou vocabular, mas, antes disso, diz respeito àquilo que é ou não notícia.

Como construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou ou confessou* (LAGE, 2006, p. 26).

Nesse sentido, Lage identifica que a notícia sempre diz respeito a transformações no campo do descolgar-se, do fazer, do dizer. Desse modo, estrategicamente o relato ganha sempre

8 Diário editado na cidade de São Paulo, fundado em 1879. Atualmente é o quarto em circulação no Brasil, com uma média diária de 235 mil 217 exemplares (números do IVC de 2012).

um caráter objetivo e que pode ser confirmado por qualquer um, na realidade.

As mudanças no mundo objetivo, que são assuntos das notícias, correspondem a três campos semânticos: os *deslocamentos*, ao campo semântico de *ir*; as *transformações*, ao campo semântico de *fazer*; as *enunciações*, ao campo semântico de *dizer*. A notícia é o relato de deslocamentos, transformações ou enunciações observadas no mundo e consideradas de interesse para o público (LAGE, 2006, p. 31-32).

Há também uma restrição espacial. O que foi produzido de acordo com outros parâmetros deve ser destacado graficamente das notícias, deve ocupar um espaço nitidamente separado do material noticioso. “Se você tem vontade de comentar, escreva um tópico. O leitor tem o direito de julgar por conta própria. Dê-lhe isso sim, todos os elementos necessários à formação do julgamento (ou da informação)” (ERBOLATO, 1991, p. 126).

O Manual de *O Estado de São Paulo* também destaca que a opinião deve ter um lugar específico para ser apresentada. “Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando *comentários* no material noticioso” (MARTINS, 1997, p. 17).

Além de ser objeto das instruções gerais, a necessidade de apresentar versões contraditórias sobre o mesmo tema também é o assunto de dois verbetes do Manual da *Folha*.

ouvir o outro lado – Quando uma informação é ofensiva ou contém acusações a uma pessoa ou entidade, ouça o outro lado e publique as duas versões com destaque proporcional. Se não for possível ouvir o outro lado no mesmo dia, o texto deve ser submetido à Direção de Redação, que decidirá sobre a publicação (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 46).

No verbe pluralismo, o Manual destaca a necessidade de apresentar todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade.

pluralismo – Princípio editorial da *Folha*. Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da *Folha* deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas.

Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 47).

O segundo procedimento que faz parte do que Tuchman identificou como “ritual estratégico” da objetividade é a apresentação de provas auxiliares. Além de “ouvir os dois lados”, o jornalista deve procurar alguma prova material das afirmações que foram colhidas.

É justamente o que recomenda o Manual de *O Estado de São Paulo*.

Registre no texto as *atitudes* ou *reações* das pessoas, desde que significativas: mostre se elas estão nervosas, agitadas, fumando um cigarro atrás do outro ou calmas em excesso, não se deixando abalar por nada. Em matéria de ambiente, essas indicações permitem que o leitor saiba como os personagens se comportavam no momento da entrevista ou do acontecimento (MARTINS, 1997, p. 19).

O Manual da *Folha* também aponta para a mesma necessidade no verbete “jornalismo crítico”.

jornalismo crítico – Princípio editorial da *Folha*. O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico.

Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 44).

A terceira norma de conduta que responde ao princípio da objetividade diz respeito ao discurso indireto. Essa estratégia está associada à ideia de que o uso de citações, em certa medida, faz desaparecer a presença do repórter no discurso das notícias. “Os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos’ falar” (TRAQUINA, 2005, p.140).

É exatamente por esse motivo que o manual de *O Estado de S. Paulo* recomenda muita cautela ao se utilizar informações cujas fontes não possam ser identificadas:

Nas versões conflitantes, divergentes ou não confirmadas, mencione quais são as fontes responsáveis pelas informações ou pelo menos os setores dos quais elas partem (no caso de os informantes não poderem ter os nomes revelados). Toda cautela é pouca e o máximo cuidado nesse sentido evitará que o jornal tenha de fazer desmentidos desagradáveis (MARTINS, 1997, p. 19).

O Manual orienta que, se por algum motivo, for preciso omitir a exata fonte da informação, o jornalista precisa dar alguma indicação da sua origem.

Sempre que possível, mencione no texto a *fonte da informação*. Ela poderá ser omitida se gozar de absoluta confiança do repórter e, por alguma razão, convier que não apareça no noticiário. Recomenda-se, no entanto, que o leitor tenha alguma idéia da procedência da informação, com indicações como: *Fontes do Palácio do Planalto... [...]* (MARTINS, 1997, p. 19).

Por último, resta expor o quarto procedimento listado por Tuchman – e identificado como integrante do “ritual estratégico” da objetividade dos jornalistas: a apresentação das notícias obedece sempre a um mesmo formato, ou seja, segue uma “sequência apropriada”.

A notícia é o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Isso quer dizer que a estrutura da notícia responde, não a valores subjetivos que estão na cabeça dos jornalistas, mas a características e atributos que estão nos próprios fenômenos. É como se a apresentação dos fatos na forma de notícia se desse de maneira quase natural, praticamente automatizada. Como se os próprios fatos determinassem a maneira como eles serão apresentados, cabendo, dessa forma, ao jornalista, uma atuação bastante limitada no processo. Alguns manuais e também outras obras reforçam essa polêmica leitura do procedimento.

Procure dispor as informações em ordem decrescente de importância (princípio da pirâmide invertida), para que, no caso de qualquer necessidade de corte no texto, os últimos parágrafos possam ser suprimidos, de preferência (MARTINS, 1997, p. 18).

O Manual da *Folha* afirma que a importância de um assunto diz respeito ao interesse do leitor e ao debate público.

Toda reportagem deve ser iniciada com a informação que mais interessa ao leitor e ao debate público (o lide); deve ainda contextualizar os fatos e expô-los objetiva e criticamente, com exatidão, clareza, concisão, didatismo e uso correto da língua (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 28).

Como deve atender a tantos imperativos, a notícia precisa ser elaborada com cuidado. “Para *funcionar jornalisticamente*, uma notícia precisa ser trabalhada e retrabalhada muitas vezes, até chegar a um nível desejável de objetividade” (ERBOLATO, 1991, p. 107).

Com o intuito de dar conta dessa pretensa objetividade, Denis Mcquail indica qual a ordem mais adequada de apresentar e, sobretudo, de hierarquizar as informações:

Muitos aspectos das formas noticiosas relacionam-se, claramente, com o propósito da objectividade no sentido da facticidade. A linguagem das notícias é “linear”, elabora o relato de um acontecimento numa dimensão singular com informação adicional, ilustrações, citações e discussão (MCQUAIL, 2003, p. 351).

A ordem de apresentação e hierarquização das informações também é destacada por Erbolato como sendo um efeito do princípio da objetividade e equidade.

O Estado de S. Paulo exige que “ao redigir, os repórteres e noticiaristas sejam imparciais e objetivos, atendo-se aos fatos e expondo-os em seqüências ordenadas, para que o leitor tire suas próprias conclusões do texto (ERBOLATO, 1991, p. 95).

Cumpre ainda identificar que o princípio da objetividade – tão caro ao jornalismo – também se apresenta na forma da impessoalidade. Ou seja, como consequência desse valor, a linguagem jornalística deve se apresentar como um relato isento e impessoal.

O redator de uma notícia não é conhecido de quem irá consumir. Mesmo quando assina seu texto, o nome significará pouco ou nada para quem lê, ouve ou assiste ao noticiário. E o redator pode ter, no máximo, idéia estatística muito geral do conjunto de receptores da mensagem (LAGE, 2006, p. 24).

Desse modo, para cumprir com a impessoalidade que se exige da notícia, o relato jornalístico precisa ser construído por meio do discurso indireto.

[...] a perspectiva é, em geral, de um narrador *informado*, que omite os dados que desconhece e se oculta na impessoalidade do discurso. Este é indireto, com possível intercalação do discurso direto dos personagens, a título de autenticação, anedota ou valorização expressiva (LAGE, 2001a, p. 81).

Como efeito desse valor, também foram estabelecidas outras normas de redação e estilo menos gerais e mais específicas. São estratégias para a atividade apresentar-se discursivamente da maneira mais impessoal possível. Em primeiro lugar, não se deve fazer uso da primeira pessoa.

A comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. *Isto impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa* (LAGE, 2001b, p. 39).

A mesma orientação está presente no Manual de *O Estado de S. Paulo*. “Não use formas pessoais nos textos, como: *Disse-nos o deputado.../Em conversa com a reportagem do Estado...*” (MARTINS, 1997, p. 17).

O texto jornalístico: “Veta, ainda, as formas pessoais como ‘perguntamos ao Ministro...’, ‘disse-nos o Senador...’ ou ainda ‘chegou a nossa cidade...’” (ERBOLATO, 1991, p. 95).

O Manual do *Estado* admite o uso da primeira pessoa somente em casos muito específicos como em reportagens cujo gancho é o relato testemunhal do repórter.

O recurso à primeira pessoa só se justifica, em geral, nas crônicas. Existem casos excepcionais, nos quais repórteres, especialmente, poderão descrever os fatos dessa forma, como participantes, testemunhas ou mesmo coberturas importantes. Fique a ressalva: são sempre casos excepcionais (MARTINS, 1997, p. 18).

Também é recomendável manter a impessoalidade ao referir-se às fontes de informação.

“Trata de *forma impessoal* o personagem da notícia, por mais popular que ele seja: a *apresentadora Xuxa ou Xuxa*, apenas (e nunca a *Xuxa*), Pelé (e não o *Pelé*) [...]” (MARTINS, 1997, p. 18).

Os adjetivos, advérbios de modo e outras palavras que podem de alguma maneira expressar julgamentos de valor também são de uso muito restrito.

Eliminam-se (com exceção das citações) adjetivos e categorias testemunhais, isto é, aqueles e aquelas cuja aplicação depende da subjetividade de quem produz a mensagem. [...] 9 – Eliminam-se, com exceção de citações, advérbios que expressam juízos de valor ou modulam predicções e sentenças, situando-as em mundos possíveis ou desejáveis – em suma, os advérbios de modo. [...] As sentenças são construídas, quase sempre, na terceira pessoa, com exceção das citações em discurso direto. [...] (LAGE, 2005, p. 129).

Erbolato segue na mesma direção e não recomenda o uso de adjetivos e superlativos: “Evite ao máximo adjetivos, colocando-os apenas quando for absolutamente necessário [...]” (ERBOLATO, 1991, p. 106-107). “Evite os superlativos, os absolutos, o exagero” (ERBOLATO, 1991, p. 126). “Pouquíssimos adjetivos. Somente quando necessários, para amenizar a estrutura de uma frase” (ERBOLATO, 1991, p. 141).

O mesmo caminho indica o Manual de *O Estado de S. Paulo*: “Difícilmente os textos noticiosos justificam a inclusão de palavras e expressões de *valor absoluto ou muito enfático*, como certos adjetivos [...], ou superlativos [...] e verbos fortes como *infernizar, enfiurecer, maravilhar, assombrar, deslumbrar, etc.*” (MARTINS, 1997, p. 16-17).

1.8 Comunicabilidade e interesse

Outros princípios nos quais a atividade se estrutura são a comunicabilidade e o interesse. As mensagens jornalísticas devem, antes de mais nada, comunicar, devem se fazer entender. Quem escreve também tem o compromisso de escolher temas e abordagens que dizem respeito ao interesse público. “A notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público” (ERBOLATO, 1991, p. 55).

Lage também aponta para essa característica da notícia apresentando-a como sendo um valor de base do jornalismo: “Partimos de uma característica sua: comunicabilidade ou a possibilidade de

compreensão da mensagem por número razoável de receptores dispersos, com repertórios variados” (LAGE, 2001a, p. 78).

A necessidade de se fazer entender é destacada por Erbolato: “O segredo da boa notícia depende da maneira compreensível como chega ao *receptor* [...] O importante da comunicação é fazer-se entender” (ERBOLATO, 1991, p. 90-91).

Tendo em vista que o público consumidor de notícias é bastante diversificado, o primeiro resultado desse imperativo da atividade é a escolha de um registro da língua que dê conta do maior número de pessoas possível. Ou seja, as escolhas lexicais que os jornalistas realizam no dia-a-dia são o reflexo do princípio da comunicabilidade.

“A *simplicidade* é condição essencial do texto jornalístico. Lembre-se de que você escreve para *todos os tipos* de leitor e *todos*, sem exceção, têm o direito de entender qualquer texto, seja ele político, econômico, internacional ou urbanístico” (MARTINS, 1997, p. 16).

Quem escreve deve ter em mente que o texto deve despertar o interesse e ser plenamente compreensível para o mais amplo e variado público consumidor de notícias. “‘Não se esqueça’ – afirma Edwin Emery – ‘que o jornalismo é uma atividade que consiste em relatar de forma leve, concisa e agradável os fatos que ocorrem, interpretando-os fotograficamente sempre que possível [...]’” (ERBOLATO, 1991, p. 107).

Outra necessidade prática a ser levada em conta pelos jornalistas é a alegada falta de tempo que o estilo de vida moderno impõe aos leitores.

Os jornais devem ser lidos com rapidez e facilidade, especialmente levando-se em conta que, entre os leitores, há pessoas de todos os níveis de instrução. Deve-se considerar ainda que a vida moderna não permite uma leitura com todo conforto e dispondo de muito tempo (ERBOLATO, 1991, p. 137).

Sendo assim, o registro coloquial da língua deve ser o ponto de partida do código jornalístico.

Utilizam-se, sempre que possível, palavras do registro formal admissíveis no registro coloquial da linguagem, isto é, aque-

las que pertencem, ao mesmo tempo, ao conjunto dos itens léxicos aceitos na linguagem formal e na linguagem coloquial (LAGE, 2005, p. 129).

É como se a linguagem adequada ao texto jornalístico fosse o resultado da interseção de dois conjuntos distintos: de um lado o que compreende as normas da língua culta e formal, e de outro, o registro coloquial.

A conciliação entre esses dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social – resulta na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística: ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são *possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal* (LAGE, 2001b, p. 38)

Devem-se evitar palavras que fujam da linguagem cotidiana ou que pressuponham algum conhecimento especializado do leitor.

“Eliminam-se, sempre que possível, palavras estrangeiras, de gíria local e jargão profissional. [...] 6 – A teoria geral por trás das escolhas é de que a precisão é relativa, dependendo do contexto e do(s) destinatário(s) da informação” (LAGE, 2005, p. 130).

A mesma preocupação com a compreensibilidade das mensagens, pela maior quantidade de pessoas possível, também vale para o uso de números: “*O parâmetro das avaliações numéricas deve ser sempre a experiência objetiva do público.* [...] É preciso então recorrer a comparações [...]” (LAGE, 2001b, p. 40).

Erbolato chega a comparar o consumidor médio de notícias a um estrangeiro que não domina plenamente a língua portuguesa. “*Use linguagem simples, como a que você empregaria se fosse conversar com um estrangeiro que entendesse com dificuldade a língua portuguesa*” (ERBOLATO, 1991, p. 105).

O princípio da comunicabilidade também é a causa para a orientação de redação que indica o uso de parêntese para explicar termos e expressões desconhecidas do grande público. “Quando escrever, pense no leitor. [...] Evite usar palavras difíceis. Quando tiver que usá-las, não empregue duas no mesmo parágrafo. Se for inevitável (expressões médicas, judiciárias, técnicas etc.), dê o significado entre parênteses” (ERBOLATO, 1991, p. 126).

E essa limitação da apresentação jornalística dos fatos e fenômenos não se resume às palavras, pois também está presente

na escolha e definição das estruturas gramaticais mais adequadas e que, portanto, devem ser utilizadas.

A limitação do código – reduzindo tanto o número de itens léxicos (palavras e expressões) quanto de operadores (regras gramaticais) de uso corrente – aumenta a comunicabilidade e facilita a produção da mensagem, o que é útil no caso de um produto industrial como a notícia (LAGE, 2006, p. 23).

A repetição da mesma estrutura facilita o processo industrial de produção das notícias. “O texto industrial tende a um estilo consensual de modo a não chamar a atenção para a sua própria estrutura; certas construções, de uso mais frequente ou coloquial, tornam-se, portanto, virtualmente obrigatórias” (LAGE, 2001a, p. 108).

Na direção do que é justamente virtualmente obrigatório, o Manual de *O Estado de S. Paulo* sugere algumas diretrizes como, por exemplo, frases curtas e na ordem direta.

“Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso. Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou ordens inversas desnecessárias. Não é justo exigir que o leitor faça complicados exercícios mentais para compreender o texto” (MARTINS, 1997, p. 15).

O professor Mário Erbolato concorda com a necessidade de se usar frases pouco extensas:

Além de períodos breves, empregar palavras curtas. [...] Empregar termos de uso corrente. *The New York Times* adota o lema: “Escreva tal como você fala”. [...] Se tiverem que ser usadas palavras técnicas ou estrangeiras, dar a explicação logo a seguir. Caso contrário, o leitor não entenderá a frase, irritar-se-á e poderá até desistir de ir até o final da matéria. [...] Redigir no estilo direto (ERBOLATO, 1991, p. 141).

A mesma orientação aparece em outra passagem da mesma obra. “Escreva na ordem direta. É mais recomendável, pois apresenta clareza” (ERBOLATO, 1991, p. 106).

A meta do texto jornalístico deve ser sempre a simplicidade: “Não empregue muitas palavras em cada oração. [...] Dê preferência a verbos na voz ativa e elimine, sempre que possível, os verbos auxiliares. [...] Selecione as palavras, escolhendo as mais simples e de fácil entendimento para quem irá lê-las. Não tema ser demasiado simples no que você relatar” (ERBOLATO, 1991, p. 106-107).

Desde o princípio da comunicabilidade, escrever com correção não tem nenhuma relação com ser rebuscado. “Escreva o mínimo e dê o máximo de informação. Conte com naturalidade a sua história. Com boa gramática e sem pompa nem afetação” (ERBOLATO, 1991, p. 127).

Dessa maneira, as normas de produção e redação jornalísticas acabam cristalizando um único tipo de registro. Isso restringe o número de expressões que são largamente utilizadas e que, por isso, são mais facilmente reconhecidas pelos leitores, numa espécie de ciclo vicioso.

Os códigos ajudam a providenciar as ligações entre os produtores e as audiências, lançando as bases para a interpretação. Damos sentido ao mundo através da nossa compreensão dos códigos e das convenções comunicativas. (estabelecidos pelo uso e familiaridade) (MCQUAIL, 2003, p. 355).

A redução dos itens léxicos e dos operadores utilizados facilita não só a comunicação e o reconhecimento do leitor, como também permite a otimização do trabalho de controle de qualidade da notícia. A padronização do texto jornalístico é citada pelo Manual da *Folha* como sendo um elemento fundamental e uma forma de constituir a própria identidade do veículo.

Na *Folha*, toda edição obedece a um padrão de design formulado no projeto gráfico do jornal. Há regras para a titulação dos textos, para a disposição deles, das fotos dos infográficos e para a formatação dos diversos elementos que compõem o produto final. Com isso, o jornal como um todo ganha personalidade (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 35).

Esses imperativos também trazem consequências para a ordem na qual a notícia deve ser apresentada. O *lead* é uma técnica que responde a esses valores.

“Qualquer notícia deve responder as seis perguntas clássicas: Quem? Quê? Quando? Onde? Por quê? Como?” (ERBOLATO, 1991, p. 65).

A ordem de apresentação das informações segue a lógica da pirâmide invertida: “Na *pirâmide invertida* a sequência é esta: a) entrada ou fatos culminantes; b) fatos importantes ligados à *entrada*; c) pormenores interessantes; d) detalhes dispensáveis” (ERBOLATO, 1991, p.66).

E não só a organização de cada notícia, mas o noticiário como um todo deve ser pensado na mesma estrutura, como orienta o Manual da Folha.

Atenção especial deve ser dada à sequência de títulos e reportagens nos cadernos. A edição deve ser capaz de hierarquizar a leitura, em cada página e na sequência delas, de maneira clara, organizada e em ordem progressiva de interesse, a fim de não confundir o leitor (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 34).

É o noticiário como um todo que deve fazer sentido, que precisa estar bem amarrado de modo que se possa oferecer ao consumidor de informações um material que o ajude a compreender e se situar melhor no mundo em que vive.

Todo o processo da edição deve estar a serviço do leitor – de sua inteligência, sua sensibilidade e seu conhecimento. Assim, o esforço de continuidade nos trabalhos de uma editoria não deve ser encarado como rotina, mas como aprofundamento. O esclarecimento do contexto das notícias e a criação de nexos entre os fatos e as próprias reportagens precisam ser tomados como ações obrigatórias, e não burocráticas (MANUAL DA REDAÇÃO, 2001, p. 36).

Identificados os princípios que servem de base ao jornalismo e as suas consequências no que diz respeito à definição de um padrão de procedimento e à constituição da maneira “correta” de se redigir as notícias, podemos agora voltar nossa investigação para a análise desses valores e de seus efeitos, à luz dos estudos da linguagem.

Capítulo 2: Linguagem, verdade e conhecimento: dois horizontes

É fato que o jornalismo é uma prática muito influenciada pela sociedade que a envolve. Trata-se de uma atividade que se constitui como objeto de múltiplas negociações no interior de um sistema que possui regras e uma linguagem específica; é um fazer que é alvo de influências diversas, de múltiplos campos sociais, e que é ponto de partida para diferentes leituras por parte de quem consome seus produtos. Com isso se quer dizer que o jornalismo – como qualquer outro campo – é um lugar de disputa, um espaço de tensão, onde há hegemonia, mas também contra-hegemonia. Ainda que se reconheça essa dinâmica, não se pode negar, conforme demonstrado no capítulo anterior, que certos códigos jornalísticos encontram-se bem definidos e são reconhecidos e partilhados por aqueles que produzem as notícias. É forçoso reconhecer o alto grau de cristalização da atividade.

A presente investigação pergunta pelo fenômeno da linguagem de uma maneira geral, mas concentra atenção nesse dispositivo determinado: trata-se de um modo de operar a linguagem seguindo uma fórmula específica, com características próprias. Mas, antes, para que possamos entender como esse código próprio do jornalismo produz conhecimento, vamos buscar referências em duas teorias da significância que marcaram os estudos de linguagem. Neste capítulo, vamos identificar e apresentar os aparatos teóricos com os quais André Joly e Francis Jacques resolvem o problema da significação.

Para o senso comum, esta pode ser uma questão que nem ao menos é colocada. No uso cotidiano, lidamos com as palavras como se o sentido estivesse nelas desde sempre e como se, a cada vez que nos fizéssemos sujeitos do discurso, remetêssemos as palavras para um lugar plenamente acessível, imutável, partilhado e reconhecido por todos. Todavia, como veremos, essa operação não implica nada de tão óbvio e natural. O sentido das palavras mostra-se, em verdade, uma rede bastante emaranhada.

Conforme a sugestão etimológica, significar é utilizar um signo (ou uma sequência de signos) para reenviar a um sentido, e isto a propósito de um mundo a dizer. São bem mais incontornáveis, no entanto, estas realidades: signo, mundo e produção do sentido (MARTINS, 2002, p. 33).

É que, a cada uma dessas instâncias, cabem diversas perguntas inquietantes.

Nos seus mais diversos pormenores, a linguagem é um objeto cujo emprego tem antiga tradição filosófica e científica. No que se refere ao problema da produção de sentido, a questão da aderência da linguagem à realidade aparece, pela primeira vez na História da Filosofia, na Antiguidade, já nos textos de Platão. Sabe-se que, na época, o pensamento passava por um período de reinterpretação dos grandes mestres. Houve, naquele momento, uma espécie de deslocamento da compreensão e apropriação da realidade pelo homem, da interpretação do mundo, pelo pensamento, ou seja, realizou-se uma mudança no modo de se julgar o ato de conhecer. De questões ontológicas clássicas, nas quais se fixaram os pensadores anteriores, o pensamento grego caminhou, nesse período, para a elaboração de perguntas de outro caráter: dessa feita, de cunho epistemológico. O problema do conhecimento, pela primeira vez, é colocado como tal.

Verificou-se uma espécie de virada do olhar do sujeito. Das próprias coisas para a maneira como nos apropriamos e nos relacionamos com elas. A preocupação ainda é dar conta de explicar a realidade, procurar descobrir o que são os objetos com os quais nos relacionamos, porém, agora, pergunta-se pela própria relação. Como conhecemos? Quais são as condições desse processo? O que, e quais são as peças que estão colocadas, e como elas são dispostas nesse jogo? São algumas das perguntas que passam, então, a ter seu lugar no pensamento ocidental.

No famoso Mito da Caverna, de Platão, que nos é relatado no livro VII de *A República*, é esse o pano de fundo. Nele são apresentados dois mundos: o da Caverna, e a realidade fora dela. Em uma metafísica de cunho dualista, Platão faz a diferenciação entre as coisas e os nomes das coisas, ou seja, concebe uma oposição entre naturalidade e convencionalidade dos signos linguísticos. Na concepção platônica, os nomes remetem às coisas, mas não coincidem exatamente com a essência delas. Com efeito, o homem começa a suspeitar da sua própria capacidade de conhecer, passa a procurar estabelecer e determinar qual seria, então, o limite para esse conhecimento.

A sua relação é mediata, uma vez que os nomes (que apenas têm significado quando inseridos no discurso) reflectem, por imitação, somente particularidades das ideias. Os signos linguísticos são instrumentos destinados a representar as coisas, as quais

não passam de sombra aos olhos dos homens prisioneiros da Caverna (MARTINS, 2002, p. 41).

De qualquer forma, para Platão, apesar de constituírem-se de naturezas completamente distintas, é possível, por meio das palavras, chegar à essência da realidade, ao que as coisas, de fato, são. Existe um mundo, estruturado desde sempre, que pode ser apreendido por meio da linguagem. Por meio de uma dialética da ascensão espiritual, Platão desenvolve uma metodologia que torna possível fazer o caminho ascendente da realidade impura do mundo da matéria, ao “mundo” perfeito, imutável e eterno das ideias. Nessa concepção, o giro de cento e oitenta graus, das sombras para luz, de dentro para fora da Caverna, só pode ser realizado por meio do pensamento (*logos*).

Depois de Platão, muitos outros filósofos se debruçaram sobre o problema do referente. De fato, muitas investigações se ocuparam de tentar decompor e, de alguma forma, dar conta de entender os processos de produção do conhecimento. E muitas delas localizaram na linguagem o seu ponto de partida, ou mesmo fixaram nela o seu foco de análise, tomando-a como a questão mais importante para a reflexão epistemológica. Porém, apesar da diversidade de autores, pode-se dizer que, como resposta para o problema da aderência da linguagem à realidade, em linhas gerais, houve sempre dois grandes eixos. É verdade que é possível adotar diversos caminhos distintos e que cada um deles pode privilegiar e revelar algum aspecto novo ou apontar para alguma particularidade do fenômeno, mas, mesmo assim, pode-se dizer que todos eles partem de duas grandes vertentes.

Num primeiro horizonte, olha-se para as próprias coisas para se verificar a adequação que há dos objetos nomeados, ao discurso; a tarefa consiste em medir o grau de conformidade do mundo empírico, com as sentenças e o sentido produzido pelo sujeito. Para esse viés de análise, toda origem do sentido encontra-se no mundo objetivo; é lá que nasce toda significação. Numa outra perspectiva, olha-se para o próprio olhar, com a finalidade de se expor e de se revelar os mecanismos estratégicos com os quais toda produção de sentido trabalha. Nessa segunda possibilidade, a fonte de toda significação reside não nas próprias coisas, mas numa relação entre os sujeitos que fazem uso da linguagem.

De um lado, acredita-se que a linguagem de alguma forma – e em pelo menos alguma medida – espelha o “mundo”, tem fun-

ção referencial, ou seja, *representa* a realidade em termos de verdade e falsidade. Isso quer dizer que saber se um discurso é verdadeiro ou falso é saber se este discurso é adequado à sua referência no mundo objetivo. Na outra perspectiva, partilha-se da ideia de que a linguagem não descreve a realidade, não a diz em verdade, apenas a *significa*. Desse modo, o mundo não seria dizível, mas sim, significável, o que acaba realizando um deslocamento da questão para o terreno de um predicado semântico, no lugar de uma ideia original, de uma referência objetiva como única determinação possível da verdade. Nesses termos, não existiria mundo fora da linguagem.

Essas duas possibilidades revelam a divergência entre representar e significar, duas concepções distintas do trabalho concretizado nas, e pelas, palavras. A partir dos dois troncos paradigmáticos – *representação e significação* –, há uma extensa gama de autores com diferentes interpretações e diversas particularidades. Para ficar apenas em alguns exemplos, podemos citar, entre outros, Saussure, Benveniste, Greimas, Ducrot, Austin, Barthes, Foucault, Peirce, Pêcheux, Morris. Os dois autores nos quais vamos nos deter pormenorizadamente são, cada um a seu modo, grandes representantes, dessas duas vertentes: o trabalho de André Joly encontra-se no terreno da representação e o de Francis Jacques, no da significação.

2.1 Joly e a ideia de dizibilidade do mundo

André Joly é um exemplo de autor que partilha e que toma como um caro pressuposto, em seu trabalho, a ideia de dizibilidade do mundo. Para ele, o universo da linguagem é, sobretudo, representação. Na sua perspectiva, os enunciadores interiorizam a língua como um sistema capaz de dizer o universo físico e mental e colocam esse sistema em prática – numa lógica de uso, mas também de atualização – e, por sua vez, se relacionam com a língua numa estrutura de saber-dizer. Com efeito, na análise de Joly, o *sujeito* ganha vital importância no ato de enunciação, uma vez que, ao mesmo tempo em que assume, se utiliza do sistema segundo sua própria vontade. Podemos, então, situar sua semiótica como herdeira do primeiro paradigma.

Para expormos os alicerces nos quais Joly funda sua teoria da significância, seguiremos de perto o artigo “*Pour une théorie générale de*

la signifiante”.⁹ Nesse trabalho, o autor reconhece que a significância ganha novas proporções nos estudos da linguagem, depois daquilo que ele chama de “longo parênteses estruturalista”. Mas afirma que o retorno à questão do sentido trouxe, a reboque, algumas ambiguidades, malentendidos e até mesmo certa confusão. Isso porque a semântica é uma disciplina bastante plural e, justamente por isso, permite muitas formas de se lançar o olhar sobre isso a que chamamos sentido. O projeto de Joly é audacioso. Ele se propõe a unificar a diversidade dos pontos de vista (linguístico, lógico, filosófico, psicológico, antropológico, sociológico e semiótico) para construir uma teoria geral da significância, capaz de revelar a origem e o lugar onde nasce, e como se constitui todo e qualquer significado.

Num primeiro momento do artigo, Joly se ocupa de apontar as falhas que identifica em outros programas semânticos. Em Saussure e nos demais representantes da semântica clássica, o autor reconhece uma insuficiência de base. André Joly afirma que essa tradição é, já em princípio, bastante redutora, porque está centrada somente no estudo lexical, ou seja, ocupa-se em identificar o “sentido das palavras” como se isso pudesse ser determinado levando-se em conta apenas a relação dada entre os termos. Com efeito, essa semântica se torna epistemologicamente bastante limitada, já que nunca olha para fora, para o extralinguístico, ou seja, nunca volta o foco de atenção àquilo que não é estritamente parte constituinte do sistema da língua.

Joly identifica também problemas nas relações do signo e do significado com o universo referencial, nesse horizonte de análise. Na sua avaliação, ao descrever essas relações, Saussure torna visível uma ambiguidade que não é desfeita, nem resolvida por seu modelo. Isso porque o linguista toma como pressuposto a ideia de que a linguagem permite a expressão do pensamento, e que este último tem a capacidade de se tornar idêntico ao significado. Sendo assim, essa perspectiva não faz nenhuma diferenciação entre o significado lexical – o que a palavra “árvore” quer dizer, por exemplo – e o referente propriamente dito – uma árvore qualquer, singular, existente na natureza. Dessa forma, sem essa distinção, Joly acredita que essa semântica se inviabiliza como teoria do conhecimento com algum valor.

9 JOLY, André. “Pour une théorie générale de la signifiante”. In: MOULOUD e VIENNE, J. M. (Orgs.). *Langages, connaissance et pratique*. Lille : Université de Lille III, pp. 103-125, 1982.

E por mais paradoxal que possa parecer, André Joly não localiza a Gramática Gerativa (GGT) tão afastada da semântica clássica, como a maioria dos estudiosos costuma fazer. Para o autor, apesar da aparente disparidade, nos dois casos a preocupação é a mesma: descobrir como os sons das palavras são “colados” aos seus significados. Uma outra semelhança apontada por Joly entre as duas perspectivas é que tanto a primeira, quanto a segunda, são fundamentalmente semânticas da língua e não integram o enunciador, enquanto tal, dentro do processo semântico, isto é, não o reconhecem como instância fundamental na constituição do sentido. O projeto de Joly quer realizar justamente o contrário, como aponta Francis Tollis (1991): ele quer devolver ao sujeito falante seu lugar de destaque no seio do fenômeno global da linguagem. Com efeito, como veremos mais adiante, Joly integra, de maneira expressiva em sua semântica, a perspectiva discursiva.

A maneira como os gerativistas resolvem a questão do referente é outro ponto fraco dessa semântica. Para fazer essa afirmação, André Joly toma emprestada uma advertência feita por Hagège: “todos os gerativistas reduzem a questão do sentido à designação do conhecível, quer dizer, somente aos dados percebíveis do universo referencial” (JOLY, 1982, p. 106). Na GGT, a chamada estrutura profunda não é nada mais, nada menos, do que o reflexo do “real situacional”, enquanto que a estrutura de superfície é fruto da língua. Enfim, está aí mais um viés que encerra o problema da constituição do sentido, não no universo do referente, na representação, mas na língua, o que, mais uma vez, afasta o autor dessa tradição teórica.

Por sua vez, a teoria geral da significância edificada por André Joly tem como principal alicerce a seguinte distinção: existe por um lado o universo da referência, que revela do ver; e por outro, o universo da representação, que revela do compreender, do conceber. Essa é uma disjunção chave para toda a semântica proposta por ele. Para o autor, a significação é um processo que se realiza sempre nesses dois vértices: ver e compreender/conceber. A prática da linguagem enraíza-se necessariamente no universo da referência, do qual progressivamente se abstrai.

A história da linguagem – a glossogênia – aparece, desse modo, como uma lenta deserção do ver em favor do compreender/conceber. Todas as línguas conservam, inscritas em sua semiologia, traços, mais ou menos marcados, de um estado do compreen-

der no qual as impressões tiradas do universo do referente eram muito fortes [...] donde a diferença se fez – no compreender – entre o compreender “prático” e o compreender “teórico” (Guillaume) (JOLY, 1982, p. 107) [tradução nossa].

Dessa forma, quando utilizamos a língua já estamos, em certa medida, um tanto quanto afastados do universo referencial. Mas mesmo assim, para Joly, a fonte primeira de todo sentido encontra-se lá, no mundo objetivo. E por mais que nos afastemos dele em direção à dimensão do compreender, não conseguimos nunca nos desfazer desse DNA vital. O referente é a gênese que marca para sempre a questão semântica, ou seja, é a fonte que sempre deixa seus traços nos seus produtos: o significado das palavras.

As partes do discurso constituem, assim, um sistema de realidades mentais no universo de representação que é a linguagem. O sentido tem origem no mundo objectivo, mas aos poucos se afasta dele e ganha determinação dos sujeitos. O seu lugar de existência não é o universo de referência. Com efeito, ‘a palavra não morde’. E é precisamente porque o universo da linguagem se liga ao compreender, e não ao ver, que as línguas são sistemas (JOLY, 1982, *apud* MARTINS, 2002, p. 45).

Mesmo reconhecendo o caráter sistemático da língua, isto é, ainda que admita que a língua funcione na forma de um circuito fechado que remete, na maior parte do tempo, para si mesmo, Joly não partilha da ideia de que as funções de sujeito e objeto denotam apenas funções estritamente linguísticas. Para o autor, existem circunstâncias em que os termos correspondem a situações extralinguísticas, já que todo termo é, obviamente, parte da língua e, como vimos, a língua têm sua origem no mundo sensível, ou seja, no universo da referência.

Qualificar o sujeito (e o objeto) de “gramatical” ou de “lógico”, como o faz Chomsky, constitui um agravamento das circunstâncias, pois essa classificação também relega a lógica que se realiza fora do universo de representação, além de encerrá-lo como sendo somente um lugar de existência do universo da referência (JOLY, 1982, p. 108) [tradução nossa].

Mas se por um lado Joly identifica nos gerativistas uma deficiência no que diz respeito a dar conta do âmbito extralinguístico, dos processos de constituição do sentido, por outro, o autor também aponta problemas na semântica de inspiração wittgensteiniana, que, pelo contrário, encerra a significância no discurso e no contexto. Para essa perspectiva, não há nenhum sentido nas palavras, isto é, na língua, antes que alguém a coloque em uso. Nas palavras de Firth: “Cada palavra quando usada em um novo contexto é uma nova palavra” (apud JOLY, 1982, p. 109) [tradução nossa]. “Esta afirmação tende a reduzir a análise da linguagem somente ao nível do que é perceptível na superfície, à infinidade de contextos e situações, e ela implica, do mesmo modo, que as palavras não teriam sentido fora de seu emprego” (JOLY, 1982, p. 109) [tradução nossa].

Se é dessa maneira, a pergunta que ele se faz é: como, então, nos seria possível produzir sentido, a partir do nada? Para André Joly, a apropriação que se faz do pensamento de Wittgenstein está equivocada, visto que, de fato, o autor nunca afirmou que os signos são completamente vazios de sentido. Ao contrário. Na leitura de Joly, está correto dizer que, em Wittgenstein, a utilização da linguagem, em determinado contexto, “anima” o signo. Mas o contexto apenas coloca o signo para funcionar, e não produz o sentido. Em verdade, ele apenas o revela.

Se é bem assim, é preciso evitar tomar como referência as análises que fazem exclusivamente referência ao contexto, como se o contexto fosse, por ele mesmo, um tecido de palavras (signos) utilizadas numa certa situação, e tivesse diretamente um poder de produção semântica (JOLY, 1982, p. 109-110) [tradução nossa].

A teoria geral da significância desenvolvida por Joly quer justamente fugir das duas extremidades criticadas anteriormente. Por isso, para o autor, a questão do sentido não se encerra, nem se determina, levando-se em conta somente a língua, ou somente o discurso. A preocupação fundamental de Joly é “não perpetuar a dicotomia saussuriana entre língua e fala” (JOLY, 1987 *apud* MARTINS, 2002, p. 45).

Sendo assim, sua investigação tenta dar conta da integralidade da linguagem enquanto fenômeno, e, dessa maneira, volta o seu olhar não para uma dessas instâncias, mas se preocupa em analisar como cada uma dessas dimensões contribui no proces-

so. Para o autor, um horizonte que se pretenda completo deve dar conta não só da língua, mas também do discurso, “[...] quer dizer, [tem que se ocupar com] o conceptual e a afectividade, as ideias e também a emoção, o desejo, a vontade, a intencionalidade” (MARTINS, 2002, p. 45). E mais que isso. Para entender a complexa constituição dos sentidos, deve-se incluir também na análise, o suporte da linguagem: o locutor (e ipso facto seu co-enunciador, e alocutário).

Joly vem assim a insistir na tripla relação que um *locutor* estabelece: 1) com um *alocutário*, a quem destina o seu dizer, embora o locutor possa ser o seu próprio alocutário; 2) com a *língua*, que lhe fornece os meios de dizer, isto é, de comunicar; 3) com o *universo referencial*, referente físico e mental, que é *para dizer*.

Bem no coração da tríade, universo/locutor/alocutário, a *língua* mantém com cada um destes elementos uma relação específica. Vejamos como é que é entendida essa relação:

- a) A relação universo/língua é uma *relação de dizibilidade*, historicamente construída pelos homens na sua relação interlocutiva, e em perpétua evolução. A língua é um sistema de representações (do dizível), através do qual os homens, na diversidade das línguas naturais, dizem o universo, físico e mental;
- b) A relação locutor/língua e alocutário/língua, que são duas variantes da relação genérica enunciador/língua, é uma *relação de saber-dizer*. É a participação na mesma língua de cada um dos co-enunciadores que permite a comunicação, embora a relação dos co-enunciadores com a língua não seja idêntica. Em todo caso, a língua é, para cada locutor potencial, a *minha língua* (MARTINS, 2002, p. 46).

Cada uma dessas relações implica um duplo percurso, isto é, expressa uma via de mão-dupla. É no universo da referência e da percepção que o homem encontra os princípios e os elementos da construção da língua. Mas, por outro lado, cada idioma, de acordo com a sua estrutura tipológica e arquitetural é capaz de prover uma “visão” de mundo específica. Ou seja, na relação língua/universo (e também em todas as outras), cada termo depende e é motivado pelo outro, sem que qualquer um deles domine ou governe seu par. Não há sobredeterminação.

Esse modelo de significância proposto por Joly faz assim funcionar a linguagem em termos bidimensionais: um eixo ver-

tical e outro horizontal. A dimensão vertical universo/língua/enunciador, é o modo de a linguagem funcionar como sistema de representação. Nesta dimensão, a comunicação não está diretamente em causa, mas ela se faz presente, indiretamente, na medida em que a representação é condição, potência de comunicação. Não há produção de sentido sem a sua origem no universo referencial. “Com efeito, nós não saberíamos comunicar linguisticamente, quer dizer, nos expressar, sem representação prévia” (JOLY, 1982, p. 112) [tradução nossa].

Já a dimensão horizontal é aquela em que há inter-relação reversível de dois coenunciadores, e é o modo de a linguagem funcionar como sistema de comunicação, como discurso. Neste esquema proposto pelo autor, somente dois, dos três elementos da tríade universo/locutor/alocutário, se fazem presentes e estão inscritos numa relação direta e efetiva: o locutor e o alocutário. “Por outro lado, a relação direta entre o enunciador (LOC ou ALL) e o universo é apenas sugerida, pelos traços pontilhados, sem indicação de direção, portanto de reversibilidade” (JOLY, 1982, p. 113) [tradução nossa].

Isso porque a relação direta universo referencial/enunciadores não tem um estatuto linguístico efetivo, ou seja, encontra-se e se realiza fora do sistema da língua. Isso quer dizer que, por si só, essa relação não é capaz de construir um sistema de comunicação. E, em verdade, é exatamente porque certas representações já “entraram” na língua, é somente porque certas formas de se efetuar essa relação já se cristalizaram de uma determinada maneira, que elas se tornam disponíveis e acessíveis a todos, para serem comunicadas. Caso contrário, a cada relação locutor/língua/universo referencial que se cumprisse, uma nova maneira de a representar seria inaugurada. Não é difícil imaginar a confusão e a dificuldade para se compartilhar desse conhecimento baseado em sucessivas inaugurações do novo. Sem a língua não nos é possível edificar um sistema de representação capaz de ser transformado em sistema de comunicação.

Para escapar da transitoriedade e descontinuidade do discurso improvisado (relação direta universo/coenunciadores) o homem construiu um sistema de signos – em grande medida – permanentes: a língua, produtora e portadora de sentido. A relação é, então, mediada: universo/língua/coenunciadores. Sendo assim, para Joly, em linguagem, se construímos cada vez melhor o conceber, do ver, é para melhor comunicarmos.

Apesar de a linguagem constituir um fenômeno uno, que conjuga inextricavelmente língua (representação) e discurso (expressão), Joly distingue dois planos da significância, um condicionando o outro. Trata-se do “plano condicionante da significância de representação” (potência) e do “plano condicionado da significância de expressão” (efeito) (MARTINS, 2002, p. 46).

Para Joly, somente uma concepção dinâmica da significância, encerrada no sujeito em relação com os dois planos (representação e expressão), pode dar conta da dualidade aparentemente contraditória da constituição do sentido. A língua é inseparável do discurso, já que todos os dois representam um contínuo no seio do fenômeno que é a linguagem. Com efeito, o sentido é, ao mesmo tempo, permanente (enquanto potencialidade significativa do signo, na língua) e momentâneo (enquanto sentido efetivo do signo, em um contexto específico, no discurso). É nesse caráter ambíguo do signo que a significância se realiza. Por um lado, o signo é uma espécie de abertura para os diversos sentidos potenciais disponíveis aos falantes e, por outro, o signo remete para um sentido atualizado em ato, pelos falantes, em certo contexto, em determinado discurso. O plano da representação é uma espécie de pré-requisito, é condição e potência para que possamos nos comunicar em uma situação dada.

Com efeito, isso volta a afirmar que nós não expressamos jamais duas vezes a mesma coisa; mesmo se o contexto é idêntico, a situação enunciativa muda. Mas isso não resolve, entretanto, o problema da produção (da geração) do sentido e, como eu já indiquei, toda expressão de sentido pressupõe sua representação, o contexto, sua ocorrência não é mais que um revelador (JOLY, 1982, p. 116) [tradução nossa].

Por último, nos resta esclarecer que a teoria geral da significância de André Joly define também que comunicar por meio da língua significa, não somente uma competência linguística, como também uma competência pragmática. Com efeito, se por oposição ao discurso, que é do plano da expressão, a língua se encontra no domínio da representação, ela deve ser também representação da experiência linguística.

Uma vez que representamos para exprimir e comunicar, a língua é um dizer potencial (e é este o plano condicionante); o discurso, sendo expressão, é um dizer efectuado (e é este o plano condicionado). Para haver o dito (o enunciado, o efeito), é preciso existir o dizer (o discurso, a enunciação, a efectuação) e o saber-dizer (a língua, as condições de enunciação, a potência). Este saber-dizer representa para cada enunciador as regras linguísticas e as regras pragmáticas do uso da língua. Ou seja, o saber-dizer confronta cada enunciador com uma dupla competência: uma competência linguística e uma competência pragmática (MARTINS, 2002, p. 46).

Se a língua também é representação das próprias experiências linguísticas, podemos dizer que a língua se constitui e se renova a partir do bom emprego do discurso. Dessa forma, essa representação se fixa na língua e se torna possível, se apresenta disponível como potência de comunicação. Isso quer dizer que há uma cristalização das circunstâncias do emprego da língua, ou seja, do que é adequado em certos contextos de uso, no próprio sistema linguístico. Joly afirma ainda que, como consequência, todo enunciador, falante de uma certa língua, interioriza, a respeito dessa língua específica, um saber-dizer relativo a essas situações de emprego concreto das palavras. “Este saber-dizer representa as regras pragmáticas do emprego da língua. Ele condiciona o comportamento, e serve de base para isso a que chamamos ‘cultura’” (JOLY, 1982, p. 117) [tradução nossa].

Porém, com essa categorização, o autor quer, na verdade, afirmar o seu interesse pela dimensão antropogenética da linguagem. Joly tem a convicção de que o estudo minucioso do ato de enunciação, ou seja, da relação que os signos estabelecem com os coenunciadores, faz parte, não de uma investigação da estrutura social por trás de cada situação possível, mas é parte integrante da própria análise psicomecânica: o enunciador, nas suas duas versões complementares – o sujeito falante e seu outro, seu duplo adversativo, o sujeito “que escuta” – é o único parâmetro capaz de garantir a identidade das finalidades sincrônica e diacrônica “[...] e de recusar o falso debate estruturalista sobre a articulação entre o social e o individual, a forma e o sentido” (JOLY, 1982 apud TOLLIS, 1991, p. 206-207) [tradução nossa].

Em primeiro lugar, a maneira com a qual o locutor responsável pelo dizer se situa, por sua vez, em relação ao alocutário, à língua e ao universo referencial, que é por dizer. Mas igualmente a dimensão

comunicativa de toda sequência *verbolangagière*, porque comunicar, pelo viés da linguagem, é 1º “falar”, 2º “com alguém”, 3º “sobre alguma coisa”, mas também 4º “por alguma coisa” (JOLY, 1982, p. 113, apud TOLLIS, 1991, p. 207) [tradução nossa].

Para Joly, a competência pragmática realiza um papel muito importante na gênese da significância, uma vez que condiciona a maneira como o enunciador comunica os significados. Mais que isso: *ipso facto*, a competência pragmática regula também a maneira como os significados podem ser percebidos pelo coenunciador. “O ‘sentido’ de todo enunciado é uma combinação da significância linguística e da significância pragmática” (JOLY, 1982, p. 118) [tradução nossa].

Isso porque, no entender do autor, quando analisamos mais pormenorizadamente o ato de enunciação, que diz respeito à efetivação da língua, podemos verificar que ele não se reduz à frase. Em verdade, ele se desdobra em dois momentos complementares:

Um deles é a alocação – que corresponde ao *falar com* – a qual, por meio da atualização da relação interlocutiva, vê os co-enunciadores mudarem de voz em LOCutor/ALLocutário [...] Mas um outro momento se adiciona: o da ilocução, no curso do qual se estabelecem os papéis de DESTinador e DESTinatário. Se não há enunciação sem *falar por alguma coisa* concomitante [...] (TOLLIS, 1991, p. 203-204) [tradução nossa].

Da língua enquanto potência (saber-dizer), passando pela sua efetivação em um dizer (enunciação), e chegando a um efeito (o dito, o enunciado), o processo de produção de sentido se desdobra sempre em duas camadas: primeiro como potência, e, em seguida, como efetivação, num jogo dialético entre uma dada abertura e certa determinação. Enquanto potência, a língua fora de todo uso particular, seria totalmente desligada de uma condição momentânea. Para o autor, num segundo momento, (não se trata aqui de uma distinção cronológica) já se escolhe – entre o que é potência – um saber-dizer adaptado a um ato de enunciação efetiva. É nesse nível de efetivação, do que antes era apenas possibilidade, que nasce, em verdade, o ato de enunciação enquanto projeto determinado, com o objetivo de um efeito particular e com o qual se opera desde já a escolha dos meios linguísticos mais apropriados para tal.

Com a descrição dessa operação, Joly quer definir o saber-dizer efetivo, ou seja, encerrado numa possibilidade, numa certa *visée d'effet*, como sendo o “pensamento” orientado numa direção que é a do “sentido de intenção” do locutor.

A visada de efeito é a frase do ato de enunciação em que, segundo a *situação enunciativa* e o *contexto linguístico* (levando-se em conta o fato de que um ato enunciativo nunca é isolado), o enunciador opera, a partir da língua, um aprisionamento mental da *matéria a dizer*, que é o “pensamento” momentâneo, em vista de um certo efeito a produzir (JOLY, *Contribution*, p.262-263, *apud* TOLLIS, 1991, p. 214) [tradução nossa].

Dessa maneira, a partir dos contextos discursivos específicos, as escolhas são feitas pelos sujeitos de maneira pré-consciente. Em Joly, esse momento de escolha é em grande medida automatizado, mas, ainda assim, é um produto construído pelo homem, na linguagem.

2.2 Jacques e o mundo como objeto significável

Já Francis Jacques acredita que os nomes das coisas apontam, isto é, remetem sempre para algo, mas, quando vamos aos fenômenos, já os compreendemos simbolicamente, o que, definitivamente, contraria a ideia de dizibilidade do mundo sustentada por Joly. Com efeito, a teoria da significância de Jacques é herdeira do tronco paradigmático da significação, e não da representação.

E [significar] não é representar, porque nesse caso o conceito de representação repousaria sobre “o poder instituinte de uma intenção do Mesmo, ou sobre o poder representativo de uma *Erlebnis* (experiência)” (JACQUES, 1987, p. 198), enquanto que [para Jacques] a constituição semântica originária das nossas mensagens assenta “na estrutura interna de um discurso que funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva, e em referência a um mundo a dizer” (MARTINS, 2002, p. 47).

Quer isso dizer que, em Jacques, não existe um mundo estruturado desde sempre que se manifesta de uma determinada maneira e que, por sua vez, pode ser apreendida e representada

pelo homem por meio da linguagem. Para o autor, o sujeito falante nem mesmo pode significar, pois, a rigor, tem somente a possibilidade de participar de uma ou de outra iniciativa semântica, de acordo com a sua posição e com o lugar que ocupa em um dispositivo enunciativo. Dessa maneira, Jacques desloca a origem dos sentidos, do mundo objetivo, para uma determinada situação discursiva partilhada entre locutor e alocutário, que “jogam” de acordo com a relação interlocutiva que se estabelece. É essa relação – com todas as suas particularidades e condicionantes – que, em verdade, produz significado. “No decorrer desse processo, o valor referencial dos sucessivos enunciados deve ser constantemente recalculado em função do contexto interlocutivo” (JACQUES, 1987a, p. 208) [tradução nossa].

Sendo assim, o autor não vê nenhum sentido na oposição entre uma semiótica objetual e uma semiótica subjetal. Jacques não procura substancializar ou idealizar o sentido, como também não o concebe como produto exclusivo da vontade de quem fala. Isto porque, para ele, o discurso se dá na confluência de ambas as dimensões. E assim, “A razão dogmática, uma razão com a pretensão de atingir a verdade metafísica, cai por terra. Aqui ela foi reconduzida à sua condição histórica, finita e intersubjetiva” (MARTINS, 2002, p. 162-163).

Isso porque, se é verdade que o nome das coisas aponta para um lugar, esse lugar não tem um conteúdo pronto, acabado e acessível, mas é uma relação determinada; não é pura forma da língua, mas dinâmica, movimento. Portanto, o sentido ganha caráter complexo, não podendo ser definido como “algo”, já que não é fixo, totalmente dominável ou determinável de maneira independente do uso. Se o discurso funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em uma relação interlocutiva, de fato, a significância nem mesmo ocupa ou se constitui como um lugar, propriamente dito, pois pode deslocar-se a qualquer momento. Ela tem mais um caráter de processo e, quando se insiste em encerrar esse jogo, perde-se o que ele tem de mais próprio, ou seja, sua indeterminação a priori.

Mas não se interpretará mais a relação como uma coisa objetivamente apreensível; ela escapa a reificação. [...] [uma reflexão lógico-filosófica deve considerá-la] *Transcendental* porque não há relação ao objeto que não seja desde sempre articulada à relação do homem com o homem, numa comu-

nidade de saber. O saber objetivo é sustentado pela relação de pessoas. E a problemática do Ser introduziu essa possibilidade de um sentido fundado interlocutivamente. [A relação é também metafísica] [...] na medida em que o Ser é isso que constitui a presença da realidade actual e não visualizações, imagens, representação que fazemos (JACQUES, 1987b, p. 153) [tradução nossa].

Dessa forma, uma relação, que permanece relação, é inobjektivável em simples propriedade relacional. Assim, a relação intersubjetiva é, no limite, irrepresentável no seio de uma experiência, é indizível. Ou seja, não nos é possível descrevê-la. Ela é a fonte primeira da constituição da significação, da produção coletiva dos significados, mas não pode ser representada, visto que, quando vamos a ela, já a compreendemos em linguagem, já a reduzimos em uma determinação possível. “Não é a relação que me surge por meio da experiência [de uma imagem que se possa fazer dela], na verdade, a experiência é que se constitui por meio do vivido da relação” (JACQUES, 1987b, p. 152) [tradução nossa]. Se existe uma realidade que não é para nós, essa realidade é somente a própria relação, que só pode ser concebida já simbolicamente.

Por outro lado, uma semiótica subjetal também não pode dar conta de entender esse processo enquanto tal. Isto porque, ao contrário de Joly, Jacques advoga que os sentidos são constituídos a partir da interação, ou seja, são uma espécie de produção coletiva, e não o resultado de uma doação ou de uma manifestação engendrada e controlada pelo sujeito que fala.

Se o homem é capaz do discurso, não o é porque ele deixa ressoar na sua própria voz a linguagem original se fazendo a sede da sua manifestação, mas sim porque ele é capaz de entrar na relação interlocutiva primordial. E se o sentido é mutável, o é porque a relação é constitutiva do próprio Ser (JACQUES, 1987b, p. 153) [tradução nossa].

A relação intersubjetiva é primordial ao sujeito, porque “A subjetividade não é nem por si, nem por outro, ela é originariamente capaz de ser e de se manter em relação. Competência igualmente exigente” (JACQUES, 1987b, p. 157) [tradução nossa]. Como condição para a existência de todo e qualquer sentido, ou seja, como premissa necessária para a manifestação do

próprio ser de tudo aquilo que é, a relação intersubjetiva constrói não somente o outro, como também o mesmo, o próprio sujeito que fala, o eu.

Eu, tu e ele são os três valores de posicionamento em um ato de comunicação. [...] Ela [essa estrutura] se impõe a toda comunicação, e em seguida, entra constitutivamente no conceito da pessoa [...] O sujeito pode começar a se definir não por uma realidade de substância ou uma função transcendente, mas sim por essa capacidade *transinstancial* (JACQUES, 1987b, p. 51-52) [tradução nossa].

Para Francis Jacques, é falando ao outro que eu o reconheço na qualidade de um sujeito comparável a isso que sou eu-mesmo: o outro é um outro eu. Dessa forma, um ego sem essa segunda pessoa, não seria nem mesmo uma primeira pessoa, e nem mesmo pessoa alguma. Nem da maneira mais abstrata se pode conceber o eu sem alteridade. Também não há identidade pessoal sem um certo tipo de relação a um terceiro ausente ou distante. Devemos, então, levar em conta, isto é, integrar, a terceira pessoa no processo de produção dos significados. Ele também se faz presente, mesmo na ausência, na situação originária, na relação intersubjetiva.

Se a comunicação é o meio original e autêntico de nossa compreensão, é preciso também a remeter à iniciativa do sentido. É uma exigência de partilha efetiva quanto à iniciativa semântica. Que não se subestime essa última: abandonar o privilégio da iniciativa semântica (a famosa doação de sentido) é sem dúvida o mais difícil. Tanto quanto aceitar que a Terra gira em torno do sol [...] (JACQUES, 1987b, p. 157-158) [tradução nossa].

Sendo assim, o autor afirma o *primum relationis* que exige o fim de toda metafísica da representação. “Neste entendimento, representar é um dar a ver organizado, necessariamente, em termos de linguagem [...] ‘vemos como falamos, e não propriamente falamos como vemos’” (JACQUES, 1987a, *apud* MARTINS, 2002, p. 47).

É preciso, então, refazer as perguntas e reestabelecer os pressupostos de toda investigação. Com efeito, o trabalho semântico precisa rever uma certa maneira de conceber os termos e também a própria relação.

Aqui a relação aparece ontologicamente como a manifestação dinâmica da falta. Ela confirma a impossibilidade do Mesmo ser sem o Outro. Esse princípio nos leva a pensar tudo a partir da relação, e anteriormente aos entes. A relação não é somente ideal, ela subsiste a sua maneira (JACQUES, 1987b, p. 152) [tradução nossa].

Isso quer dizer que, antes de haver um termo e depois o outro, existe a relação. Uma ilustração muito simples pode nos ajudar bastante a entender como isso funciona. Ontologicamente é a relação que inaugura os termos, tanto quanto não é o lado direito que cria o outro termo: o lado esquerdo. Não há um lado e, depois, logo em seguida, o outro lado aparece como oposição ao primeiro. Está certo que não se pode conceber a direita sem a esquerda, mas antes disso – não é um antes cronológico –, como condição de necessidade para que haja os dois termos (direita e esquerda), há um meio, tem que existir uma referência. Em um campo de futebol, por exemplo, essa referência é a linha de cal que marca e divide o lado direito e o esquerdo do gramado. Em verdade, é essa referência (a linha) que inaugura os dois termos, e não a esquerda e a direita que criam a própria divisão. Tanto é assim, que podemos mudar a configuração (as dimensões) e a localização exata dos termos (da direita e da esquerda) quando deslocamos a linha divisória, do meio do campo, para a terça parte, por exemplo. Com efeito, esquerda e direita do campo são criadas novamente, a partir de uma outra relação (referência), e assim, ganham outros contornos, outros limites.

Nós aprendemos que a experiência confirma o que a análise lógica estabelece: a relação é um dado irredutível e primitivo. [...] Se a relação ao Ser é constitutiva do ente “ser humano”, e se esse Ser é relação, tudo no homem revelará de algum modo essa relação, tanto o seu conhecimento, como também sua vida cotidiana (JACQUES, 1987b, p. 141) [tradução nossa].

Entretanto, o autor faz duas advertências: evidentemente, como já ressaltamos, afirmar que a interlocução é primeira não quer dizer que a relação é cronologicamente anterior a seus termos. Ao invés disso, é preciso entender que o conceito de interlocução é primitivo, enquanto que os conceitos de locutor e alocutário são derivados. “A relação interlocutiva aparece como uma realização

privilegiada de um modo imediato da relação. Pois é o de mais primitivo [...]” (JACQUES, 1987b, p. 142) [tradução nossa].

Além disso, os termos (locutor e alocutário) não correspondem, necessariamente, a seres empíricos. Locutor e alocutário são instâncias suscitadas para e no discurso, não se tratam de indivíduos concretos. Esses últimos são apenas secundariamente assinaláveis na realidade.

O importante é distinguir, por um lado os suportes da relação – sua condição elementar e muda, uma espécie de mínimo ôntico vital – e de outro lado os termos da relação. Não se subestima essa condição elementar. Está bem claro que para amar, por exemplo, é preciso ser, i. e., vivo. O suporte não é nada mais, nada menos, que o ponto de ancoragem ou de amarra, o ponto de atadura e de apoio no mundo da vida impessoal. Ser vivo, nesse caso, é a coisa que menos importa (JACQUES, 1987b, p. 150) [tradução nossa].

Ora, mas, se é assim, o que nos é possível dizer sobre o processo de produção semântica? Se Jacques situa a origem do significado na própria relação interlocutiva, que se dá sempre em um certo contexto, o que podemos conhecer e descrever a respeito desse ato de produção? É exatamente para se voltar para essas questões que a sua investigação se concentra no estudo das relações mais gerais entre o enunciado e a interlocução. “Existe um mundo que *não é para mim*, um mundo que é inobjetivo e irrepresentável. Existe *a relação*” (MARTINS, 2002, p. 39).

Aplicado às pessoas, o primado da relação implica que o Eu pessoal não poderá ser considerado como uma subjetividade suficiente e solitária, constituindo a sua realidade, mas sim como a sede de um certo número de poderes, de competências e de controles relacionais: ir ao encontro do outro num entre-dois criador, se manter em relação com ele, ou, ao contrário, retomar-se ou recobrar-se (JACQUES, 1987b, p. 151) [tradução nossa].

Dessa maneira, a lógica existencialista, que reflete a primazia dada hoje à pragmática, o que quer dizer aos atos de fala, de um modo geral nos remete às questões atinentes à enunciação. Esse novo olhar, esse outro foco de atenção corresponde não ao regresso do indivíduo e da subjetividade na produção do sentido, como

alguns querem fazer crer. Por outro lado, ao negar a soberania da vontade do sujeito falante, na situação enunciativa, Jacques também não iguala o homem à mera condição de coisa.

Na verdade, a teoria de Jacques mira no meio do caminho entre uma e outra perspectiva. Ela procura introduzir a questão dialógica e interacionista; o que se quer é dar a devida medida, a devida importância à questão pragmática no processo de significância. “A lógica existencial remete para o modo como o sentido é produzido pelos sujeitos nas suas práticas sociais, e mesmo, para o modo como os sujeitos são produzidos pelas suas práticas sociais de comunicação” (MARTINS, 2002, p. 38). O que interessa, então, são as condições de interação, que garantem e condicionam a intersubjetividade criadora.

O olhar entre si não é o olhar sobre as coisas. Vimos que seria mais correto afirmar que o segundo deriva do primeiro: as coisas são dadas a perceber da maneira como o discurso as determina, ou melhor, de acordo com a conversa à qual nos propomos. Não se vê o olho humano como um receptor, tampouco o vemos como o emissor do olhar. Ou se o vemos: o olho é esta coisa que me faz ver que ela vê (JACQUES, 1987b, p. 176) [tradução nossa].

Para Jacques, mesmo que esteja sempre aberta ao imprevisível, mesmo que carregue consigo a capacidade de encerrar novas possibilidades de sentido, a situação originária não é desprovida de uma estrutura. Na hipótese do autor, para que um discurso funcione “de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas [locutor e alocutário] em relação interlocutiva, e em referência de um mundo a dizer” (JACQUES, 1987a, p. 182) [tradução nossa], ou seja, para que o discurso produza sentido, é preciso que haja três condições: a presença de marcas, sons, grafemas etc., que constituem o material significante de um determinado sistema de signos (a condição de diferença); a realidade extralinguística à qual se referem as sequências de signos produzidos em um contexto que são os enunciados (a condição de referência); e por último, mas não menos importante, os utilizadores da linguagem para os quais, entre os quais, e pelos quais os signos significam alguma coisa (condição de interlocução).

A primeira condição diz respeito à materialidade do código (língua) e à necessidade de toda e qualquer significação estar inscrita em um sistema de diferenças. O significante é condição

necessária, mas não é suficiente para explicar todo o fenômeno. É um erro pensar que a significação surge no interior da língua apenas em resultado do trabalho de diferenciação das suas operações possíveis. Uma subversão profunda da ordem semiótica acontece quando do menor enunciado. Nesse sentido, assim como Joly, Francis Jacques também tece uma série de críticas à linguística estrutural que tenta explicar a significância sem levar em conta tanto as próprias coisas (mundo referencial), quanto os sujeitos de linguagem. “Assim, a teoria do sentido, que deriva da análise estrutural, privilegia o valor diferencial atribuído ao signo no interior do sistema, em detrimento de uma visão que se volta para aquilo que existe fora do sistema” (JACQUES, 1987a, p. 184) [tradução nossa].

Por conta dessa alegada insuficiência, uma outra condição definida por Jacques, além da diferença, é a de referência. Isso porque, somente por meio dela, nos é possível definir a significação do enunciado como um valor concreto do emprego do dizer em um dado contexto referencial interlocutivo.

É claro que a linguagem não funciona por ela mesma. Relativamente aos entes aos quais ela se refere, a linguagem como discurso se constitui antropológicamente. Só que essa construção não se dá a partir do ente que fala: mas sim a partir do Ser que, como relação, reúne os entes, os constituindo. Nesse caso, a linguagem pode, de fato, ordenar o sentido e o conhecimento (JACQUES, 1987b, p. 153-154) [tradução nossa].

Nessas condições, ser significativo não se resume a ser distintivo. A diferença não faz a linguagem, mas somente a língua, cuja existência, em verdade, é apenas virtual depois de todo o processo. Para a ordem semântica, o que importa é a ordem do discurso, já que é nela que a virtualidade da língua, enquanto sistema de diferentes operações possíveis, se liga a uma determinada atualidade; é na ordem do discurso que a estrutura se amarra à singularidade de um evento. É aqui que se coloca a grande questão da referência extralinguística. Para o autor, significar é usar um signo para reenviar a um sentido, mas a propósito de uma coisa, evento ou estado de coisas, ou um contexto de ações reais e possíveis, logo, é também se referir a esse mundo.

Por outro lado, também é equivocada a iniciativa de limitar a significação como sendo o sentido de um conteúdo proposi-

cional. Se é verdade que a significância não se resume ao signo, é também bem claro que seria bastante redutor encerrá-la na clausura da frase. Quer isto dizer que, ao se levar a referência em consideração, também não se pode limitar a questão ao juízo de verdade ou falsidade de certo conteúdo proposicional.

Na verdade, no entender de Francis Jacques, o discurso funciona sob a base de uma primeira assimetria entre duas funções assumidas pelo conteúdo proposicional do enunciado: uma função referencial designa os seres ou descreve um estado de coisas; uma função predicativa atribui aos seres certas características, qualidades, uma relação a alguém ou alguma coisa. É exatamente por isso que a frase revela um outro regime que o signo, com uma outra constituição: o ato predicativo. É a frase que “[...] dá consistência a uma certa relação entre a identificação de alguma coisa e a sua caracterização” (JACQUES, 1987a, p. 190) [tradução nossa].

Com as palavras de Francis Jacques, posso então dizer que a significância é “uma *prática* racional”. Não se trata unicamente de evocar os valores de um material semiótico, nem o seu sentido proposicional. Se nos ativésemos a esta perspectiva, o problema restringir-se-ia à pura *forma* na linguagem. Mas significar é também o momento em que a linguagem é “devolvida ao mundo”, num processo em que é confrontada com a sua referência, e atinge o seu termo – objecto, classe de objectos, facto ou sistema de factos –, termo esse que procura tocar, compreender, decifrar (MARTINS, 2002, p. 43-44).

“Uma asserção não é verdadeira em si, mas sim do ponto de vista dos interlocutores que avaliam: verdade pretendida por um, verdade reconhecida por outro” (Jacques, 1987a, p. 190) [tradução nossa]. É então que se faz presente a terceira condição: a de interlocução.

A condição de interlocução diz respeito ao fato de que, por si mesma, a linguagem não fala. Sendo assim, para que haja constituição de sentido, existe a necessidade da presença real ou virtual das instâncias enunciativas. Ou seja, algumas vezes essa presença se dá pela ausência, mas ainda assim, os interlocutores precisam se fazer virtualmente presentes. Com efeito, significar é sempre significar para ou com alguém.

Se é verdade que eu não falo somente a outrem, mas que eu falo com outrem; é bem necessário que a palavra que eu pronuncio, mesmo sendo ela singular, pare de expressar somente a mim. Justamente porque ela é singular, i.e., que ela advém de uma relação atual singular (JACQUES, 1987b, p. 188) [tradução nossa].

Esse ponto tem vital importância para que se compreenda em que lugar Francis Jacques localiza a questão da significância. Reforçamos, mais uma vez que, para o autor, não há linguagem – e em última instância não há sentido – sem intersubjetividade: sou eu que falo, mas somos nós que dizemos. A mensagem é produzida entre nós. Outro ponto que revela a importância de uma teoria da significância que valorize o uso da linguagem pelos falantes é a inadequação – operada pelo senso comum – de se transferir a linearidade dos signos ou da linguagem à comunicação. Para o autor, estabelecer o valor dos signos pela diferença entre eles e determinar o contexto referencial ao qual se referem as sequências de signos produzidos em um contexto fazem parte da investigação, mas não são etapas suficientes para resolver completamente a questão da significância. “Na verdade, o acto semântico só é completo no discurso, isto é, no *processo intersubjetivo*, ou por outra, na *interlocução*, lá onde se encontram enunciadorees numa relação binária [...]” (MARTINS, 2002, p. 44).

Para Levinas, o “dizer a outrem” precede a toda ontologia. Eu afirmo que é mais: é o “dizer com outrem” que precede a todo sentido. O outro a quem se dirige um enunciado não é um alvo exterior, mas sim um co-enunciador associado à produção conjunta do enunciado. Ou melhor, se a aventura do sentido está já constituída, é o “dizer com outrem” que submete as significações instauradas a uma retomada, a um controle dialógico. O desvio é significativo (JACQUES, 1987b, p. 187) [tradução nossa].

Temos que levar em consideração que, ao mesmo tempo em que o enunciado representa um estado de coisas, ele também se apresenta e se mostra na mesma forma e com a mesma natureza com a qual foi constituído, por exemplo: uma asserção, ordem, ou promessa. “A predicação funciona somente sob a dependência de um certo ato enunciativo. O enunciado não é apenas, por sua enunciação, um evento, um fato, ele é igualmente o produto de um fazer” (JACQUES, 1987a, p. 191) [tradução nossa].

Então, o enunciado sempre carrega consigo a marca, o traço da sua própria fatualidade enquanto ato. Ele é o resultado, o produto no qual se encontram os indícios e as pistas que nos revelam o seu próprio ato de produção. Esse feito é parte integrante daquilo que o enunciado significa. A frase não faz mais que consumir um ato enunciativo, que só pode ser produzido na relação de interlocução. Dessa maneira, na perspectiva de Jacques, o enunciado pode desvelar o ato, do qual é consequência, trazendo uma marca locutária – por seu conteúdo proposicional – e ilocutária – por sua força comunicativa.

Daí resulta a segunda assimetria identificada pelo autor: a frase somente pode ser compreendida em seu sentido proposicional identificável e re-identificável, quando, em algum lugar, ela tenha sido produzida como um evento singular. Uma união bastante complexa, pois o evento de dizer não é somente constitutivo, como também produtor do dizer.

O evento é quando alguém fala com outro alguém. A linguagem não fala, e é já preciso que alguém a atualize com um outro alguém. Compreender como o sentido e o evento se articulam é compreender como a instância do discurso dá conta de determinar o conteúdo proposicional, e ainda se reflete no enunciado (JACQUES, 1987a, p. 191) [tradução nossa].

No processo de atualização da linguagem pelos interlocutores, pode haver desencontros, pode haver a necessidade de uma espécie de ajuste de “sintonia” entre os falantes. Mas apesar da possibilidade de uma certa disparidade inicial de códigos, é exatamente pelo fato de os interlocutores serem capazes de estabelecer uma relação, que eles se compreendem mutuamente, e que os contextos parcialmente separados entram em processo de encontro, de unificação. “Então, o sentido não se encerra mais em um saber anterior, que seria neutro em relação à interlocução, literalmente um saber que não se originaria nem em um, nem em outro” (JACQUES, 1987b, p. 188) [tradução nossa].

A unificação dos contextos, o encontro dos códigos nos é possível graças a uma capacidade especial dos interlocutores: é um tipo de dia-competência que permite a cada locutor refundar seu sistema de maneira que projete os fragmentos linguísticos no contexto interlocutivo presumidamente comum. “[...] apesar da disparidade inicial de códigos e de contextos, não se inaugura algo de novo a par-

tir de uma criatividade sem regras, mas desde uma criatividade que muda as regras (JACQUES, 1987a, p. 200) [tradução nossa]. É esse o jogo que constitui a relação entre os falantes. Na ausência da prática interdiscursiva, podemos afirmar, categoricamente, que o encontro não se realiza. Com efeito, a comunicação não se efetiva.

A linguagem, como *praxis* inter-discursiva, é fundada sobre uma relação prática de um homem a um outro. E, inversamente, uma práxis, como tal, é sempre linguagem porque ela não pode se dar sem significar. A linguagem só pode se manifestar ao homem por meio da relação; eles se pressupõem um ao outro (JACQUES, 1987b, p. 143) [tradução nossa].

Ora, se é assim, o estudo da linguagem como produção de sentido, como relação do homem com o universo referencial, é também o estudo das diversas práticas interdiscursivas. “Uma teoria geral da significância envolve, pois, no entender de Francis Jacques, uma sintaxe, uma semântica e uma pragmática, imbricadas as três como condições igualmente necessárias [...]” (MARTINS, 2002, p. 44).

É que o próprio pensamento, como já dizia Frege, não tem nenhuma autonomia com relação à linguagem. Com efeito, falar não é um ato que nasce de uma atividade privada, de uma espécie de performance oculta – que seria o pensamento diretamente representativo – e transforma-se em uma atividade patente e pública – que seria a linguagem. Não é “o ego, nem a díade formada por mim e ti que significam; é antes a relação entre eles que me engendra a *mim e a ti*” (JACQUES apud MARTINS, 2002, p. 44). A relação interlocutiva descentra os referenciais e põe em prática um sentido que não estava lá, e sem o qual não poderia nem mesmo se constituir.

Assim, tudo aquilo que nos colocamos a ver e também aquilo que representamos é já, necessariamente, organizado segundo a linguagem. “Na perspectiva que é a nossa aqui [...] tornou-se bem claro que não se pode falar de objetividades, de representações e de conceitos independentes da linguagem, a não ser de maneira imprópria” (JACQUES, 1987a, p. 202) [tradução nossa].

Com efeito, comunicar é elaborar conjuntamente os meios semânticos que nos permitem nos referir a alguma coisa. Para cada um, essa alguma coisa escapa à representação que se faz dela. Ao se definir a comunicação como uma operação de pôr

em comum o sentido e a referência, ela torna-se um processo com participação bilateral na identificação do referente do qual falamos, a título de co-referente. Assim, pela simples representação, o real enquanto tal não poderia ser dado, pois, ao contrário, quem é requerido como mediador independente dos interlocutores, além desse que pode apreender a consciência de cada um? Que se trate de objetos exteriores tidos como tais ou de outras pessoas tidas por eles, o mundo excede a representação de todos os interlocutores possíveis. Entretanto, o referente faz parte da situação comunicativa chegando a mediatizar a relação de reciprocidade. É esse permanente fora de nós que funda ‘a parte rei’ a possibilidade e o dinamismo da comunicação (JACQUES, 1987b, p. 63) [tradução nossa].

“Questão complexa a do sentido. Ela não é redutível ao sensível (ao concreto, ao empírico, à experiência), nem é redutível ao *racional* (à ideia). Não é puro real, puro dado empírico, nem pura construção mental, racional” (MARTINS, 2002, p. 34).

Na comparação com Joly, Martins prefere o horizonte de análise de Jacques que privilegia o primado da relação. Até porque avalia que o método das ciências cognitivas, utilizado pelo primeiro, toma como base hipóteses reducionistas que simplificam demasiadamente a realidade.

Vejam-se os casos de Guillaume, no passado, e do seu discípulo André Joly, no presente. A psicomecânica de ambos é psíquica, o que quer dizer que o funcionamento semântico das duas hipóteses é reducionista, decorrendo directamente do funcionamento da neuropsicologia humana (MARTINS, 2002, p. 54).

Expostas as linhas gerais de como André Joly e Francis Jacques entendem a questão da significância, podemos agora analisar como o jornalismo pode ser “lido” por cada uma dessas perspectivas.

Capítulo 3: O conhecimento do jornalismo

Vimos que as técnicas de produção jornalística, em seu conjunto, organizam uma espécie de dispositivo que se encontra sempre disposto de certa maneira e disponível a todos que se colocam a fazer jornalismo. Além disso, vimos também que esse aparato é posto em funcionamento numa operação de apropriação da realidade e de produção de significados.

Enquanto linguagem que obedece a “gramática” própria, descrita no capítulo 1 deste trabalho, queremos entender melhor que tipo de conhecimento é esse produzido por essa forma de significação do real. Em outras palavras, a partir dos princípios e procedimentos já identificados, vamos agora investigar como o jornalismo, como forma específica de produção de conhecimento, pode ser criticado pelos horizontes propostos por Joly e Jacques. Vamos analisar, ponto a ponto, como a teoria da significância de cada um desses autores pode “enxergar” os princípios e procedimentos jornalísticos.

3.1 Do jornalismo como atividade livre, independente e autônoma

A rigor, para nenhum dos dois autores, o jornalismo, e nenhuma outra produção de linguagem, pode ser considerado uma atividade completamente livre. Isso porque o universo da linguagem implica necessariamente fazer uso de uma estrutura que, apesar de não limitar, condiciona de alguma maneira o seu próprio uso. A competência pragmática e o valor ilocucionário da linguagem em André Joly, bem como a noção de comunicabilidade em Francis Jacques, são conceitos desenvolvidos para tentar explicar e descrever essas limitações e embaraços aos quais todos que se utilizam da linguagem estão sujeitos. Assim, servem justamente para incluir, no discurso, os constrangimentos linguísticos e sociais aos quais a linguagem está sempre exposta. Falar é sempre produzir sentido, mas a própria língua já é um código ao qual devemos nos submeter e, no discurso, há sempre uma relação de força em jogo.

[...] os agentes que interagem nunca o fazem à vontade; fazem-no como podem, no interior de um campo de posições sociais assimétricas [...] no discurso nunca entramos à vontade: entramos

lutando, uma vez que o discurso é uma prática, uma luta, podendo ser, além da própria luta, o instrumento e o efeito, ou a consequência da luta, e mesmo o seu objectivo (MARTINS, 2002, p. 26).

Mas antes de uma conclusão apressada sobre como podemos interpretar esse princípio, convém olhar com um pouco mais de atenção para o que esse valor está querendo reforçar. Num primeiro nível, a liberdade na atividade jornalística diz respeito ao livre acesso às informações e à intolerância a qualquer tipo de censura que possa vir a ser exercida aos jornalistas ou aos veículos de comunicação como um todo. Mas, em um segundo aspecto, esse princípio serve, sobretudo, para reafirmar a autonomia e a independência dos critérios com os quais aqueles que exercem a atividade definem os assuntos e também determinam como os acontecimentos serão abordados. Ou seja, a liberdade é um valor que serve para garantir a isenção da atividade e seria prova de que a única coisa com a qual os jornalistas estão comprometidos são seus próprios critérios. Como essa investigação se ocupa mais da atividade enquanto linguagem, é esse segundo aspecto que mais nos interessa analisar.

A partir desse desdobramento, podemos depreender que, na leitura de Joly, a liberdade é um princípio que pode muito bem ser afirmado, já que é plenamente possível de ser colocado em prática. Isso porque o autor defende a intencionalidade dos enunciadores, o que serve de base para declararmos a autonomia do falante e, assim, a liberdade da atividade. Por outro lado, no horizonte de Jacques, esse valor do jornalismo está baseado em um equívoco e precisa ser, pelo menos, bastante relativizado. Como localiza a significância na relação interlocutiva, o autor acredita que os jornalistas – e a própria atividade – não são completamente livres, já que dependem sempre da posição e do lugar que ocupam no dispositivo enunciativo.

Em André Joly, o sentido tem origem no mundo objetivo, mas aos poucos se afasta dele para ganhar determinação dos sujeitos. O que, de fato, aponta para a liberdade com a qual os enunciadores (jornalistas) determinariam o mundo, se não da maneira mais adequada, pelo menos – para o que nos interessa agora¹⁰ – de modo bastante independente de qualquer constrangimento. Nesse horizonte, podemos sim dizer o mundo por meio da linguagem, e ela é capaz de representar a realidade objetiva.

10 O princípio da verdade será analisado posteriormente.

Mesmo reconhecendo que é preciso saber dominar a língua e o seu uso em certos tipos de discurso (saber-dizer) e ainda que admita que o uso regular faz com que determinadas experiências linguísticas se cristalizem, e até mesmo se “naturalizem” no interior do sistema, a teoria da significância proposta por Joly opera uma simplificação da realidade e encerra o problema do referente na capacidade humana de fazer as escolhas. É o sujeito, no ato de enunciação que, ao mesmo tempo em que o assume, se utiliza do sistema segundo sua própria vontade. Nesse nível de efetivação do que antes era apenas possibilidade, os jornalistas (e qualquer outro enunciador) escolhem um caminho, com o objetivo de um efeito particular e com o qual eles operam, desde já, a escolha dos meios linguísticos mais apropriados para tal. Com a descrição dessa operação, Joly quer definir o saber-dizer efetivo – ou seja, encerrado numa possibilidade, numa certa *visée d’effet* – como sendo o “pensamento” orientado numa direção que é a do “sentido de intenção” do locutor.

Dessa maneira, o jornalismo pode perfeitamente ser concebido como uma prática de linguagem que é livre para produzir suas mensagens da maneira que bem entender. A partir dos contextos discursivos específicos, as escolhas são feitas pelos falantes de maneira pré-consciente. Em Joly, esse momento de escolha é, em grande medida, automatizado, mas, ainda assim, é um produto construído pelo homem na linguagem. Nessa perspectiva, no exercício da atividade, os jornalistas teriam à disposição uma série de procedimentos que servem para uma apropriação e significação do real que é autônoma para representar o mundo referencial da maneira que julgarem mais apropriada. Essa ferramenta é a linguagem e, mais especificamente, são as técnicas de produção jornalística¹¹.

Está certo que toda essa operação é feita por meio da mediação da língua, mas, ainda assim, não podemos esquecer que, na leitura do autor, o sentido ganha determinação dos sujeitos. Poderíamos concluir dizendo que, para Joly, afora questões extralinguísticas, como censura, interesses econômicos ou qualquer outra interferência externa à atividade, os jornalistas são livres para escolher o que será, ou não, objeto de sua atenção e também para definir como essa cobertura deve ser realizada. Assim como preco-

11 As técnicas de redação e procedimento jornalísticos são uma questão que será analisada em seguida.

niza um dos valores mais capitais para a atividade, esse horizonte de análise confirma que, pelo menos no que concerne à dimensão linguística, é plenamente possível que o jornalismo seja uma prática sem nenhum impedimento: é livre, independente e autônoma.

Já para Francis Jacques, qualquer produção de significados nasce não no sujeito, mas na interlocução. Isto é, o jornalismo não é e nem poderia ser uma atividade completamente livre, porque nenhuma operação de constituição de sentidos é independente e autônoma; pelo contrário: por si mesma, a linguagem não fala. Isso porque significar é sempre significar para ou com alguém, e os enunciadores não têm o poder que, muitas vezes, julgam ter. Aquilo que falamos não expressa somente a nós mesmos, mas é fruto de uma determinada relação, em um determinado contexto.

Além disso, vimos que, em Jacques, tudo aquilo que nos colocamos a ver e também aquilo que representamos é já, necessariamente, organizado segundo a linguagem. Ao contrário de Joly, a perspectiva do autor afirma que o sentido não é o resultado da vontade de quem fala, pois não há sentido sem intersubjetividade: sou eu que falo, mas somos nós que dizemos. A mensagem é produzida entre nós.

Dessa forma, o enunciador nem mesmo poderia significar, já que, na verdade, tem somente a possibilidade de participar de uma ou de outra iniciativa semântica, de acordo com a sua posição e com o lugar que ocupa em um dispositivo enunciativo. Jacques desloca do mundo objetivo a origem dos sentidos, onde a encerrava Joly, para uma determinada situação discursiva partilhada entre locutor e alocutário, que “jogam” de acordo com a relação interlocutiva que se estabelece. É essa relação – com todas as suas particularidades e condicionantes – que, de fato, produz significado.

Ora, se é assim, apesar de afirmar a liberdade como princípio capital, o jornalismo não é nem poderia ser uma atividade totalmente livre e independente. Na leitura desse horizonte de análise, os jornalistas significam, não de acordo com a própria vontade, e, a rigor, não podem seguir somente seus critérios próprios para a produção de significados. Se assumirmos as ideias de Jacques, somos obrigados a concluir que os jornalistas não fazem o que querem nem da forma que querem, mas somente o que podem. Eles significam o real no interior de um campo de posições sociais assimétricas, ou seja, o fazem de acordo com a posição que ocupam na relação interlocutiva.

Em vez de autônoma e independente, na verdade, a atividade se desenvolve num complexo “campo de batalhas” e precisa, necessariamente, dialogar com os seus coenunciadores. Os atos de linguagem são apenas a efetuação e a especificação desta relação. Como toda atividade de constituição de significados, o jornalismo está sempre condicionado às suas condições de produção, e mesmo seus próprios critérios utilizados para a escolha dos temas e para determinar a maneira como os assuntos serão abordados respondem não somente a princípios próprios, mas também a valores completamente alheios à atividade. Enfim, mesmo se desconsiderarmos os fatores extralinguísticos já descritos aqui, como censura ou interferências dos interesses comerciais da empresa em que se produz jornalismo, ainda assim, não livramos a atividade dos constrangimentos, limitações e formatações que a própria condição de interlocução impõe aos jornalistas.

3.2 Do relato crível e suas condições

Vimos que a credibilidade é um princípio muito importante para o jornalismo porque é o que garante a existência de confiança na relação que a atividade mantém com sua audiência. Inclusive, os produtos jornalísticos só têm razão de ser uma vez que quem os consome acredita na validade das proposições e crê na qualidade do resultado que é produzido. Com efeito, esse valor está relacionado ao prestígio de um veículo e também da atividade como um todo, já que o respeito de que o jornalismo dispõe como “emissor autorizado” é derivado desse princípio.

Quando se opera uma leitura desse valor a partir das duas perspectivas adotadas por esta investigação, é forçoso reconhecer que André Joly e Francis Jacques identificam uma origem e também condições completamente distintas para que se atribua credibilidade ao jornalismo – e a qualquer outra atividade de constituição de sentidos. O primeiro credita ao locutor a responsabilidade de produzir os relatos a partir de uma dupla competência: linguística e pragmática. É a partir de um saber-dizer, da capacidade do sujeito de fazer as escolhas e de efetivá-las de maneira adequada, que locutor e alocutário distribuem valor e legitimidade a tudo aquilo que é dito. Numa outra direção, em vez de voltar o olhar para o locutor, Jacques localiza no constrangimento de comunicabilidade a origem da credibilidade e aceitabilidade do que se diz. Um “enunciado aceitável”, diz este autor,

“é um enunciado comunicável” (JACQUES, 1987a, p. 201) [tradução nossa]. A comunicabilidade, por sua vez, dependeria do contexto discursivo e das relações de força que são estabelecidas em toda relação interlocutiva.

Na teoria da significância proposta por Joly, sempre que colocamos a linguagem para funcionar, o fazemos levando em consideração as regras do jogo. Essas regras estabelecem como é mais apropriado comunicar, em determinado contexto. O conhecimento das regras referentes a cada momento é chamado por Joly de saber-dizer. Ele representa para cada enunciador, não somente as regras linguísticas, como também as regras pragmáticas do uso da língua. Locutor e alocutário se localizam e partilham desse mesmo terreno no qual assentam o discurso e, portanto, percebem quais são as condições que estão em jogo. Ou seja, o saber-dizer confronta cada enunciador com uma dupla competência: por um lado é preciso dominar a gramática, para fazer um uso adequado da língua e de todos os seus recursos disponíveis; por outro, locutor e alocutário precisam estabelecer também a maneira *como* comunicar os significados. Mais que isso: *ipso facto*, a competência pragmática regula também a forma como os significados podem ser percebidos pelo coenunciador.

Sendo assim, podemos dizer que um enunciado é reconhecido pelos sujeitos como crível, desde que seja construído a partir do bom emprego da linguagem, em sua dupla necessidade. Joly afirma ainda que, como consequência, todo enunciador, falante de uma certa língua, interioriza, a respeito dessa língua específica, um saber-dizer relativo a essas situações de emprego concreto das palavras. O saber-dizer acaba condicionando o comportamento dos falantes, fundando isso a que chamamos uma cultura, por exemplo, a cultura jornalística e suas normas de redação e procedimento. A credibilidade atribuída ao jornalismo seria, então, decorrente de um saber-dizer construído e já bastante reconhecido por todos: jornalistas e também público consumidor de notícias.

Destacamos também que, numa tentativa de dar conta da dimensão pragmática da constituição de significados, André Joly divide o ato de comunicar em quatro partes: 1º – falar; 2º – falar com alguém; 3º – de alguma coisa; mas também 4º – falar por alguma coisa. Ou seja, o valor ilocucionário da linguagem precisa ser levado em conta no estudo da significância. O locutor é responsável pelo dizer, mas ele se situa sempre em relação ao alocutário, à língua e ao universo referencial que está por

ser dito. Mesmo quando falamos para não dizer nada, dizemos sempre alguma coisa. É que falar é sempre dizer, e dizer é sempre, também, produzir sentido.

Dessa maneira, o sistema proposto por Joly parece querer indicar que a credibilidade não está encerrada simplesmente numa capacidade de adequação do locutor, visto que sempre seria dependente do reconhecimento de um alocutário, para quem se fala. E, de fato, o saber-dizer é uma competência que diz respeito ao locutor, mas também ao alocutário, pois são os dois, em conjunto, que vão distribuir importância e confiabilidade ao que é dito. Entretanto, em verdade, se não encerra a questão no próprio sujeito que fala, é nele que o autor localiza o foco da sua investigação: “Mesmo que o enunciado produzido não tenha sentido, acontece que um locutor o produziu, e a mera presença deste locutor basta para impor um propósito significativo” (JOLY, 1982, p. 114) [tradução nossa].

Vemos que o interesse de Joly recai mais na subjectividade do que na intersubjectividade. Em termos gerais, as marcas da enunciação a que presta atenção são meramente o rasto do locutor no seu enunciado. Neste tipo de análise, é omitida a referência ao modo como o locutor se situa relativamente ao alocutário. Ora, há que assinalar que os actos de linguagem não estão por conta dos sujeitos falantes. Pelo contrário, derivam da inter-relação dos indivíduos. Os actos de linguagem são apenas a efectuação e a especificação desta relação (MARTINS, 2004, p. 74).

Na leitura de Joly, entretanto, os jornalistas (subjectividade) seriam sim os principais responsáveis pela credibilidade do jornalismo. Isso porque é a capacidade deles de produzir mensagens apropriadas, de organizar os enunciados de acordo com os parâmetros do “bom jornalismo” (competências linguística e pragmática) que, na verdade, vai determinar a credibilidade de tudo o que for dito, ou seja, do conhecimento que é produzido pela atividade. Por mais que se reconheça o valor ilocucionário da linguagem, na interpretação de Joly, a produção de relatos credíveis, ou não, está nas mãos de quem os produz. A teoria do autor pode servir, então, para reforçar a importância do respeito às normas de redação e da adoção de procedimentos padrões para a atividade, como, por exemplo, não publicar declarações difamatórias e procurar quantificar a realidade relatada, uma vez que os números têm alta confiabilidade.

Já Francis Jacques resolve a questão da credibilidade de outra maneira. Para o autor, não são as escolhas dos jornalistas que vão definir a confiabilidade dos enunciados, e o respeito às regras de redação e procedimento não são garantia de que a audiência vá confiar no conhecimento que é produzido pela atividade. Aliás, na leitura de Jacques, os locutores pouco podem fazer nesse sentido, pois a margem com a qual podem trabalhar é bastante pequena. Isso porque a lógica existencial com a qual trabalham remete a questão para o modo como o sentido e a valoração do que é dito, na verdade, são produzidos pelos sujeitos (no plural) nas suas práticas sociais. Se até mesmo os próprios sujeitos são produzidos pelas suas práticas sociais de comunicação, a credibilidade de quem fala e também o grau de confiabilidade daquilo que se fala são, da mesma maneira, produto dessas mesmas práticas.

Como consequência, em vez de olhar para o locutor e sua capacidade de adaptar as suas mensagens às diversas situações, Jacques procura investigar a própria situação para revelar seu constrangimento de comunicabilidade. Vimos que o autor acredita que o sentido se localiza na estrutura interna de um discurso que funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva e em referência a um mundo a dizer. Ora, sendo assim, além de produzir os significados, essa mesma relação também define o valor e a importância de tudo aquilo que é produzido; é esse “jogo” que determina o que, e também quem, tem, ou não, credibilidade. Para o autor, no coração do processo de constituição de significados, o valor referencial dos enunciados sucessivos deve ser constantemente recalculado em função do contexto interlocutivo. Isso quer dizer que uma mesma sentença pode ser avaliada como sendo crível, ou não, dependendo da situação interlocutiva que se efetiva. E é na ordem do discurso que a virtualidade da língua, enquanto pura potência, se liga a uma determinada atualidade.

Tudo isso remete para o que Jacques identifica como sendo uma clara evidência já apontada anteriormente: por si mesma, a linguagem não fala, não produz sentido e nem importância ao que é dito. Para o autor, a significância – incluindo a atribuição de valor aos enunciados – não se resume nem a uma opacidade das palavras, muito menos se encerra na estrutura da frase. Se assim fosse, a credibilidade de tudo o que é dito poderia ser determinada numa simples operação de verificação da validade das proposições. Nada mais distante de como a linguagem ganha va-

lor na prática cotidiana. Ao contrário, em Jacques, um enunciado aceitável é um enunciado comunicável.

Aquilo que é então requerido não é que ele se afirme como verdadeiro ou como falso, mas que tenha um sentido, tanto para quem o ouve, como para quem o pronuncia. Sem isso, nada é enunciado, nem para nós, nem para outros. O constrangimento de comunicabilidade assegura a partilha do sentido, da força ilocucionária e da referência pelo menos possível (JACQUES, 1987a, *apud* MARTINS, 2004, p. 73).

Em resumo, Joly acredita que um relato pode ser crível porque, a partir de uma habilidade (a competência linguística e a pragmática), o jornalista pode muito bem representar as experiências de maneira “correta”, organizando as mensagens de modo a convencer a audiência de que o que está dizendo está de acordo com a realidade e é algo em que podemos depositar confiança. Jacques, por sua vez, está mais preocupado com a partilha dos sentidos e dos valores que se realiza na relação de interlocução. Um enunciado passa, então, a ter sentido não apenas porque é um enunciado decodificável, mas sobretudo porque tem sua importância atribuída pela relação interlocutiva que se estabelece.

3.3 Uma questão de método

Outros princípios e procedimentos, que foram identificados no capítulo 1 desta investigação dizem respeito aos valores formais do jornalismo. É que para ser considerada uma atividade livre e verdadeira, e assim ser reconhecida pelo público como uma prática válida e digna de confiança, o jornalismo precisa seguir um determinado método, ou seja, a atividade tem que adotar uma série de cuidados e procedimentos que, em princípio, garantiriam a fidelidade dos seus relatos. Esses valores servem de base para a definição de normas de redação e de conduta, que por sua vez determinam a maneira mais apropriada de se produzir e de se apresentar as notícias.

Assim, princípios como rigor e exatidão, honestidade, objetividade e equidade, comunicabilidade e interesse funcionam como uma espécie de balizadores da prática jornalística. São eles que definem o modo adequado de a atividade selecionar e fazer sua própria leitura e apresentação dos acontecimentos do mundo. Nas

palavras de Lage: “A normalização é um padrão de qualidade do produto editorial na indústria jornalística” (LAGE, 2005, p. 160).

De acordo com a “boa” técnica do jornalismo, na prática cotidiana, é preciso cumprir dois imperativos da atividade: selecionar informações que despertem interesse suficiente para justificar sua publicação e ressaltar, no próprio texto jornalístico, a importância ou interesse público do que foi selecionado (princípio da comunicabilidade e interesse), mantendo a conformidade com os fatos (rigor e exatidão, honestidade, objetividade e equidade).

Na avaliação dos princípios anteriores, já demos algumas indicações de como as ideias de André Joly e Francis Jacques podem nos ajudar a investigar o método jornalístico. Esses autores servem de base para uma crítica bem fundamentada dos valores formais da atividade e suas conseqüentes normas de redação e procedimento adotadas pelo jornalismo como maneira “correta” de produção de significados.

Vimos que, para o primeiro, a língua se constitui e se renova a partir do “bom emprego” do discurso. E que, na avaliação de Joly, em toda situação de uso da linguagem, existem algumas regras – construídas, assumidas e reforçadas pelos falantes – que estabelecem como é mais apropriado comunicar. Sendo assim, as normas de redação e conduta jornalística são uma espécie de verbalização do saber-dizer próprio da atividade, ou seja, determinam aquilo que é adequado linguisticamente e pragmaticamente, em consonância com o contexto específico de uso da língua, no qual se realiza o jornalismo. Dessa maneira, para Joly, o método seria a cristalização das competências próprias da atividade, com as quais cada enunciador precisa lidar.

A linguagem é um instrumento capaz de representar as experiências do mundo e também representa as próprias experiências linguísticas engendradas pelos sujeitos. Nesse processo, aquilo que é “mais apropriado” acaba entrando no sistema da língua, como representação possível e disponível a todos. A língua opera, assim, a mediação entre os locutores e o universo referencial, mas o faz a partir do uso de certas representações que, realizadas e identificadas pelos sujeitos como adequadas a determinado contexto, se tornam, então, sempre disponíveis, como potência de comunicação. É o uso regular pelos falantes que faz com que determinadas experiências linguísticas se cristalizem, e até mesmo se “naturalizem” no interior do sistema. Com efeito, para esse autor, o método é uma forma padronizada de locutor e alocutário se relacionarem com a língua.

Por sua vez, para Jacques, o estudo da linguagem é também a investigação das diversas práticas interdiscursivas que podem se estabelecer no discurso. O jornalismo é uma delas. Dessa maneira, podemos investigar as técnicas de produção da notícia como produtos, mas também como base, como alicerce que compõe o ato enunciativo particular que constitui a atividade. Quer isso dizer que as regras de redação e os procedimentos jornalísticos são resultado de uma situação específica de uso da linguagem na qual se dá a prática jornalística e também das relações de força que são estabelecidas na relação interlocutiva jornalistas-fontes-público.

Só que, além de serem a sua consequência, essas normas de codificação são também parte constituinte dessa prática, uma vez que já são uma linguagem e somente podem ser concebidas como tal. A própria norma de codificação é uma forma significante, ou seja, também já produz sentido e não é algo definido pelos sujeitos depois da experiência. O método faz parte, de maneira visceral, da própria situação discursiva e não pode ser separado dela. Ele funciona como uma estrutura interna do discurso.

A linguagem, como *praxis* inter-discursiva, é fundada sobre uma relação prática de um homem a um outro. E, inversamente, uma práxis, como tal, é sempre linguagem porque ela não pode se dar sem significar. A linguagem só pode se manifestar ao homem por meio da relação; eles se pressupõem um ao outro (JACQUES, 1987b, p. 143) [tradução nossa].

Quer isso dizer que, se adotarmos a interpretação de Jacques, teremos que levar em consideração que as práticas interdiscursivas se dão sempre em linguagem. E que, como já vimos, a relação que se estabelece entre os falantes é o que há de mais primitivo no processo de significância. Até mesmo as duas instâncias enunciativas da relação interlocutiva – o locutor e o alocutário – são derivadas, e não produtoras da relação.

Por isso afirmamos anteriormente que, em Jacques, tudo aquilo que nos colocamos a ver e também aquilo que representamos é já, necessariamente, organizado segundo a linguagem. A maneira como se opera essa relação depende diretamente da relação que se estabelece. As normas de redação e conduta jornalística, por exemplo, são o resultado de uma relação interlocutiva particular. Elas são uma maneira específica de olhar a realidade, atribuir importância e hierarquizar os aconteci-

mentos do mundo e de manter a “conformidade” dos fatos, nos relatos produzidos. Os jornalistas partilham dessa forma já bastante cristalizada e constantemente reforçada e reatualizada de produzir sentidos.

Enfim, para Joly, são os sujeitos, a partir do uso da linguagem, que cristalizam, no sistema da língua, uma certa representação, uma determinada experiência linguística, ou seja, uma forma específica de usar a linguagem, com certas regras e modos de procedimento. Já para Francis Jacques, não há nada antes da relação interlocutiva. Portanto, não podemos dizer que são os enunciadores que constroem ou determinam uma maneira de lidarmos com a língua. Na verdade, até mesmo os enunciadores são derivados da relação, são produzidos por ela. E também não há nada que seja anterior à linguagem. O próprio método de produção das notícias não é neutro, pois já é um dispositivo de produção de sentidos.

3.4 Da possibilidade da verdade

É na verdade que se revela a diferença mais radical entre os dois autores a partir dos quais estamos investigando os princípios e os procedimentos jornalísticos. Isso porque cada um deles permite uma leitura bastante distinta desse valor. Vimos que, para André Joly, o universo da linguagem é, sobretudo, representação. Sendo assim, na sua interpretação, a realização do princípio depende da intencionalidade e da capacidade dos sujeitos representarem a realidade de maneira adequada. A verdade seria consequência de uma determinada efetivação da linguagem. Isto é, se quiserem e tiverem competência para isso, os enunciadores têm à disposição um instrumento que construíram para dizer o universo físico e mental: a linguagem.

Já na perspectiva de Francis Jacques, a verdade não diz respeito a um voluntarismo do enunciador, nem está relacionada a um poder da linguagem de representar as experiências do mundo. Para o autor, na realidade, é a situação discursiva partilhada entre locutor e alocutário – que, por sua vez, “jogam” de acordo com a relação interlocutiva – que determina a verdade. Portanto, na leitura de Jacques, esse valor precisa ser reconduzido a sua condição histórica, finita e intersubjetiva.

Vimos que a atividade está fortemente associada à verdade porque a credibilidade, ou seja, a confiança que a audiência deposita nos produtos jornalísticos, depende, fundamentalmen-

te, desse princípio. Por isso, o jornalismo não só é um relato que se pretende verdadeiro e que aspira a revelar ao público aquilo que, de fato, aconteceu, como também é um produto que deve se apresentar como verdadeiro. Já esclarecemos também que as regras de redação da atividade determinam que os enunciados sejam elaborados na forma de afirmações verdadeiras; a notícia é axiomática. É exatamente por isso que a linguagem do jornalismo exclui a argumentação em troca de elementos concretos e verificáveis da realidade. A ideia é fazer com que o texto jornalístico aparente ser simplesmente o resultado de pura constatação da realidade.

Podemos dizer que, em Joly, esse formato já tão testado e reatualizado pelo jornalismo constitui seu saber-dizer específico. Todo enunciador, ao aprender uma língua, interioriza um saber-dizer relativo às circunstâncias que rodeiam os usos do discurso, o uso concreto das palavras. E, ao aprender jornalismo, os jornalistas conhecem e também interiorizam as regras linguísticas e pragmáticas do uso da língua pela atividade. Por isso, afirmamos que, para o autor, a verdade na constituição dos sentidos é o produto da vontade de quem fala, mas também da capacidade dos sujeitos de representar a realidade de maneira adequada. Na sua utilização da língua, ou seja, na atualização da língua como sistema, os jornalistas se relacionam com ela numa estrutura já bastante cristalizada pela própria ação daqueles que se ocupam da atividade. Com efeito, a verdade, em Joly, vai ser o resultado de uma vontade dos jornalistas, mas também de uma habilidade dos enunciadores em lidar com esse saber-dizer efetivo.

O ponto fundamental reside no fato de que, para o autor, o mundo pode sim ser dito, pelos sujeitos, a partir da relação que eles estabelecem com a língua e com o discurso. Os locutores têm “em mãos” um dispositivo capaz de representar nossas experiências, na mesma medida em que elas se realizam. A teoria da significância de Joly devolve ao sujeito um lugar de destaque no seio do fenômeno global da linguagem: ao mesmo tempo em que o assume, o falante constrói e se utiliza do sistema segundo sua própria vontade.

Vimos que, para o autor, é no próprio universo da referência e da percepção que o homem encontra os princípios e os elementos da construção da língua. Não há produção de sentido sem a sua origem no universo referencial. Assim, a linguagem situa-se no âmbito da representação. Só que vimos também que o sentido

tem origem no mundo objetivo, mas, aos poucos, se afastaria dele ganhando determinação dos sujeitos. Em Joly, esse momento de escolha, de efetivação da língua pelos falantes, é, em grande medida, automatizado, mas ainda assim é um produto construído pelo homem na linguagem.

Quando utilizamos a língua, já estaríamos, de algum modo, um pouco afastados do universo referencial, mas, mesmo assim, para o autor, a fonte primeira de todo sentido localiza-se no mundo objetivo. E, por mais que nos afastemos dele em direção à dimensão do compreender, não conseguimos nunca nos desfazer das marcas deixadas por essa dimensão da realidade. O referente é a gênese que sempre deixa seus traços, no significado das palavras.

Sendo assim, para Joly, as partes do discurso constituiriam um sistema de realidades mentais no universo de representação que é a linguagem. A verdade é, desse modo, uma possibilidade que depende da vontade e da competência de quem fala, em lidar com essa linguagem. Nessa operação, eles estabelecem uma tripla relação: com um alocutário, com a língua e com o universo referencial. Isto é, a verdade é consequência do modo como o locutor determina essa relação: se o referente físico e mental é para dizer, e a língua oferece os meios para se dizer, em última instância, basta que a atualização do sistema se dê de maneira verdadeira, para que a verdade do mundo seja (re)apresentada.

Em Jacques, não existe um mundo estruturado desde sempre, que se manifesta de um determinado modo e que, por sua vez, pode ser apreendido e representado pelo homem, por meio da linguagem. Como consequência, o sentido e a verdade não dependem da intencionalidade de quem fala, e nem ao menos é possível representar as experiências fora do que já é simbolicamente constituído na forma de linguagem. Vimos que, para o autor, a constituição semântica originária das nossas mensagens assenta “na estrutura interna de um discurso que funciona de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva, e em referência a um mundo a dizer” (MARTINS, 2002, p. 47).

Desse modo, em vez de localizar a fonte dos significados no universo referencial, Jacques situa a significância na determinação de uma situação discursiva partilhada entre os enunciadores, na relação intersubjetiva. O autor acredita ser forçoso reconhecer que essa relação não pode mais ser interpretada como alguma

coisa objetivamente apreensível, pois ela escapa completamente à reificação. Ela é, em última instância, irrepresentável no seio de uma experiência; não conseguimos dizê-la.

A relação interlocutiva é a fonte primeira da constituição da significação, da produção coletiva dos significados, mas não pode ser representada, visto que, quando vamos a ela, já a compreendemos em linguagem, já a reduzimos em uma determinação possível. Logo, uma reflexão lógico-filosófica deve considerá-la transcendental. Para o autor, não há relação aos objetos que não seja, desde sempre, articulada à relação do homem com o homem, na comunidade do saber. E o saber objetivo é sustentado pela relação entre as pessoas.

Para Jacques, então, se é a relação interlocutiva que produz significado, é ela também que define valor a tudo aquilo que é dito. Com efeito, a razão dogmática, uma razão com a pretensão de atingir a verdade metafísica, cai por terra. Não faz mais o menor sentido falar em verdade fora das relações que se estabelecem no discurso. Se existe uma realidade que não é para nós, essa realidade é somente a própria relação, que só pode ser concebida já simbolicamente.

Desse modo, o que Jacques propõe é o fim de toda metafísica da representação. Ele afirma que os sentidos são uma espécie de produção coletiva, e não o resultado de uma doação ou de uma manifestação engendrada e controlada pelo sujeito que fala. É que o próprio pensamento não tem nenhuma autonomia com relação à linguagem. E até mesmo falar não é um ato que nasce exclusivamente de uma atividade privada que seria o pensamento e que, em seguida, tornar-se-ia pública, por meio da linguagem. Na realidade, vemos o mundo como falamos, e não o contrário.

Assim, a verdade não depende de uma iniciativa exclusiva do sujeito que a enuncia, muito menos pode ser encerrada numa faculdade ou habilidade do sujeito de adequar-se ao saber-dizer de certa situação de efetivação da língua, como estabelece Joly. Isso porque a relação interlocutiva descentra os referenciais e põe em prática um sentido que não estava lá, e sem o qual não poderia nem mesmo se constituir a relação; é ela que atribui e distribui valor de verdade ou falsidade a tudo aquilo que é dito.

Como consequência, na leitura do autor, os jornalistas podem até pretender produzir relatos verdadeiros, porém essa intencionalidade dos sujeitos nem mesmo entra em questão. É que a verdade do que é dito, de fato, só vai ser reconhecida, e mes-

mo determinada, a partir da situação interlocutiva. Desse modo, podemos afirmar que o jornalismo é uma atividade que aspira a revelar ao público aquilo que realmente aconteceu, mas, nessa interpretação do autor, mais importante do que tentar representar com fidelidade os acontecimentos é apresentá-los como um relato verdadeiro. Por isso, podemos dizer que, na interpretação de Jacques, as regras de redação são um instrumento importante e uma condição para a produção da verdade, pela atividade. Isso porque, para o autor, uma asserção não pode ser considerada verdadeira ou falsa em si mesma, mas sim do ponto de vista dos interlocutores que a avaliam a todo o momento: uma verdade pretendida deve ser uma verdade reconhecida pelo outro.

E as normas de redação servem justamente para cumprir com essa tarefa. Elas padronizam o produto, estabelecem um procedimento comum a todos aqueles que produzem as notícias e determinam uma apresentação dos enunciados que se afirma como verdadeira. Ao contrário de Joly, em Jacques as regras de codificação do jornalismo são importantes não porque representam, de fato, uma via de acesso a uma verdade metafísica, mas porque definem qual é o padrão, a maneira convencional e facilmente reconhecida por todos como sendo a forma “correta” de “revelar” a verdade. A estratégia busca exatamente o reconhecimento, por parte do público, da verdade pretendida pelos jornalistas.

Dessa forma, em Jacques, a condição da verdade se desloca do problema do referente para a enunciação. É nela que mora o fator determinante e a sua condição. Com efeito, nessa perspectiva, não se pode falar de objetividade de representação e de conceitos independentemente da linguagem, ou melhor, da situação interlocutiva. No limite, seria até mesmo equivocado falar em verdade fora da relação intersubjetiva que se estabelece.

Considerações finais

Por mais que se discuta e que se critique o jornalismo, seus procedimentos e produtos, não se pode negar a importância da atividade no processo de constituição do atual. A prática jornalística procura, de alguma forma, dar conta das experiências do mundo e torná-las disponíveis para todos. Isso significa que, mesmo sendo objeto de muitos questionamentos, o jornalismo é uma importante via de acesso à realidade e um lugar fundamental em que as sociedades contemporâneas partilham e reverberam seus valores e saberes.

O que procuramos esclarecer nesta pesquisa é que, nessa tarefa, o jornalismo se utiliza de um modo próprio de codificação; a atividade lança mão de uma forma específica de apropriação e significação da realidade. Está certo que as regras de redação e procedimento não funcionam como uma lei rígida e indiscutível e também nos parece claro que os próprios valores do jornalismo, que servem de base para a definição das técnicas de produção jornalística, são sempre objeto de uma constante disputa. Mas, como procuramos demonstrar, existe uma série de princípios, partilhados pelos que se ocupam da atividade, que estabelece qual é a melhor maneira de “traduzir” os acontecimentos; neste trabalho, nos foi possível apontar quais são os valores que determinam o que é o “bom” jornalismo e como ele deve ser realizado.

Conforme esclarece Meditsch (1992), o procedimento jornalístico não é igual ao método científico e – até mesmo pela dinâmica da atividade – nem poderia ser. Mas isso não quer dizer que, por isso, o conhecimento produzido pela atividade seja necessariamente de menor valor. Sabemos que, muitas vezes, até mesmo o próprio senso comum põe em xeque a capacidade do jornalismo de produzir conhecimentos confiáveis e livres de constrangimentos. E o que era dúvida acabou se transformando, de certa forma, em uma descrença generalizada, em um tempo de crise dos valores, como o que atravessamos hoje. Dessa maneira, o debate sobre os procedimentos da atividade e a respeito da verdade dos seus produtos permanece na ordem do dia. Porém, na nossa avaliação, não é porque não segue os mesmos procedimentos da ciência que a atividade não tenha uma contribuição a dar na apropriação e produção do real. Assim como outras formas de conhecimento, o jornalismo revela o mundo de maneira particular, e, desse modo, a atividade pode até mes-

mo identificar aspectos da realidade que nenhuma outra forma de conhecimento seria capaz de desvelar.

Se é assim, esta investigação procurou analisar as particularidades do discurso jornalístico não para medir a legitimidade e autoridade dessa prática, muito menos para aferir o valor do conhecimento que ela produz. Como vimos, para a nossa perspectiva de análise, se quisermos dar conta da complexa tarefa de compreender o jornalismo enquanto uma forma particular de produção de conhecimento, em vez de avaliar a adequação das técnicas jornalísticas à realidade, é preciso investigar *como* a atividade atribui sentido aos fenômenos relatados. Neste trabalho, verificamos que um fértil caminho a se tomar é estudar o jornalismo como uma produção de linguagem que segue seus próprios parâmetros e valores.

A pesquisa indicou que as operações presentes na prática cotidiana dos jornalistas não se resumem a seguir as normas para a confecção de um bom *lead*. Há outras normas de redação e até mesmo de conduta que são, em verdade, efeitos dos princípios, das estruturas epistemológicas em que a atividade está calcada. Há um conjunto de normas e valores que são reflexo das estruturas que sustentam o jornalismo e de sua forma de produzir conhecimento. São sintomas da sua relação com o mundo, de sua maneira específica de apreensão e reprodução dos fenômenos.

Procuramos identificar as manifestações, ou seja, os efeitos desses princípios, para, em seguida, fazer uma leitura semiótica dessas regras e de suas premissas. A partir dos dois autores que nos serviram de referência (Joly e Jacques), descrevemos em que medida o jornalismo pode ser considerado uma atividade livre, independente e autônoma; investigamos quais leituras podem ser feitas do método jornalístico; identificamos as condições para a produção e o reconhecimento de confiabilidade aos relatos que são produzidos e também caracterizamos quais relações podem ser estabelecidas entre o jornalismo e a verdade.

André Joly é herdeiro do paradigma que localiza a linguagem no universo da representação. Por isso, vimos que, para o autor, produzir um relato verdadeiro dependeria da intencionalidade e da habilidade dos jornalistas de representar a realidade de maneira apropriada. Sua verdade é uma espécie de verdade de adequação e seria consequência de uma efetivação da linguagem realizada de maneira “correta”. As regras de redação e toda a técnica de produção das notícias seriam o resultado, ou seja, a

consequência de uma cristalização das maneiras mais adequadas de produção de sentido. Esse arcabouço partilhado por todos constitui o saber-dizer específico do jornalismo. As normas de codificação da atividade teriam sido construídas, testadas e aprovadas pelos jornalistas, que, a cada vez que se utilizam do sistema, o reforçam e reatualizam. Sendo assim, se quiserem e souberem dizer em verdade, os enunciadores têm, à disposição, a linguagem, um instrumento que construíram justamente para isto: dizer o universo físico e mental.

Vimos também que, na avaliação de Francis Jacques, a verdade não está relacionada a um poder da linguagem de representar as experiências do mundo. Para esse autor, esse princípio precisaria ser reconduzido à sua condição histórica, finita e intersubjetiva. Em Jacques, na realidade, é a situação discursiva partilhada entre locutor e alocutário que define a verdade. Por isso, ele afirma que não faz mais o menor sentido falar em verdade fora das relações que se estabelecem, no discurso. E as normas de codificação do jornalismo, em vez de representarem a maneira mais correta de se chegar, de fato, à verdade, são o produto da relação interlocutiva que é realizada. O método jornalístico é uma maneira de se estabelecer um padrão que possa ser reconhecido pelo público como verdadeiro. Verdade pretendida pelos jornalistas, verdade reconhecida por aqueles que consomem seus produtos.

Como esta investigação procurou demonstrar, os dois horizontes de análise representam, cada um, uma leitura possível dos valores e procedimentos jornalísticos. Entretanto, não é porque apresentamos e reconhecemos tanto a perspectiva de André Joly quanto a de Francis Jacques como válidas, ou porque não optamos por uma delas e nem mesmo estabelecemos uma classificação hierárquica das duas maneiras de se avaliar o jornalismo, que não reconhecemos que cada uma das perspectivas tem consequências bem diferentes.

Isso porque, por mais que reconheça o papel dos jornalistas na cristalização de uma forma mais “apropriada” de discurso, a primeira leitura acaba naturalizando as normas de codificação, já que as entende, não como o resultado de uma convenção arbitrária, mas como sendo a maneira mais adequada, em si mesma, de se apropriar da realidade e significá-la. Por outro lado, o horizonte de Jacques causa um outro efeito: a leitura do autor permite a afirmação da opacidade desse processo. Isso porque, a partir da sua perspectiva, podemos concluir que o método jorna-

lístico, assim como os próprios jornalistas (sujeitos do discurso) são produzidos pela situação interlocutiva, e não o contrário. Na interpretação de Jacques, poder-se-ia até falar em história da verdade. Aquilo que é estabelecido e reconhecido como a maneira mais apropriada, as normas de redação e conduta jornalísticas, não são mais ou menos adequadas à realidade, por natureza, já que dependem e são o resultado da situação discursiva que se estabelece. É exatamente por isso que, com o passar do tempo, essas regras – que não são fixas – se modificam com alguma frequência. Quando a situação é outra, sujeitos e seus métodos também são outros.

Também podemos concluir, como consequência de cada uma das leituras realizadas, que o grau de criticidade daqueles que se utilizam do modo de codificação jornalística varia bastante, de acordo com a perspectiva que se adota. Reforçamos que o que se pretende aqui não é estabelecer uma hierarquia ao valor de verdade das proposições dos dois autores com os quais estamos trabalhando. Mas, se o primeiro horizonte afirma a transparência do método e a adequação do código à realidade, não há motivo para desconfiar dos valores e procedimentos jornalísticos ou para analisá-los criticamente. O resultado é que as regras são aceitas com naturalidade pelos falantes.

Já na interpretação de Jacques, como a verdade depende da relação interlocutiva que se estabelece, e o método é apenas o resultado dessa configuração, a opacidade das regras de redação e conduta pode ser mais facilmente visualizada e, conseqüentemente, também pode ser mais bem avaliada por quem se ocupa da atividade. Nesse horizonte, as regras são uma construção humana, o que permite uma avaliação da historicidade do processo de padronização, ou seja, da construção da maneira mais “adequada” de significar.

Acreditamos que aqueles que produzem as notícias devem conhecer com mais clareza quais são as estratégias e procedimentos que são subjacentes à sua prática e que podem estar a serviço de um fazer menos crítico e mais automatizado. Esta investigação quer deixar esta contribuição: a identificação de como o jornalismo produz conhecimento e de como essa estrutura epistemológica particular pode ser analisada. Procuramos dar conta de identificar, pormenorizadamente, a gramática da atividade, seus modos próprios de codificação e também de avaliá-los criticamente.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CORREIA, João Carlos. *A Teoria da Comunicação de Alfred Schütz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005a.

_____. “Jornalismo e realidades múltiplas: o ‘arrastão’ e as representações mediáticas”. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia* – v.II, n° 2. Florianópolis: Insular, 2005b.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em Jornalismo*. 5a ed. São Paulo: Ática, 1991.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. Para uma teoria marxista do jornalismo. 2ª impressão. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

JACQUES, Francis. “De la signifiante”. In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 2, p. 179-217, 1987a.

_____. *Différence et subjectivité*. Paris: Aubier Montaigne, 1987b.

JOLY, André. “Pour une théorie générale de la signifiante”. In: MOULOUD & VIENNE, J. M. (Orgs.). *Langages, connaissance et pratique*. Lille: Université de Lille III, p. 103-125, 1982.

_____. *Essais de systématique énonciative*. Lille: P.U.L, 1987.

LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. 3a ed. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001a [orig. 1979].

_____. *Linguagem jornalística*. 7a ed. São Paulo: Ática, 2001b.

_____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Estrutura da notícia*. 6a ed. São Paulo: Ática, 2006.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2008.

MARTINS, Eduardo (Org.). *Manual de Redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3a ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MARTINS, Moisés de Lemos. *A linguagem, a verdade e o poder* – ensaio de semiótica social. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT/MCT, 2002.

_____. *Semiótica* [online]. (2004). Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/996>. Acesso em: 15 jul. 2007.

MCQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MELO, Isabelle Anchieta de. *A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park*. [online]. (2007). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

PARK, Robert E. “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento”. In: ESTEVES, João Pissarra (org.). *Comunicação e Sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002 [orig. 1940].

TOLLIS, Francis. *La parole et le sens*. Paris: Armand, 1991.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. 2a ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. “As notícias como uma realidade construída”. In: ESTEVES, João Pissarra (org.). *Comunicação e Sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002 [orig. 1978].

Esta publicação foi composta utilizando-se a família tipográfica Legacy Serif.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

